CENTRO UNIVERSITÁRIO UNIVATES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU*
MESTRADO EM AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO

PROGRAMA NACIONAL DE ACESSO AO ENSINO TÉCNICO E EMPREGO (PRONATEC): estudo de caso em uma unidade do Sistema "S" em Imperatriz-MA

Milene Vieira Santos Rocha

Lajeado, janeiro de 2016

Milene Vieira Santos Rocha

PROGRAMA NACIONAL DE ACESSO AO ENSINO TÉCNICO E EMPREGO (PRONATEC): estudo de caso em uma unidade do Sistema “S” em Imperatriz-MA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ambiente e Desenvolvimento, do Centro Universitário UNIVATES, como parte da exigência para obtenção do grau de Mestre em Ambiente e Desenvolvimento nas áreas de concentração Espaço, Ambiente e Sociedade e Linha de Pesquisa Espaço e Problemas Socioambientais.

Orientadora: Profa. Dra. Eniz Conceição de Oliveira

Lajeado, janeiro de 2016

Milene Vieira Santos Rocha

PROGRAMA NACIONAL DE ACESSO AO ENSINO TÉCNICO E EMPREGO (PRONATEC): estudo de caso em uma unidade do Sistema “S” em Imperatriz-MA

A Banca examinadora abaixo aprovou a Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ambiente e Desenvolvimento, do Centro Universitário UNIVATES, como parte da exigência para a obtenção do grau de Mestre em Ambiente e Desenvolvimento, na área de concentração Espaço, Ambiente e Sociedade.

Profa. Dra. Eniz Conceição de Oliveira
PPGAD/Centro Universitário Univates

Profa. Dra. Aline Locatelli
PPGECM/Universidade de Passo Fundo - UPF

Profa. Dra. Silvana Neumann Martins
PPGEnsino/Centro Universitário Univates

Prof. Dr. Luís Fernando da Silva Laroque
PPGAD/Centro Universitário Univates

Lajeado, janeiro de 2016

Dedico este trabalho ao Senhor Deus, a quem pertence toda a sabedoria e o conhecimento, registrado está que “A loucura de Deus é mais sábia que os homens” (I Livro de Coríntios Capítulo1 versículo 25).

À minha família, por me proporcionarem o apoio e o privilégio de chegar aqui.

A mim, em terceiro plano, uma celebração, pelo desejo contínuo de superação dos limites e transposição dos desafios cotidianos naturais e sobrenaturais deste processo.

AGRADECIMENTOS

Ao terminar esta dissertação, uma jornada de muito trabalho, dedicação, esforço e crescimento, me resta registrar os sinceros agradecimentos pela contribuição de pessoas sem as quais todo o processo que a originou não teria sido possível, definitivamente não cheguei aqui sozinha!

Agradeço ao Programa de Pós-graduação em Ambiente e Desenvolvimento (PPGAD) da Univates, por meio de seus colaboradores e aos demais professores pelas aulas, incentivos e discussões acaloradas no decorrer do curso, que foram de grande importância nos meus registros pessoais para a conclusão deste trabalho.

Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo incentivo, pela concessão financeira de grande parte da realização desse mestrado.

À minha orientadora Profa. Dra. Eniz Conceição Oliveira, agradeço pelo apoio, a partilha do saber, as valiosas contribuições para o trabalho e ainda pela sensibilidade e acolhimento.

Agradeço ao Dr. Luís Fernando da Silva Laroque e Dra. Silvana Neumann Martins, professores dos Programas de Pós-graduação *Stricto Sensu* da UNIVATES, suas vozes que partiram da banca composta para exame do projeto, dali ecoaram durante a construção deste trabalho, obrigada pela contribuição!

Em especial às gestoras, professores e egressos dos cursos do PRONATEC e os colaboradores da instituição pesquisada em Imperatriz-Ma, que possibilitaram os

dados necessários para realização da pesquisa.

Agradeço à grande equipe de educadores da Faculdade Pitágoras de Imperatriz, todos os meus colegas e a diretora geral Profa. Valéria Matias, pelo incentivo e o espírito de trabalho. Reconheço que nesse nosso espaço temos nos aprimorado porque trazemos como lema “Paixão por Educar”.

Estou muito grata à minha mãe Francelina Vieira, batalhadora, que me mostrou a importância e me incentivou a estudar, mesmo não tendo a mesma oportunidade, que vibra comigo cada conquista. Agradeço também a meu pai Diomar Carneiro.

Ao meu unigênito filho Matheus Jacob, que tão carinhosamente me envolveu. Agradeço por todo seu apoio, obrigada pelos muitos cafezinhos trazidos, pelo incentivo e cuidado, pela compreensão na constante ausência e agitações do meu refazer como pessoa e como profissional. De alguma maneira quero ser um exemplo para você.

Ao meu esposo, Reginaldo Vieira Rocha, meu amor, meu pastor e meu amigo, por me acompanhar e vivenciar comigo momentos importantes neste processo.

Às minhas queridas irmãs Darlene Vieira e Francília Vieira, pela incessante motivação. Não tem jeito, nossa história é assim… ter uma irmã mais velha é ter uma segunda mãe e ter uma irmã caçula é ser mãe prematuramente, assumo que gosto muito de estar no meio disso, obrigada!

Agradeço às companheiras e amigas Profa. Dra. Herli de Sousa Carvalho, que me projetou por meio de sua sensibilidade ao encontro das ideias de iniciação científica desde os primeiros momentos na academia, e à Profa. Msc Veríssima Dilma por nossas trocas e constante aprendizado.

À minha amada Igreja Evangélica Vinho Novo, que soube entender minha ausência e intercedeu por mim, para que pudesse atingir meus objetivos diante dos (des) encontros deste processo árduo de “dar à luz” a este trabalho.

Agradeço a todos mais que eu não tenha citado nesta lista de agradecimentos, àqueles que de alguma forma, direta e indiretamente, deram sua contribuição na concretização desse sonho, estimulando-me intelectual e emocionalmente.

E por fim, o meu maior e infinito agradecimento a Deus por sustentar, guardar e permitir a realização dos meus propósitos. Reconheço que somente por sua graça me tem sido possível galgar patamares, tão simples aos olhos humanos, que não imaginei alcançar. Sem Ti Senhor nada posso fazer!

Estas páginas não conseguem abrigar minha enorme gratidão, mas que ao menos sirvam para torná-la um grande memorial. Muito obrigada!

Nessa condição de alerta permanente, não tem repouso intelectual. A memória seria tua inimiga. A herança do passado é temperada pelo sentimento de urgência, essa consciência do novo que é, também, um motor do conhecimento. A cidade pronta a enfrentar seu tempo a partir do seu espaço, cria e recria uma cultura com a cara de seu tempo e do seu espaço e de acordo ou sem oposição aos “donos do tempo”, que são também os donos do espaço.

Milton Santos

RESUMO

Sabe-se que a educação exerce um papel fundamental no desenvolvimento humano e consequentemente intervém no processo de crescimento socioeconômico. Neste sentido, considerando o atual cenário da educação profissional e sua contribuição na construção do sujeito, esta dissertação teve como objetivo geral investigar a (re) inserção dos egressos dos cursos de Formação Inicial e Continuada da política de educação profissional do PRONATEC no mercado de trabalho de uma unidade do Sistema "S" na cidade de Imperatriz-MA. A revisão de literatura centrou-se nos levantamentos de documentos que tratam do contexto da educação profissional no Brasil, da política pública do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - PRONATEC, das implicações oriundas da globalização, que alteram as relações entre educação, economia, mercado de trabalho e desenvolvimento, bem como das exigências que estes impactos causam para a qualificação profissional. O Estudo de Caso da pesquisa delineou-se os enfoques quantitativo e qualitativo, com levantamento de opinião de duas gestoras, 11 alunos egressos e 13 professores, que participaram da primeira etapa do programa (2012-2014). Desta análise os resultados apontados confirmam a hipótese deste estudo de que a (re) inserção dos egressos no mercado de trabalho se mostra abaixo das expectativas que propõe o PRONATEC, em decorrência da pouca idade dos participantes do programa e da pouca qualificação, e ainda do não acompanhamento pelos demandantes, de forma a demonstrar a necessidade de efetivação das estratégias de integração entre as políticas públicas e políticas específicas de trabalho e emprego para o desenvolvimento social.

Palavras-chave: Qualificação Profissional. PRONATEC. Inclusão e Exclusão. Sistema "S".

ABSTRACT

It is known that education plays a fundamental role in human development, consequently intervening in socio-economic growth. Towards this sense and considering the current professional education scenario and its contribution in the construction of the individual, the general purpose of this dissertation is to investigate the (re)insertion of egresses from the Initial and Continued Training courses at a System “S” unit in the city of Imperatriz-MA. Literature review centered around the findings in documents related to the professional education context in Brazil, the public policy of the National Program for Access to Technical Education and Jobs – PRONATEC, the implications from globalization that alter the relations between education, economics, job market and development, as well as the demands that impact place on professional training. The research Case Study was outlined under a quantitative and qualitative focus through opinion ascertainment by two managers, 11 egress students and 13 teachers who took part in the first stage of the program (2012-2014). The appointed results from that analysis confirm this study’s hypothesis that the (re)insertion of egresses in the job market appears lower than the expectations proposed by the PRONATEC due to the low age of the program participants and low qualification, and also the lack of follow-up by the claimants so as to demonstrate the need for effectuation of the integration strategies between public policies and specific job and employment policies for social development.

Key Words: Professional Qualification. PRONATEC. Inclusion and Exclusion. System “S”.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACII	Associação Comercial e Industrial de Imperatriz
CD	Conselho Deliberativo
CEDEIC	Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio
CEFET	Centro Federal de Educação Tecnológica
CNC	Confederação Nacional do Comércio
CNI	Confederação Nacional da Indústria
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos
EJA	Educação de Jovens e Adultos
EPT	Educação Profissional e Tecnológica
FAT	Fundo de Amparo ao Trabalhador
FIC	Formação Inicial e Continuada
FIES	Financiamento de Ensino Técnico
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
MAPA	Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento
MC	Ministério das Comunicações
MD	Ministério da Defesa
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário

MDIC	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MEC	Ministério da Educação e Cultura
MEI	Microempreendedor Individual (MEI)
MF	Ministério da Fazenda
MINC	Ministério da Cultura
MJ	Ministério da Justiça
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MPA	Ministério da Pesca e Agricultura
MPS	Ministério da Previdência Social
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
MTUR	Ministério do Turismo
PL	Projeto de Lei
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PROJOVEM	Programa Nacional de Inclusão de Jovens
PRONATEC	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
SCI	Secretaria Federal de Controle Interno
SDH	Secretaria de Direitos Humanos
SEBRAE	Serviço Brasileiro de apoio às Micro e Pequenas Empresas
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SETEC	Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
SINE	Sistema Nacional de Empregos
SISTEC	Sistema de Informações da Educação Profissional
SMPE	Secretaria de Micro e Pequenas Empresas
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura
UTFPR	Universidade Tecnológica Federal do Paraná

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Tramitação do Projeto de Lei do PRONATEC.....37
Quadro 2 - Instâncias de Gestão do PRONATEC.....39
Quadro 3 - Ações de Pactuação e oferta de cursos do PRONATEC/Bolsa-Formação.....46
Quadro 4 - Elementos do desenvolvimento Humano.....56
Quadro 5 - Categorias e Subcategorias de Análise da pesquisa.....92
Quadro 6 - Condição atual frente ao mercado de trabalho.....93

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Taxa de média anual (%) de desemprego no Brasil.....63
Tabela 2 - Oferta de Cursos de Formação Inicial e Continuada do PRONATEC – 2012.....84
Tabela 3 - Oferta de Cursos de Formação Inicial e Continuada do PRONATEC – 2013.....85
Tabela 4 - Oferta de Cursos de Formação Inicial e Continuada do PRONATEC - 2014.....86
Tabela 5 - Número de vagas ofertadas pelo PRONATEC na instituição – 2012 a 2014.....88
Tabela 6 - Perfil dos alunos pesquisados.....89
Tabela 7 - Perfil dos professores pesquisados.....90
Tabela 8 - Perfil profissional das Gestoras pesquisadas.....91

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 18

2 APROXIMAÇÕES TEÓRICAS 23

2.1 Educação Profissional e PRONATEC 23
2.1.1 Educação Profissional no contexto da sociedade brasileira 24
2.1.2 Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) 35
2.2 Globalização e os (des) caminhos do desenvolvimento 52
2.2.1 Globalização 52
2.2.2 Desenvolvimento: aspectos socioeconômicos 56
2.2.3 Exclusão e inclusão: interfaces de impactos na qualificação profissional 61
2.2.4 Qualificação profissional, instrução e trabalho 66

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS 70

3.1 Contextualização 71
3.2 Tipo de pesquisa 72
3.3 Método 75
3.4 Coleta de dados 75
3.4.1 Amostra 78
3.5 Estratégias de análise dos dados 78
3.6 Critérios éticos 80

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO 81

4.1 Contexto da pesquisa 81
4.2 Perfil dos participantes 88
4.3 A pesquisa 91
4.4 Categorias emergentes do estudo 91
4.4.1 Egresso e o Mercado de Trabalho 92
4.4.2 Avaliação dos Cursos e do PRONATEC 96
4.4.3 Preparo e Qualificação profissional 107
4.4.4 Oferta e Procura dos Recursos Humanos 111

4.5 Desenvolvimento e o PRONATEC 120

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS 123

REFERÊNCIAS 127

APÊNDICES 133

1 INTRODUÇÃO

No século XXI, em um mundo pautado pelo processo de globalização econômica e reestruturação produtiva do capital, as transformações oriundas deste contexto impõem a atualização constante dos saberes dos trabalhadores, além da ampliação e da diversificação de aprendizagens. A educação, por sua vez neste cenário, está diretamente vinculada à compreensão de que é necessário formar pessoas que possam participar de maneira ativa e significativa, atuando para transformar o seu entorno e gerar dinâmicas construtivas.

No âmbito socioeconômico atual, novas abordagens no campo da educação são necessárias no sentido de, através de políticas voltadas à construção dos saberes do profissional, pensar no sujeito no contexto local. Nessa perspectiva, a importância crescente para o desenvolvimento, percebida nas transformações sociais prescinde o pensamento de que, quanto mais a globalização avança e propõe reações dos sujeitos sociais, mais estes sujeitos precisam pensar o espaço local e buscar melhores condições de vida no seu entorno imediato. Um dos fatores proeminentes para o desenvolvimento da sociedade, em seus mais variados campos, tem sido a educação, pois é através de conhecimentos gerais e específicos que se pode intervir em um plano local, uma vez que por meio das instituições de ensino preparam-se pessoas para diversas formas de convívio social.

Em meio a esta realidade no tocante à exigência do mercado de trabalho, dentre outros fatores como o de diminuir os índices de desemprego e de oportunidades para geração de renda, na cidade de Imperatriz-MA há oferta de cursos técnicos profissionalizantes desde 2012, por meio da nova política pública

intitulada Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC). Uma iniciativa do Governo Federal, a Lei nº. 12.513 de 26 de outubro de 2011 que propõe em meio a seus objetivos “ampliar as oportunidades educacionais dos trabalhadores, por meio do incremento da formação e qualificação profissional” (BRASIL, 2011a).

Nessa perspectiva de qualificação profissional para o mercado de trabalho, teve-se como problema que conduziu esta pesquisa a seguinte questão: os egressos dos cursos de Formação inicial e Continuada de uma unidade do Sistema “S” estão sendo (re) inseridos no mercado de trabalho pela política de educação profissional do PRONATEC na cidade de Imperatriz-MA?

A hipótese estabelecida para este trabalho é que o PRONATEC promova a (re) inserção dos sujeitos no mercado de trabalho, sejam eles de primeiro emprego, os que buscam gerar renda por meio da qualificação profissional ou os desempregados. As expectativas geradas em torno do programa partiram do pressuposto de que realizando os cursos, estes deveriam propiciar acesso ao ensino técnico e também acesso ao emprego, e assim, responde à necessidade da população mais desprovida, como alternativa de formação profissional de qualidade.

Considerando a importância das políticas públicas educacionais que tratam da qualificação profissional, tendo em vista o atendimento das demandas do mercado de trabalho e oportunidades de gerar emprego e renda, uma vez que aumentar a produtividade prescinde investimento em pessoas, o objetivo geral deste trabalho busca:

Investigar a (re) inserção dos egressos dos cursos de Formação Inicial e Continuada da política de educação profissional do PRONATEC no mercado de trabalho de uma unidade do Sistema “S” na cidade de Imperatriz-MA.

Para abordar o problema apontado, a teia de reflexões se construiu em torno dos seguintes objetivos específicos:

- Identificar a política de educação profissional do PRONATEC;

- Conhecer o perfil dos alunos, professores e gestores do PRONATEC da unidade Sistema “S” em Imperatriz-Ma;

- Investigar se os alunos egressos dos cursos FIC da unidade do Sistema “S” estão sendo reinseridos no mercado de trabalho na cidade de Imperatriz-MA e;

- Inquirir como o PRONATEC está contribuindo para o desenvolvimento da cidade de Imperatriz-MA.

As motivações para realizar a pesquisa partiram do incômodo em perceber que a cidade de Imperatriz-MA tem demonstrado grande necessidade de profissionais no setor de comércio, indústria e prestação de serviços e, nesse sentido, percebeu-se que por meio de qualificação profissional e a abertura de oportunidades de emprego e renda a população local tem como contribuir com o desenvolvimento da cidade.

Ainda, outro fator se dá pelo Norte e Nordeste serem regiões que são reconhecidas por grandes índices de pobreza e de poucas oportunidades, a Lei do PRONATEC endossa esta carência quando trata em seu Art. 6º do cumprimento dos objetivos quanto à questão da transferência de recursos para investir em educação profissional nas redes públicas estaduais e municipais ou dos serviços nacionais de aprendizagem determinando: “Do total de recursos financeiros de que trata o **caput** deste artigo, um mínimo de 30% (trinta por cento) deverá ser destinado para as Regiões Norte e Nordeste com a finalidade de ampliar a oferta de educação profissional” (BRASIL, 2011a, grifo do autor). Percebe-se que em Imperatriz-MA, região nordeste, localizada ao sul do estado do Maranhão, é perceptível essa necessidade e o pouco investimento para melhoria da qualidade de vida.

Outra motivação que marca o interesse de cunho pessoal por este estudo se deu por perceber a pouca discussão pelos educadores sobre políticas públicas de educação profissional na região, o discurso elencado se baseia na realidade apresentada pelos cursos que se caracterizarem como aligeirados, que denotam superficialidade e fragilidade nos processos de ensino e de aprendizagem e configuram o fazer pelo fazer.

Destas inquietações, surgiu o interesse em estudar o caso em uma

instituição do Sistema “S” [1], investigar as atividades desenvolvidas relativas à adequação da proposta do PRONATEC e nessa perspectiva atender aos critérios do Programa de Pós-graduação *Stricto Senso* do Mestrado em Ambiente e Desenvolvimento que implicam as áreas de concentração Espaço, Ambiente e Sociedade e Linha de Pesquisa Espaço e Problemas Socioambientais.

Estruturalmente esta dissertação se organiza em seis capítulos. O primeiro é a própria introdução. No segundo capítulo abordam-se mudanças sociais e políticas no contexto brasileiro que marcam a educação voltada para o trabalho, com um breve levantamento sobre a educação profissional, a política de educação profissional Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) e seu conjunto de estratégias para o enfrentamento da atual conjuntura brasileira. Ainda traz a análise das implicações que alteram as relações entre educação, economia, desenvolvimento e mercado de trabalho e algumas questões pontuais relacionadas à globalização que têm influenciado várias formas de comportamentos, os aspectos socioeconômicos, a exclusão e inclusão que impactam a qualificação profissional. Pontuando a exigência de um olhar diferenciado do desenvolvimento das políticas educacionais, da atuação dos profissionais a partir da educação profissional e da proatividade dos sujeitos e sua inclusão no mercado de trabalho.

No terceiro capítulo está delineado o caminho metodológico composto por procedimentos, métodos, técnicas e instrumentos específicos, a operacionalização de coleta de dados, amostra e como os dados foram analisados, e ainda os critérios éticos, apontando sistematicamente o delineamento da realização deste trabalho.

O penúltimo capítulo apresenta os resultados e discussões das informações levantadas em pesquisa de campo por meio de entrevistas com duas gestoras e 11

[1] O Sistema “S” é conhecido pela integração de agências de educação profissional de cunho privadas dirigidas ao treinamento ou qualificação profissional, assistência social, consultoria, pesquisa e assistência técnica que se constituem no Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI); Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC); Serviço Social da Indústria (SESI); Serviço Social do Comércio (SESC); Serviço Social de Transporte (SEST); Serviço Nacional de Aprendizagem Transporte (SENAT); Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR); Serviço Brasileiro de Apoio a Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) e Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (SESCOOP). Atualmente é o maior sistema brasileiro de atuação no campo da educação profissional em seus diversos e mais amplos níveis que englobam qualificação básica, educação técnica e tecnológica (SAVIANI, 2008; BRUM, 2012).

egressos dos cursos FIC e ainda utilizando questionário com 13 professores todos envolvido com o PROGRAMA na unidade do Sistema “S”, pesquisada entre os anos de 2012 e 2014. O último capítulo traz as considerações finais com as reflexões acerca do tema abordado, as sínteses dos principais resultados alcançados na pesquisa. As últimas partes estruturais, não demonstradas em forma de capítulos, constituem-se das referências utilizadas que serviram de aportes para fundamentar o tema estudado e dos apêndices.

Assim, vale ressaltar que este estudo tem sua relevância, por abordar uma política pública educacional para formar o cidadão autônomo e preparado para o mercado de trabalho, seja ele de primeiro emprego, o que busca melhor posição através da qualificação profissional, o desempregado ou aquele que procura gerar, de alguma forma, fonte de renda e sustentabilidade financeira por estar excluído do mercado de trabalho.

Por se tratar de uma política pública recente permeada por desafios e pelas poucas informações disponíveis sobre o tema, este estudo mantém-se em aberto, se constituindo assim em importante sugestão para futura pesquisa, passível de reforço, abrindo-se a expectativa de que sejam periodicamente realizadas novas coletas de dados com recortes e fins mais específicos. Nesse sentido, atendendo inclusive, os estudos das articulações políticas públicas que surgiram após a primeira etapa do PRONATEC que buscam seus desdobramentos a partir da inclusão produtiva para promoção do acesso ao emprego e geração de renda, com proposta mediante qualificação profissional e intermediação de mão de com estratégias de empreendedorismo individual e estratégias para o trabalho associativo. Ainda pela possibilidade do microempreendedorismo individual e da economia solidária, com apoio em serviços de formalização, assistência técnica e de fomento ao microcrédito produtivo orientado, assim como esclarecem Montaigner e Muller (2015) na compilação dos relatórios que demonstram o desenvolvimento do programa.

2 APROXIMAÇÕES TEÓRICAS

Neste capítulo são apresentados os aportes teóricos que embasam as reflexões do estudo. As aproximações teóricas reforçam e sustentam a linha de investigação da pesquisa, uma vez que se trata de uma visão crítica e auxiliar embebidas nas concepções, ideias e apontamentos que partem de uma revisão de trabalhos clássicos e contemporâneos na perspectiva de fornecer fundamentos nas teorias existentes.

2.1 Educação Profissional e PRONATEC

Nesta abordagem são analisadas, preliminarmente, algumas mudanças sociais e políticas no contexto brasileiro, que marcam a educação voltada para o trabalho por meio de um breve levantamento sobre a educação profissional. Trata também, da política de educação profissional intitulada Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) e seu conjunto de estratégias para o enfrentamento da atual conjuntura brasileira no tocante a proporcionar o acesso ao emprego e qualificação de mão de obra para (re) inclusão no mercado de trabalho.

2.1.1 Educação Profissional no contexto da sociedade brasileira

Alguns aspectos que demonstram a educação atrelada ao preparo para o trabalho têm nas transformações sociais e políticas o desencadeamento de mudanças de comportamentos e de perspectivas de desenvolvimento. Em se tratando do contexto brasileiro, inicialmente a educação profissional teve a manufatura-industrial sobrepondo-se, hegemonicamente, às demais formas de ofícios como o comércio, os serviços e a agricultura.

O contexto brasileiro da educação profissional tem seus primeiros registros no início do século XIX, no Período Colonial, com marcas de uma economia agroexportadora de matérias primas por meio da mão de obra escrava. Em 1808 a abertura dos portos e o incentivo à instalação de fábricas implicaram na criação do "Colégio de Fábricas", considerado o primeiro estabelecimento com o objetivo de atender a educação dos artistas aprendizes, vindos de Portugal; medidas estas, oriundas de um alvará baixado pelo Príncipe Regente, D. João VI. Em 1809 a aprendizagem tornou-se obrigatória para os ofícios e o ensino das primeiras letras, que estiveram voltados às crianças pobres, órfãos e abandonados (BRASIL, 2009a). Nesse período a força de trabalho livre se orientou para o artesanato e manufatura:

> O emprego de escravos como carpinteiros, pedreiros, ferreiros, tecelões, confeiteiros e em vários outros ofícios afugentava os homens livres, emprenhados em marcar sua distinção de condição de escravo, o que era de maior importância diante da tendência dos senhores/empregadores de ver todo trabalhador como *coisa sua.* (CUNHA, 2005, p.3, grifos do autor).

Nessa perspectiva, o trabalho manufatureiro e artesanal eram considerados indignos para os não escravos; vinha se apresentando a dualidade entre ensino de ofícios a brancos e escravos (negros e índios). O mesmo autor aborda ainda, que "havia a destinação do trabalho pesado e sujo (manual, evidentemente) ao escravo; havia, ao mesmo tempo, atividades manuais que os brancos livres queriam que ficassem reservadas para si" (CUNHA, 2000, p.90).

A educação para o exercício profissional veio assim, se configurando como proposta para suprir as necessidades dos setores de produção voltada ao amparo dos órfãos, jovens que não tinham escolha, crianças que arriscassem o desequilíbrio social e os demais desvalidos da sorte. O trabalho humano foi considerado como atividade social para garantia de sobrevivência, organização e funcionamento da sociedade e, nessa perspectiva, sujeito diretamente às demandas sociais (KUENZER, 1989).

Nos anos que sucedem este período, a partir de 1822 e com a Independência do Brasil, o governo Imperial registra a expansão dos espaços de aprendizagem, uma vez que “a população brasileira era estimada em torno de cinco milhões de habitantes, sendo que os brancos representavam cerca de 30% desse total” (BRUM, 2012, p.143).

O ensino público em 1827 se organizou em quatro graus; Fonseca (1961, p.128) destaca que este alinhamento revelava “uma tendência à evolução do conceito dominante sobre o ensino profissional, pois mostrava que a consciência nacional começava a se preocupar com o problema”; assim, o 1º grau eram as Pedagogias, o 2º grau eram os Liceus, 3º grau os ginásios e em 4º grau as Academias para o ensino superior. O ensino de ofícios estava inserido na 3ª série das escolas primárias e, posteriormente, nos Liceus voltados para o aprendizado de desenho como conhecimento base para artes e ofícios com finalidade beneficente:

> Os cegos, os abandonados, os órfãos, os pobres despertariam piedade e para eles surgiriam os asilos, os patronatos, as associações protetoras, os orfanatos, onde, além do abrigo e do sustento que ofereciam, também havia ensino de ofícios para os infelizes de ambos os sexos (FONSECA, 1962, p.278).

Na década de 1850, houve abertura de estabelecimentos especiais, dando continuidade à proposta de atender o mesmo público de aprendizes (SAVIANI, 2008). Em 1870, com o incentivo das ferrovias, se consolidou uma visão de ocupação e desenvolvimento do território brasileiro; foram instaladas para servir à agricultura de exportação, com impactos diferentes nas culturas de cana e café. A participação de empresas ferroviárias foi um grande incentivo ao desenvolvimento, uma vez que a produção industrial-manufatureira mobilizava a força de trabalho

(CUNHA, 2005). Assim a expansão das lavouras de café reordenou a organização social e econômica brasileira, alavancando o processo de industrialização.

Foi no Brasil Império que as ideias do Estado estiveram voltadas ao ensino de ofícios no intuito de

> a) imprimir a motivação para o trabalho; b) evitar o desenvolvimento de idéias contrárias à ordem política, de modo a não se repetirem no Brasil as agitações que ocorriam na Europa; c) propiciar a instalação de fábricas que se beneficiassem da existência de uma oferta de força de trabalho qualificada, motivada e ordeira; d) favorecer os próprios trabalhadores que passariam a receber salários mais elevados, na medida dos ganhos de qualificação (CUNHA, 2000, p.92).

Em 1909, o presidente da República, Nilo Peçanha, sanciona o Decreto-Lei de nº 7.566 que atribui como responsabilidade do Estado, a formação profissional no Brasil. Segundo Acácia Kuenzer (*in* FERRETT; SILVA JÚNIOR; OLIVEIRA, 1999, p.122) houve "a criação de 19 escolas de artes e ofícios nas diferentes unidades da federação, precursoras das escolas técnicas federais e estaduais" com a intenção principal de educar através do trabalho os órfãos, os pobres e os desvalidos da sorte. Tais escolas ficaram também conhecidas como "Escolas de Aprendizes Artífices", nas quais foram ofertados variados cursos para atender as necessidades emergentes da agricultura e da indústria; dentre eles tornearia, mecânica e eletricidade, bem como oficinas de carpintaria.

Percebe-se que a formação profissional se manifestou como a formação do caráter pelo trabalho e, mediante esta finalidade, veio buscando o alcance do desenvolvimento industrial, praticamente inexistente. O Decreto-Lei n. 7.566 trazia ainda:

> Se torna necessário, não só habilitar os filhos dos desfavorecidos da fortuna com o indispensável preparo técnico e intelectual como fazê-los adquirir hábitos de trabalho profícuo, que os afastará da ociosidade, escola do vício e do crime; que é um dos primeiros deveres do Governo da República formar cidadãos úteis à Nação (BRASIL, 1909).

Com a intenção de evitar a desordem social específica, o Decreto citado anteriormente, em seu Artigo 6º, esclarece que para admitir os indivíduos neste planejamento, somente seriam atendidos os que solicitassem dentro do prazo

marcado para a matrícula, e que ainda deveriam seguir alguns pré-requisitos. Assim, preferencialmente se ofertava aos desfavorecidos de fortuna com “a) idade de 10 anos no mínimo e de 13 anos no máximo”, e ainda “b) não sofrer o candidato moléstia infectocontagiosa, nem ter defeitos que o impossibilitem para o aprendizado do ofício”. Pode-se depreender que na intenção de regeneração social, claramente fica expressa a questão disciplinar de meninos pobres, trabalhando a ocupação para afastamento da marginalidade visto que nesta tenra idade estes sujeitos representavam potenciais de desajuste social. Nesse sentido, a educação é apresentada como meio de igualdade e prevenção da criminalidade.

Em meados de 1920, momento marcado pela industrialização no Brasil, as referidas Escolas de Aprendizes Artífices, são reformuladas nos quesitos organização administrativa e didático-pedagógica, mediante a conjuntura social do país, passou-se a exigir o ensino técnico que promovesse a qualificação de profissionais, desencadeando na década seguinte o surgimento de escolas profissionalizantes, mediante o novo modelo de desenvolvimento (SAVIANI, 2008).

Percebeu-se que este desenvolvimento implicou no deslocamento da sociedade do campo para a cidade e da agricultura para a indústria; características fortes da conhecida Revolução de 1930, que deflagra o processo de urbanização do campo e industrialização da agricultura. Houve também uma reacomodação de interesses, o latifúndio agroexportador em decadência, a burguesia urbana incipiente e o operariado ensaiando seus primeiros passos. Segundo Brum (2012), foi a partir do período do governo de Getúlio Vargas que se assumiu uma posição aberta e favorável a um projeto de industrialização.

Nessa perspectiva, a criação em novembro do ano de 1930 do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio vinculou “empresários e trabalhadores ao mesmo órgão público de primeiro escalão. Logo a seguir vieram as leis de proteção ao trabalhador e de enquadramento dos sindicatos” (BRUM, 2012, p.178). Assim o ensino industrial foi expandido, impulsionado por uma política específica de criação de novas escolas industriais.

Em meio às tentativas de qualificação profissional, em 1931 funda-se o Instituto de Organização Racional do Trabalhador (INDORT), que exerceu influência

decisiva na reorganização educacional brasileira. Francisco Campos, ministro da Educação e Saúde, baixa sete decretos dentre os quais o de nº. 20.158, de 30 de junho de 1931, que organizou o ensino comercial entre outras providências. Em 1932, a burguesia industrial, suscitada pelo exército brasileiro, assume o controle governamental com o movimento "Estado de Compromisso"; uma tentativa de recuperar o Brasil dos déficits com a revolução, gastos com a Guerra Paulista e com o auxílio prestado aos estados do Nordeste pela forte seca (SAVIANI, 2008). Como alternativas de formação dos trabalhadores, nessa fase, segundo Kuenzer (1989), oferecia-se o curso profissional de quatro anos de duração, aos quais poderiam suceder em alternativas de formação exclusiva para o mundo do trabalho, ao nível ginasial, que apresentou uma ramificação em: normal, técnico comercial e o técnico-agrícola; dessa forma, indo ao encontro do novo modelo de desenvolvimento das forças produtivas e claramente promulgando a separação entre capital e trabalho.

Com a Constituição de 1934 "as bases democráticas da educação nacional" definiram o ensino técnico como o primeiro dever do Estado e buscaram estabelecer a cooperação entre as indústrias e o Estado (SAVIANI, 2008, p.198). Dispuseram a educação como direito de todos, ministrada, portanto, pela família e pelo poder público com o incentivo do Manifesto dos pioneiros da Educação Nova[2].

A Constituição de 1937, no Artigo 129, marcou o ensino profissional em suas prerrogativas distinguindo-a, atribuindo, por um lado a promoção do ensino secundário e também superior àqueles que fossem da elite, e por outro, condições de ensino profissionalizante para as classes menos favorecidas; e nessa mudança se percebeu os entraves do avanço da escolaridade. Essa lei, que teve a plena colaboração das indústrias em um período de desenvolvimento, oportunizou acesso aos filhos de operários.

> É dever das indústrias e dos sindicatos econômicos criar, na esfera de sua especialidade, escolas de aprendizes, destinadas aos filhos de seus operários ou de seus associados. A lei regulará o cumprimento desse dever

[2] O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova constituiu-se em um documento formulado, a partir de uma iniciativa de educadores (elite intelectual) datado no ano de 1932 que segundo os elaboradores é destinado ao povo e ao governo para uma reconstrução educacional do Brasil, em sua estrutura, apresentou em termos políticos "a posição de uma corrente de educadores que busca se firmar pela coesão interna e pela conquista da hegemonia educacional diante do conjunto da sociedade" (SAVIANI, 2008, p.253).

> e os poderes que caberão ao Estado sobre essas escolhas, bem como os auxílios, facilidades e subsídios a lhes serem concedidos pelo poder público. (BRASIL, 2009).

Em 1942 duas medidas importantes marcaram a educação no campo do movimento para o desenvolvimento do Brasil por meio das indústrias. Com o objetivo de preparar a mão de obra qualificada, cria-se a lei orgânica do ensino industrial e a unidade pioneira do Sistema “S”, o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), “destinado a preparar menores, jovens e operários para o trabalho na indústria, sem passar necessariamente pelos degraus do sistema de ensino formal” (BRUM, 2012, p.196-197). Quatro anos após estas medidas foi criado o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC); seus objetivos pautaram-se na “preparação de mão de obra para o comércio e os serviços”.

Assim, indústria e o comércio se tornam os dois pilares da economia no Brasil. Segundo Saviani (2008, p.192), deste período de “pós-Revolução de 1930 que se estendeu até 1945”, as políticas governamentais estiveram fortemente marcadas não apenas no que se refere ao ensino profissionalizante, mas também à educação.

Como Lei Orgânica do Ensino Industrial, o Decreto-Lei nº 4.073/42 estabelece o ensino técnico profissional:

> Art. 6º O ensino industrial será ministrado em dois ciclos. § 1º O primeiro ciclo de ensino industrial abrangerá as seguintes ordens de ensino: 1 - ensino industrial básico; 2 - ensino de mestria; 3 - ensino artesanal; 4 - aprendizagem. § 2º O segundo ciclo do ensino industrial compreenderá as seguintes ordens de ensino: 1 - ensino técnico; 2 - ensino pedagógico […] Os cursos industriais terão a duração de quatro anos, os cursos de mestria, a de dois anos, os cursos técnicos, a de três ou quatro anos e os cursos pedagógicos, a de um ano (BRASIL, 1942).

Juntamente com a instituição do SENAC, foram transformadas as antigas escolas de Aprendizes Artífices em escolas técnicas federais pelos Decretos-leis de nº 8.621 e de nº 8.622 de janeiro de 1946. A Lei Orgânica do Ensino Comercial, pelo Decreto nº 8.529/46, instituiu o ensino técnico profissional em dois ciclos (com média entre sete a oito anos de duração): Ciclo 1 – Comercial básico com 4 anos e Ciclo 2- Técnicos - de 3 anos (contabilidade, comércio, estatística, propaganda e

secretariado). É importante ressaltar que essas transformações na educação brasileira aproximaram o ensino secundário propedêutico e os cursos de ensino médio profissionalizante (BRASIL, 1946a, 1946b).

No início dos anos de 1960, a situação econômica decrescente do país apontava o declínio das importações oriundas das indústrias de bens de consumo, e o ritmo das atividades econômicas diminuiu enquanto a população crescia. Assim, “com o agravamento da deterioração econômica das incertezas, o empresariado se retraiu. Reduziram-se os investimentos, tanto privados como públicos – estes por falta de recursos” (BRUM, 2012, p.229). Em uma perspectiva de redução do poder aquisitivo dos salários, aumento do desemprego, baixa arrecadação do governo entre outros fatores, algumas propostas surgem com a finalidade de reverter o quadro, com a erradicação do analfabetismo da classe adulta, na tentativa de alcançar as massas urbanas, rurais e operárias.

Com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1961 (BRASIL, 1961) houve o reconhecimento da necessidade de nivelamento entre cursos profissionalizantes e propedêuticos, legitimando os cursos oferecidos pelo SENAI e SENAC como equivalência aos níveis fundamental e médio, embora a lei não trouxesse um direcionamento mais específico no aspecto da educação para o trabalho:

> Essa primeira LDB equiparou o ensino profissional, do ponto de vista da equivalência e da continuidade de estudos, para todos os efeitos, ao ensino acadêmico, sepultando, pelo menos no ponto de vista formal, a velha dualidade entre ensino para “elites condutoras do país” e ensino para “desvalidos da sorte” (BRASIL, 2008, p. 281).

Estas mudanças tomam força para no governo de 1964. Com o golpe militar a educação se tornou prioridade e possibilidade de crescimento do país. A educação profissional passou a ser responsabilidade também das escolas estaduais. Sob esta nova perspectiva, existiu a diferenciação nos projetos pedagógicos voltados às necessidades distintas de preparo de trabalhadores instrumentais e os intelectuais. Diferentemente do que acontece na conhecida Educação Tecnicista, em uma nova ruptura histórica sob a égide do governo militar em 1971, na Lei Federal 5.692/71 há

substituição da equivalência pela obrigatoriedade da profissionalização com habilitações específicas para o mercado de trabalho através do 2º Grau (BRASIL,1971).

O contexto brasileiro econômico e social de crescimento “o milagre econômico” se deparou com escassez de recursos humanos e recursos materiais, principalmente nas escolas. Saviani (2008, p. 381) remonta que, “Se no artesanato o trabalho era subjetivo, isto é, os instrumentos de trabalho eram dispostos em função do trabalhador e este dispunha deles segundo seus desígnios, na produção fabril essa relação aqui é invertida”. Destaca ainda que o trabalhador teve que se adaptar às novas condições de “linha de montagem” e à mecanização do contínuo processo de industrialização.

Com a proposta de educação técnica profissional em junho de 1978 nas cidades do Rio de Janeiro, Minas Gerais e Paraná, três escolas técnicas federais foram transformadas em Centros Federais de Educação Tecnológicas (CEFETs), “iniciando um processo de ampliação da oferta de cursos superiores tecnológicos” (CASSIOLATO; GARCIA, p.12, 2014).

Em 1982, a Lei 7.044/82 promulga o término da obrigatoriedade da profissionalização no formato de qualificação. Foi substituída a “qualificação profissional” por “preparação para o trabalho”. No Artigo 27 ficando da seguinte forma:

> Desenvolver-se-ão, ao nível de uma ou mais das quatro últimas séries do ensino de 1º grau, cursos de aprendizagem, ministrados a alunos de 14 a 18 anos, em complementação da escolarização regular, e, a esse nível ou ao de 2º grau, cursos intensivos de qualificação profissional.

Fica subtendido o preparo profissional com a abordagem das habilitações profissionais específicas. Nesta década de 80, houve defasagem tecnológica e de relativa deficiência empresarial, em que o Brasil apresentou:

> Grande parcela da população economicamente ativa pouco educada e com baixa qualificação técnica para o trabalho, comprometendo seu desempenho como profissionais e como cidadãos; vigência, ainda de um capitalismo anacrônico, tutelado por um Estado ineficiente, paternalista, cartorial e perdulário (BRUM, 2012, p.357).

Com a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) nº 9.394/96, a educação brasileira tem, a partir de então, regulamentada dois níveis educacionais: Educação Básica e Educação Superior. Como modalidade, a educação profissional se apresenta paralelamente à educação básica e, dessa realidade, se acentuam as discussões de integração da educação profissional ao ensino médio em modalidades de ensino. Essas alterações ficaram definidas no Artigo 39:

> A educação profissional, integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia, conduz ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva. Parágrafo único. O aluno matriculado ou egresso do ensino fundamental, médio e superior, bem como o trabalhador em geral, jovem ou adulto, contará com a possibilidade de acesso à educação profissional (BRASIL, 1996).

Nesta base, a LDB legaliza três modalidades de educação: Educação de Jovens e Adultos, Educação Profissional e Educação Especial. Dentre estas a educação profissionalizante teve uma fragmentação em níveis básico, técnico e tecnológico. No Artigo 42 desta Lei ficou especificamente definido que “as escolas técnicas e profissionais, além dos seus cursos regulares, oferecerão cursos especiais, abertos à comunidade, condicionados a matrícula à capacidade de aproveitamento e não necessariamente ao nível de escolaridade”.

Dessa forma, abrem-se precedentes para a organização do ensino em níveis, mas também, preconiza a continuidade em cursos mais livres no formato das unidades do Sistema “S”. A indústria continuou com seu crescimento e fomentando o ensino nesta linha de qualificação.

No âmbito da educação profissional, o nível básico destinado ao que declara o Decreto 2.208/97, de 17 de abril de 1997, em seu Artigo1 º buscou:

> I - Promover a transição entre a escola e o mundo do trabalho, capacitando jovens e adultos com conhecimentos e habilidades gerais e específicas para o exercício de atividades produtivas;
> II – proporcionar a formação de profissionais, aptos a exercerem atividades específicas no trabalho, com escolaridade correspondente aos níveis médio, superior e de pós-graduação;
> III – qualificar, reprofissionalizar e atualizar jovens e adultos trabalhadores, com qualquer nível de escolaridade, visando a sua inserção e melhor desempenho no exercício do trabalho (BRASIL, 1997).

Esta modalidade educacional procurou oportunizar a jovens e adultos; especialmente desempregados, chefes de família, mulheres, jovens em busca do primeiro emprego e em situação de risco social, portadores de deficiência e membros de etnias que sofreriam discriminação perante a sociedade. Ao conotar uma formação aligeirada e eminentemente técnica este foi revogado, dando lugar ao Decreto nº 5.154 de julho de 2004, definindo então a educação profissional por meio de cursos e programas, que institui em seu Artigo 1º: “I - formação inicial e continuada de trabalhadores; II educação profissional técnica de nível médio; III – educação profissional tecnológica de graduação e pós-graduação”. Também, por meio desta reformulação há intenção de unir a educação profissional ao ensino médio.

Enquanto a LDB (Capítulo II Seção IV item I) vem tratando esta fase da educação como possibilidade de prosseguimento dos estudos, o Decreto de nº 5.154 de 23 de julho de 2004, em que em seu Artigo 4º § 1º trata da articulação entre a educação profissional técnica de nível médio e o ensino médio delineando sua forma:

> I - **integrada**, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino fundamental, sendo o curso planejado de modo a conduzir o aluno à habilitação profissional técnica de nível médio, na mesma instituição de ensino, contando com matrícula única para cada aluno; II - **concomitante**, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino fundamental ou esteja cursando o ensino médio, na qual a complementaridade entre a educação profissional técnica de nível médio e o ensino médio pressupõe a existência de matrículas distintas para cada curso, podendo ocorrer; III - **subseqüente**, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino médio (BRASIL, 2004).

Entre os anos de 2003 e 2010, há mudanças no âmbito da educação profissional com a expansão da Rede de Educação Profissional, a criação do Programa Brasil Profissionalizado, pelo Decreto nº 6.303/2007, incentivando a implantação do ensino médio, integrado nas redes estaduais de ensino. O aumento do número de Institutos Federais incitou o empenho da formação para o trabalho.

Nestes diversos momentos de reorganização de modelos, há intentos de articulação entre educação básica e ensino técnico, oferta de educação também livre, preocupada em atender as necessidades educacionais de jovens e adultos.

Com esta intenção, em meio à modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA), Institutos Federais de Educação (IFs), antigos CEFETs, que incentivaram a expansão do Ensino Técnico e profissionalizante, o Sistema “S” se consolidou, custeado ao longo dos anos pelas empresas e indústrias para atender as necessidades específicas destas áreas. Assim, SENAI e SENAC, principalmente, desenvolvem em seus planos uma diversidade de cursos e áreas na tentativa de atender as exigências requeridas pelo mercado de trabalho, promovendo cursos livres profissionalizantes, propondo inserção no mercado algumas vezes incitando o empreendedorismo.

Neste cenário, diante desse contexto brasileiro da educação profissional e sua pretensa consolidação, a legislação reforçou a ideia de níveis educacionais e formas de instituições buscarem qualificação para o trabalho. Houve, ao mesmo tempo, a intensão de atender a qualificação da mão de obra e o desenvolvimento do país, uma vez que se destinou desde o início a condução técnica, de conotação exploradora, mas interessada em “maquiar” as desigualdades pela busca da incessante coesão social.

Carneiro (1998, p.196) analisa que a desvalorização do ensino técnico profissional acontece devido “seu elevado custo, o que o torna uma opção descartada em tempo de políticas neoliberais, pois o estado se faz mínimo para o atendimento das questões sociais e, dentre elas, a educação”. Esta visão atrasou o processo de investimentos na educação profissional.

Nas idas e vindas, nas articulações políticas e legais para organizar o ensino profissionalizante, o governo brasileiro, em 2011, criou o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – PRONATEC e assim, com esta proposta, a Lei que o instituiu preconiza dar continuidade a expansão e democratização do acesso de cursos de Educação Profissional Técnica de nível médio e de cursos de Formação inicial e Continuada, oportunizando o acesso ao emprego e geração de renda (BRASIL, 2011a).

2.1.2 Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC)

As discussões que se levantam acerca da consolidação da educação profissional no Brasil remontam o interesse de prosseguir com o debate sobre qualificação para o trabalho, desenvolvimento humano, e, sobretudo, de sustentabilidade do indivíduo por meio do acesso ao emprego a um número significativo de brasileiros. Assim, a formação profissional do trabalhador tem se apresentado como desafio constante atrelado às mudanças e exigências que, mediante a dinâmica social do contexto brasileiro, deve considerar o discurso do mercado de trabalho que se apoia na ideia de que não há absorção pelo excesso de formandos, por mudanças na economia do país, ou ainda no discurso da falta de mão de obra qualificada.

É importante destacar a situação do Brasil como um país que possui grande desigualdade social, e esse é um dos fatores que explica o grande quadro de pobreza. Alternativas para o combate a esta realidade tem se apresentado como um dos principais problemas que o Estado brasileiro, como formulador de políticas públicas redistributivas, tem de enfrentar. Segundo Cassiolato e Garcia (2014, p.10), novos formatos de organizações sociais e econômicas do Brasil requerem práticas voltadas a este fim. Os autores apontam que dados do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) registram que “em meados de 1980 até início da primeira década do século XXI a taxa de desemprego no Brasil praticamente dobrou e, juntamente com esta realidade, os governos formulam estratégias para mudar o quadro socioeconômico do país”.

Sobre a realidade brasileira, o trabalho organizado pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome de 2015, demonstra tecnicamente uma avaliação da gestão da política pública do PRONATEC no âmbito da inclusão produtiva urbana entre 2011 e 2014, trazendo as dificuldades educacionais do Brasil pela baixa escolaridade de pessoas de 25 anos ou mais; as desigualdades educacionais nas diferentes regiões do país e ainda os problemas relacionados ao

acesso e permanência na escola. Estas deflagram “desafios incontornáveis para o desenvolvimento econômico, social e cultural do país” assim os autores registram:

> O Censo Educacional Brasileiro de 2013, realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), revela elevado número de analfabetos de 15 anos ou mais (cerca de 13 milhões), baixa taxa de escolarização líquida da população de 15 a 17 anos no ensino médio (cerca de 55%) e baixa taxa líquida da população de 18 a 24 anos na educação superior (cerca de 16,3%). Diante disso, o Brasil tem implantado ações em todos os níveis, etapas e modalidades da educação para superar esse quadro e garantir o direito à educação. Especificamente na educação profissional e tecnológica, no quadriênio 2011-2014, o governo brasileiro realizou um grande esforço para ampliação e democratização do acesso a cursos técnicos e de FIC, com a criação do Pronatec (MONTAGNER; MULLER, 2015, p.23).

Esses apontamentos acarretaram, entre outros dados e fatores, a formulação de estratégias de governo para minimizar os impactos que o desemprego desencadeia na economia do país. Propostas de políticas públicas no âmbito educacional são tratadas como perspectivas de elevação do desenvolvimento social e econômico, porque se voltam ao preparo do sujeito à vida e em diversos ambientes sociais.

Nesse sentido, de oportunizar educação para o trabalho partindo de políticas públicas, foi criado pelo Governo Federal em 2011 o PRONATEC, sancionada pela presidenta da República Dilma Vana Rousseff, que altera as Leis nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990 e regula o Programa do Seguro-Desemprego, o Abono salarial e institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). Altera a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre a organização da Seguridade Social e institui o Plano de Custeio. Modifica a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior, e também a Lei nº 11.129, de 30 de junho de 2005, que institui o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (PROJOVEM[3]), e dá outras providências (BRASIL, 2011a).

[3] Em 2005, o Governo Federal lança O Programa Nacional de Inclusão de Jovens (PROJOVEM). Objetivando elevação do nível de escolaridade e qualificação profissional a jovens e adultos que concluem ensino médio e cursos de qualificação em nível de formação inicial concomitantemente. Esta ideia teve, inicialmente, a coordenação da Secretaria Geral da Presidência da República juntamente com o Ministério da Educação, o Ministério do Trabalho e Emprego e o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, como componente estratégico da Política Nacional de Juventude.

A ser executado pela União no intuito de ampliar a oferta de educação profissional e tecnológica, o PRONATEC, no processo de tramitação, segue para o cumprimento de sua proposta aos ditames para aprovação (QUADRO 1).

Assim, confirmada a nova a Lei, os objetivos do PRONATEC foram definidos no primeiro artigo:

> I) expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de educação profissional técnica de nível médio presencial e a distância e de cursos e programas de formação inicial e continuada ou qualificação profissional; II) fomentar e apoiar a expansão da rede física de atendimento da educação profissional e tecnológica; III) contribuir para a melhoria da qualidade do ensino médio público, por meio da articulação com a educação profissional; IV) ampliar as oportunidades educacionais dos trabalhadores, por meio do incremento da formação e qualificação profissional; V) estimular a difusão de recursos pedagógicos para apoiar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica; VI) estimular a articulação entre a política de educação profissional e tecnológica e as políticas de geração de trabalho, emprego e renda (BRASIL, 2011a).

Quadro 1 - Tramitação do Projeto de Lei do PRONATEC.

Data	Tramitação do PRONATEC
28 de abril de 2011	A presidenta Dilma Rousseff encaminha à Câmara dos Deputados mensagem com o Projeto de Lei.
29 de abril de 2011	A mesa diretora faz a leitura em Plenário dando início à tramitação em regime de urgência. O PL recebeu o número 1.209/2011 e foi destinado às Comissões de Trabalho: de Administração e Serviço Público, Educação e Cultura; de Finanças e Tributação; Constituição e Justiça e de Cidadania.
11 de maio de 2011	Foi indeferido em plenário um requerimento para que o PL seja apreciado pela Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio (CEDEIC).
30 de junho de 2011	Após ultrapassar prazo de 45 dias da urgência a ministra-chefe da Secretaria de Relações Institucionais – Ideli Salvatti enfatiza, em reunião com parlamentares da Comissão de Educação, a pressa do governo em cumprir os objetivos do PRONATEC.
31 de agosto de 2011	Com atraso de 67 dias o PL 1.209/2011 em sessão deliberativa no plenário foi apresentado pela Comissão de Educação e Cultura o projeto substitutivo, e aprovada a redação final na Câmara e assinado pelo Deputado Jorginho Melo.
08 de setembro de 2011	No plenário do Senado informa-se que o PL poderia receber emendas no prazo de 5 dias. Seria também apreciada simultaneamente pelas Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania; de Assuntos Econômicos; de Assuntos Sociais; e de Educação, Cultura e Esporte.
20 de setembro de 2011	Após receber 27 emendas o PL foi encaminhado à Senadora Marta Suplicy do Partido dos Trabalhadores de São Paulo, designada relatora.

Data	Tramitação do PRONATEC
18 de outubro de 2011	A proposta da relatora foi a plenário, em sessão deliberativa. O PL foi aprovado com 1 voto contrário e as 27 emendas rejeitadas em bloco.
21 de outubro de 2011	A mesa do Senado Federal remeteu ofício à Câmara dos Deputados comunicando a aprovação sem alterações, sem revisão, do PL nº 1.209 e o seu encaminhamento à sanção presidencial. A presidência da mesa do Senado Federal submete à sanção presidencial autógrafos do projeto.
26 de outubro de 2011	A Lei nº 12.513 que institui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - PRONATEC foi sancionada.

Fonte: Elaborado pela autora, com base em Cassiolato e Garcia (2014).

Posterior à sanção da lei, o Ministério da Educação e Cultura (MEC) constituiu ações para organizar a proposta do programa em torno do grande eixo de democratizar o acesso da população brasileira à Educação Profissional e Tecnológica (EPT).

A Portaria Normativa de nº 1.119, de 12 de novembro de 2013, designa os responsáveis pela gestão do Programa: o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC). O FNDE realiza a transferência dos recursos para manter as atividades e ordenar o processo de prestação de contas.

Os recursos são repassados aos beneficiários de diferentes formas, dependendo da instituição a que se aplique. Para as redes federais de educação acontece via Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI), cumprindo normas de contabilidade pública da União. Enquanto que para o Sistema “S”:

> Os Serviços Nacionais de Aprendizagem, as redes de ensino estaduais, municipais e privadas recebem os recursos financeiros em conta específica, por ordem bancária, diferente das instituições federais de educação (Institutos Federais e Universidades Federais), que recebem créditos orçamentários, na forma de “provisão” (BRASIL, 2013b, p. 3).

Ainda sobre estas instituições é interessante ressaltar o que traz a Secretaria Federal de Controle Interno (SCI) de orientações sobre a gestão de recursos, ao apresentar o controle interno federal também para as unidades de direito privado. Esclarece que devem seguir com prestação de contas ao governo, e

explica como se dá o alinhamento da boa aplicação dos recursos advindos das contribuições parafiscais[4]. Ao mesmo tempo a SCI procura um melhor entendimento com aquelas entidades no sentido da convergência de entrosamentos técnicos para minimizar, assim, os pontos ditos polêmicos:

> Criados por lei, de regime jurídico predominantemente de direito privado, sem fins lucrativos, foram instituídos para ministrar assistência ou ensino a determinadas categorias sociais e possuem autonomia administrativa e financeira. No cumprimento de sua missão institucional, estão ao lado do Estado (a atuação da União é de fomento e não de prestação de serviços público). Embora sejam criados por lei, não integram a Administração Direta ou Indireta. Contudo, por administrarem recursos públicos, especificamente as contribuições parafiscais, devem justificar a sua regular aplicação, em conformidade com as normas e regulamentos emanados das autoridades administrativas competentes (BRASIL, 2009b).

Dessa forma, se percebe por parte do governo, ainda se tratando da gestão do PRONATEC, o demonstrativo que relaciona ordenadamente como seguem as jurisdições (QUADRO 2).

Quadro 2- Instâncias de Gestão do PRONATEC.

Instância	Competência
Comitê Permanente de Gestão e Controle Interno	O comitê elabora e programa os procedimentos e rotinas de acompanhamento, avaliação e fiscalização do PRONATEC. Com a sua participação do chefe de Gabinete da SETEC, do Diretor de Desenvolvimento da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica (EPT), do Diretor de políticas de EPT, do Diretor de Integração das Redes de EPT e do Assessor do Gabinete.
Conselho Deliberativo do FNDE - O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE)	O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), é uma autarquia federal criada pela lei nº 5.537, de 21 de novembro de 1968, e alterada pelo decreto–Lei nº 872, de 15 de setembro de 1969. Este é um órgão de deliberação superior, presidido pelo Ministro de Estado da Educação e responsável pela execução de políticas educacionais do MEC, ao qual cabe "expedir atos normativos relacionados à prestação de assistência financeira a Estados, Distrito Federal, Municípios e entidades não governamentais para ações e projetos educacionais e à concessão de bolsas de estudo ou auxílios voltados ao desenvolvimento da educação (BRASIL, 2011e).

[4] São designadas de parafiscais tributos brasileiros incluídos na espécie tributária chamada contribuição especial no interesse de categorias econômicas ou profissionais. Sua arrecadação é destinada ao custeio de atividade paraestatal, que são atividades exercidas por entidades privadas, mas com conotação social ou de interesse público.

Instância	Competência
Conselho Deliberativo de Formação e Qualificação Profissional – Vinculado ao MEC.	A Lei do PRONATEC afirma no Artigo 17, deve "promover a articulação e avaliação dos programas voltados à formação e qualificação profissional no âmbito da administração pública federal, cuja composição, competências e funcionamento serão estabelecidos em ato do Poder Executivo" (BRASIL, 2011a).
Fórum Nacional de Apoio à Formação e Qualificação Profissional	De acordo com a Portaria do Ministerial do MEC nº 471, de 3 de junho de 2013, cabe ao Fórum o subsídio à atuação do Conselho Deliberativo do PRONATEC, bem como o estímulo aos fóruns estaduais e distritais, a fim de promover a articulação em nível estadual das instituições públicas e privadas que ofertam educação profissional e tecnológica. Compõem o Fórum um representante titular e um suplente das seguintes dos seguintes órgãos e instituições.

Fonte: Elaborado pela autora, com base em Costa (2015, p.60-62) e Brasil (2011a; 2011b).

Assim, o PRONATEC se desdobrou em várias modalidades que são: PRONATEC Bolsa Formação Estudante (Ministério da Educação); PRONATEC Bolsa Formação Trabalhador (Ministério da Educação); PRONATEC Seguro Desemprego (parceria com o Ministério do Trabalho e Emprego); PRONATEC Brasil Sem Miséria (parceria com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome); PRONATEC Financiamento da Educação Profissional e Tecnológica (Ministério da Educação) e PRONATEC Brasil Maior (parceria com o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior) (MONTAGNER; MULLER, 2015).

A partir do interesse em democratizar o acesso da população brasileira o PRONATEC propôs estratégias de integrações entre "programas, projetos e ações de assistência técnica e financeira" (BRASIL, 2011a).

Dessa forma, iniciativas se agregaram visando atingir os objetivos do programa, dentre elas o Programa de Expansão da Rede de Educação Profissional; Programa Brasil Profissionalizado; Bolsa Formação; Rede e-Tec Brasil; Acordo de Gratuidade que inclui o Financiamento de Ensino Técnico (FIES Técnico e FIES Empresa) e a inclusão nos cursos dos Serviços Nacionais de Aprendizagem com gratuidade.

Quanto ao fortalecimento e expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, foi criada pela Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008:

> Constitui-se de 38 Institutos Federais, que realizam cursos de formação inicial e continuada, cursos técnicos, cursos superiores de tecnologia, licenciatura, bacharelado, especialização, mestrado e doutorado. Além dos institutos, fazem parte da Rede Federal 24 escolas técnicas vinculadas às Universidades Federais, 2 Centros Federais de Educação Profissional e Tecnológica e o Colégio Pedro II. Com o processo de expansão, entre 2011 e 2014, foram criadas 208 novas unidades que, somadas à estrutura já existente, contabilizam 562 unidades em funcionamento na Rede Federal, com 57 mil docentes e técnico-administrativos, contando com mais de um milhão de matrículas em cursos de cursos de diferentes níveis e modalidades (MONTAGNER; MULLER, 2015, p.24).

O Programa Brasil Profissionalizado**,** instituído pelo Decreto nº 6.302, de 12 de dezembro de 2007 no intuito de estimular o ensino médio integrado à educação profissional veio destacar "a educação científica e humanística, por meio da articulação entre formação geral e educação profissional no contexto dos arranjos produtivos e das vocações locais e regionais" (BRASIL, 2007). Este programa, desde sua origem, tem o objetivo de promover o fortalecimento das redes estaduais e distrital de educação profissional e tecnológica; os dados atuais dão conta de que a partir do PRONATEC foi possível financiar até o ano de 2014:

> Ações em 25 unidades federativas, para a construção, reforma e ampliação de escolas técnicas estaduais, instalação de laboratórios, mobiliário, acervo bibliográfico e equipamentos, e capacitação de docentes e gestores escolares. São 304 obras concluídas, sendo 78 construções e 226 ampliações e reformas, em 245 municípios. Ainda estão em execução 100 construções e 94 ampliações/reformas (MONTAGNER, MULLER, 2015, p.25).

Por meio do Decreto nº 7.589 de 26 de outubro de 2011, é instituída a Rede e-Tec Brasil com a finalidade de desenvolver a educação profissional e tecnológica na modalidade à distância; em seu Artigo 2º esclarece que poderão aderir e oferecer cursos as instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica; as unidades de ensino dos Serviços Nacionais de Aprendizagem – SENA's (SENAI, SENAC, SENAR e SENAT); e instituições de educação profissional vinculadas aos sistemas estaduais de ensino. Poderão, portanto, ser oferecidos gratuitamente cursos de educação profissional e tecnológica e de Formação Inicial e Continuada (FIC) de qualificação profissional, nesta modalidade (BRASIL, 2011d). Assim, as instituições recebem recursos para a estruturação de laboratórios, capacitação de professores, elaboração de material didático, pagamento de bolsas

para professores e tutores, e ainda orçamento para a realização de pesquisas na área de educação a distância.

Segundo Montagner e Muller (2015, p.25) “Foram realizadas mais de 275 mil matrículas em cursos técnicos na modalidade a distância, em 985 polos de apoio presencial distribuídos em todas as unidades federativas”. A Rede e-Tec integra, entre outras ações, a continuidade do acordo e expansão de gratuidade do Sistema “S” e ampliação de sua capacidade. Voltada também para o Programa de Educação de Jovens e Adultos PROEJA, estrategicamente busca a elevação da escolaridade, com possibilidade de fortalecimento, permanência e continuidade de estudos.

O Acordo de Gratuidade que oriunda do PRONATEC, foi “firmado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) e a Confederação Nacional do Comércio (CNC) com o MEC e os Ministérios do Trabalho e Emprego (MTE) e da Fazenda (MF)” (MONTAGNER, MULLER, 2015, p.25); instituindo assim até 2014, que as receitas compulsórias líquidas do SENAI e do SENAC, seriam comprometidas com a oferta gratuita de cursos técnicos e de FIC para a população de baixa renda. O acordo de gratuidade, também objetiva ampliar, progressivamente, a aplicação dos recursos do SENAI, do SENAC, do SESC e do SESI, recebidos da contribuição compulsória, em cursos técnicos e de FIC ou de qualificação profissional, em vagas gratuitas destinadas a pessoas de baixa renda, com prioridade para estudantes e trabalhadores.

Além da gratuidade dos cursos de qualificação do Pronatec, a Portaria Ministerial nº 1.569, de 3 de novembro de 2011, fixa diretrizes para a execução da Bolsa Formação. A Resolução do Conselho Deliberativo (CD) do FNDE nº 61, de 11 de novembro de 2011, estabelece critérios e procedimentos para as transferências de recursos financeiros, orientando ao considerar a necessidade de expandir e democratizar o acesso dos brasileiros à educação profissional e tecnológica (BRASIL, 2011c), visando o "pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” em cursos de educação profissional e tecnológica vinculados aos serviços nacionais de aprendizagem, no âmbito do PRONATEC, bem como para a execução e a prestação de contas desses recursos, a partir de 2011 que são:

> I- realizar transferência direta de recursos financeiros aos serviços nacionais de aprendizagem, no âmbito da bolsa-formação ofertada pelo Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec); e II - orientar a execução dos recursos transferidos e a obrigatória prestação de contas de sua aplicação ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE/MEC). (BRASIL, 2011d).

Com essa oportunidade pressupõe-se que os beneficiários têm plenas condições de se aplicarem aos estudos, uma vez que as necessidades básicas de alimentação, transporte e materiais estarão sendo garantidos na gratuidade do programa, e que este diretamente custeia os profissionais que atuam nos cursos como docentes, pedagogos, psicólogos, laboratoristas e materiais dos cursos que são os insumos para as atividades.

> Há basicamente duas formas de repasse dos recursos às instituições ofertantes: pagamento de mensalidades dos estudantes no caso das instituições privadas mediante confirmação mensal da frequência dos estudantes e repasse de recursos correspondentes ao custo total do curso por estudante - pagamento dos profissionais, materiais didáticos, materiais escolares e outros insumos necessários para a participação nos cursos - no caso das redes públicas e dos serviços nacionais de aprendizagem. Especificamente para cursos FIC e cursos técnicos para estudantes matriculados no ensino médio e para jovens e adultos, o valor da hora-aluno inclui o auxílio alimentação e transporte (MONTAGNER, MULLER, 2015, p.27).

A concessão das bolsas é determinada pelo Poder Executivo, que também estabelece os critérios de priorização; no Artigo 4º, Lei 12.513/2011 consta que “O Poder executivo definirá os requisitos e critérios de priorização para concessão das bolsas-formação, considerando-se capacidade de oferta, identificação da demanda, nível de escolaridade, faixa etária, existência de deficiência” (BRASIL, 2011a).

O valor da bolsa-formação é calculado segundo sua viabilidade, em instituições públicas e privadas, considerando o tipo de curso oferecido; assim não há um parâmetro predeterminado que o estipula. Existem duas modalidades de Bolsa-Formação: a Bolsa-Formação Trabalhador, cuja oferta está atrelada aos cursos de FIC ou qualificação profissional de no mínimo 160 horas, destinada aos vulneráveis sociais, que sãos os beneficiários dos programas federais de transferência de renda (Bolsa Família e Seguro Desemprego).

A Bolsa-Formação Estudante destina-se ao estudante regularmente matriculado no ensino médio público propedêutico, para cursos de formação profissional técnica de nível médio, na modalidade concomitante. Cursos contidos no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos, nos termos do Parecer CNE/CEB nº 11/2008, Resolução nº 3, de 9 de julho de 2008 e Portaria nº 870, de 16 de julho de 2008 e incluído pela Lei nº 12.816 de 2013.

> Os valores das bolsas-formação concedidas na forma prevista no caput correspondem ao custo total do curso por estudante, incluídos as mensalidades, encargos educacionais e o eventual custeio de transporte e alimentação ao beneficiário, vedada cobrança direta aos estudantes de taxas de matrícula, custeio de material didático ou qualquer outro valor pela prestação do serviço (BRASIL, 2011c).

Financeiramente o investimento para o quadro de profissionais está baseado no Art 9º da Lei 12513/11 “as instituições de educação profissional das redes públicas autorizadas a conceder bolsas aos professores envolvidos nas atividades do Pronatec […] desde que não haja prejuízo de suas atividades e do cumprimento das metas das instituições”, sobre os valores e forma de contratação “serão fixados pelo poder Executivo […] e as atividades não configurarão vínculo empregatício” (BRASIL, 2011c).

Dessa forma, as instituições públicas e privadas normalmente aproveitam seus profissionais vinculados para contribuírem com a formação nos cursos. O valor pago por hora trabalhada a cada profissional do PRONATEC, consta na Resolução do CD/FNDE de nº 4 de 16 de março de 2012 no Artigo 15º:

> I - Coordenador-geral: R$ 50,00; II - Coordenador-adjunto: R$ 44,00; III - Supervisor de curso: R$ 36,00; IV – Professor: R$ 50,00 por hora (60 minutos) de aula, em conformidade com as cargas horárias dos cursos; V - Apoio às atividades acadêmicas e administrativas: R$ 18,00; e VI – Orientador: R$ 36,00 (trinta e seis reais por hora) (BRASIL, 2012).

Para inserir o público de instituições privadas, o Fundo de Financiamento Estudantil - FIES técnico tem como objetivo financiar cursos técnicos e cursos de FIC ou de qualificação profissional para estudantes e trabalhadores em escolas técnicas privadas e nos serviços nacionais de aprendizagem estabelecido no Artigo 10 da Lei nº 12.513 do PRONATEC:

> As unidades de ensino privadas, inclusive as dos serviços nacionais de aprendizagem, ofertantes de cursos de formação inicial e continuada ou qualificação profissional e de cursos de educação profissional técnica de nível médio que desejarem aderir o Fundo de Financiamento do Estudante do Ensino Superior (Fies) […] deverão cadastrar-se em sistema eletrônico de informações da educação profissional e tecnológica mantido pelo Ministério da Educação e solicitar sua habilitação (BRASIL, 2011a).

Com este financiamento, regulamentado pela Portaria nº 168 de 7 de março de 2013, existe possibilidade, por meio de duas linhas de crédito, de oferecer cursos diretamente a estudantes e também para as empresas que tenham o interesse em cursos de FIC ou técnicos a seus colaboradores (FIES Empresa). Diante disso, neste tipo de investimento empresarial por meio da qualificação, há oportunidade de progressão para novas funções, inclusive no local de trabalho: “o financiamento poderá beneficiar estudantes da Educação Profissional”, assim foi alterado o Fundo de Financiamento ao Estudante de Ensino Superior (FIES). No Artigo 130 o “Financiamento da educação profissional poderá ser contratado pelo estudante em caráter individual ou por empresa para custeio da formação de trabalhadores” (BRASIL, 2013a).

Os assegurados do Seguro Desemprego, por serem alvos de qualificação profissional, podem ser beneficiados pela Lei que busca adequá-los à demanda do mercado de trabalho, e dessa forma, aproveitar o perfil profissional. No caso dos desempregados, oportunizar a continuidade do benefício enquanto nesta condição, priorizando o bem-estar social do indivíduo “o financiamento aplica-se a FIC/qualificação e a educação profissional técnica de nível médio” (BRASIL, 2011c).

A oferta dos cursos do PRONATEC acontece por meio de uma ação articulada entre MEC, outros ministérios, secretarias estaduais de educação e as redes ofertantes. Um Termo de Adesão em Compromisso ou uma Cooperação Técnica selam a participação dos demandantes com o programa e fazem parte desta parceria:

> Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA); Ministério das Comunicações (MC); Ministério da Defesa (MD); Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA); Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC); Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS); Ministério da Cultura (MINC); Ministério da Justiça (MJ); Ministério da Pesca e Agricultura (MPA); Ministério da Previdência Social

> (MPS); Ministério do Trabalho e Emprego (MTE); Ministério do Turismo (MTUR); Secretaria de Direitos Humanos (SDH); Ministério do Meio Ambiente (MMA); Secretaria de Micro e Pequenas Empresas (SMPE); Secretarias Estaduais e Distrital de Educação (MONTAGNER, MULLER, 2015, p.29).

Aos parceiros são atribuídas as funções preliminares e fundamentais do PRONATEC, uma vez que se trata de atuações compartilhadas que visam articular as necessidades regionais e locais, a fim de atender a questão nacional de desenvolvimento. Dessa realidade apresentam-se as ações desenvolvidas por meio destes parceiros e ainda dos ofertantes, passando desde o primeiro cadastro à oficialização de um curso pronto para o ingresso do público alvo (QUADRO 3).

Quadro 3 – Ações de Pactuação e oferta de cursos do PRONATEC/Bolsa-Formação.

OPERACIONALIZAÇÃO DO PRONATEC
Habilitação das prefeituras, cadastros das unidades, solicitação de adesão ao Programa por meio de preenchimento de formulários;
Os demandantes realizam o mapeamento e a caracterização da demanda em área geográfica para subsidiar a definição das vagas que serão ofertadas[5] por meio de seus interlocutores distribuídos nas unidades dos demandantes nos estados e municípios; A partir de 2015 as prefeituras realizam o levantamento dos tipos de cursos mais adequados à realidade do mercado de trabalho do município ou da região da qual fazem parte e enviam ao MDS;
O Ministério de Desenvolvimento Social analisa as propostas com base nos critérios estabelecidos consolidando-as ao mapa de demandas;
O MEC consolida os levantamentos de demandas apresentados por todos os demandantes nacionais em um único mapa e apresenta-os aos ofertantes nacionais;
Os ofertantes indicam os cursos que podem ofertar e o MEC homologa; Cadastro, definição e provação de cursos e quantidade de vagas a serem ofertadas no SISTEC[6];
Mobilização do público alvo definidos pela Lei 12.513;
Seleção do público (pré-matriculado) considerando pré-requisitos do público alvo do programa;

[5] "O Sistema de Informações da Educação Profissional (SISTEC) foi construído em 2008 com o objetivo de consolidar as informações de oferta de cursos na educação profissional e tecnológica do país. Em 2011, ele foi redimensionado para atender, também, às necessidades da Bolsa-Formação/PRONATEC. Sua utilização viabilizou o cadastro preexistente das unidades de ensino e dos cursos de educação profissional" (MONTAGNER, MULLER, 2015, p.32).

[6] "O modelo de Pactuação de vagas supracitado não se aplica ao SISTUEC que possui metodologia e critérios próprios para aprovação de cursos e vagas, estabelecidos em edital específico" (MONTAGNER, MULLER, 2015, p.32).

OPERACIONALIZAÇÃO DO PRONATEC
Habilitação das prefeituras, cadastros das unidades, solicitação de adesão ao Programa por meio de preenchimento de formulários;
Confirmação de matrícula na unidade por meio de documentação exigida;
Monitoramento da execução dos cursos pelos parceiros demandantes, do controle acadêmico, registro mensal de frequência e situação no curso de cada matrícula. Há acompanhamento realizado pelo SISTEC e *in loco* as unidades ofertantes dos cursos, com coleta de informações para responder os questionamentos do instrumento de avaliação que contempla aspectos pedagógicos, requisitos legais e normativos, além de entrevistas com os envolvidos, há verificação dos projetos pedagógicos dos cursos, diários de classes entre outros.
Articulação de estratégias para inclusão do egresso na área ofertada;

Fonte: Elaborado pela pesquisadora, dados do Ministério do Desenvolvimento Social (MONTAGNER; MULLER, 2015).

Nos primeiros anos, a pactuação era realizada anualmente. A partir da Pactuação 2014, começou a ser semestralmente. Logo, a pactuação nada mais é do que a articulação do Ministério da Educação com demandantes e ofertantes. É importante frisar que na medida em que as necessidades de ampliação e campo de abrangência do programa se manifestaram, houve também, uma ação por meio da Medida Provisória nº 593, de 5 de junho de 2012 incluindo à rede de ofertantes, instituições de educação profissional e técnica de nível médio e instituições de ensino superior privadas; estas últimas aptas desde que atendessem com ofertas de cursos técnicos correspondentes com os cursos de graduação seguindo a Portaria Ministerial de nº 20, de 27 de junho de 2013.

Em relação ao público alvo ao qual se dirige o PRONATEC, prioritariamente busca atingir: alunos matriculados no 2º ou 3º ano do Ensino Médio da rede pública, incluindo os estudantes da Educação de Jovens e Adultos; os concludentes do Ensino Médio; trabalhadores, incluindo os agricultores familiares, silvicultores, aquicultores, extrativistas e pescadores; pessoas beneficiárias dos programas federais de transferência de renda, do seguro desemprego do Ministério do Trabalho e beneficiários do Programa Bolsa Família do Ministério de Desenvolvimento Social.

Com a publicação da Lei nº 12.816, de 5 de junho de 2013 houve a substituição da Medida Provisória nº 593 de 2012, e a partir de então os alunos que concluíram o ensino médio e realizarem o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM)

passaram a fazer parte do quadro de participantes de cursos na modalidade subsequente.

O programa ainda intenta atender pessoas com deficiência, povos de comunidades tradicionais (indígenas e quilombolas), adolescentes e jovens em medidas socioeducativas (BRASIL, 2011c). De 2011 a 2014,

> Foram realizadas mais de 8,1 milhões de matrículas, até 2014, com a expansão física de redes públicas e a ampliação de matrículas em cursos presenciais e a distância com a participação das diversas redes de educação profissional e tecnológica e quinze ministérios. Ocorreram entre 2011 e 2014, 2,3 milhões de matrículas em mais de 220 cursos técnicos e 5,8 milhões em mais de 640 cursos de formação inicial e continuada (FIC), alcançando mais de 4 mil municípios e 98% das microrregiões do Brasil (MONTAGNERR; MULLER, 2015, p.6).

Uma meta foi estabelecida pelo governo de oito milhões de matrículas em toda a sua abrangência nos estados brasileiros. Assim, estes dados do relatório demonstram que numericamente o PRONATEC superou as expectativas de atendimento, e o investimento do governo chegou a cerca de R$ 14 bilhões investidos em cursos entre 2011 e 2014.

Dos seis objetivos do programa, demonstrados anteriormente, apenas dois serão tratados com maior atenção, uma forma de atender a delimitação deste estudo, visto que como um programa bem abrangente, tem interesses também amplos. Dessa forma, o primeiro objetivo, descreve o campo de atuação dos cursos de educação profissional, de FIC. Ainda no sexto objetivo da lei, trata-se do interesse do governo em destacar a articulação entre as políticas de educação profissional e tecnológicas às políticas de geração de emprego e renda.

Assim, os cursos FIC, mais comuns nas unidades do Sistema “S”, são cursos que variam de 160 a 300 horas; eles estão relacionados e divididos em 13 eixos de atividades. O Guia Pronatec, que apresenta estes eixos, foi elaborado pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação e aprovado pelo ministro da educação, Fernando Haddad, disponibilizado no sítio eletrônico oficial do MEC publicado a partir da Portaria nº 1.568, de 3 de novembro de 2011 que considera a necessidade de “fomento à qualidade por meio da apresentação de infraestrutura recomendável, escolaridade mínima, carga horária a

partir de 160 horas” (BRASIL, 2011b).

O Guia PRONATEC direciona a oferta de cursos e também da Bolsa-Formação, a fim de consolidar as políticas públicas que objetivam aproximar o mundo do trabalho do universo da educação. Foi atualizado ao longo da primeira etapa do PRONATEC (2011 a 2014) e possui atualmente 644 opções diferentes de cursos distribuídos entre os eixos: Ambiente e Saúde; Controle e Processos Industriais; Desenvolvimento Educacional e Social; Gestão e Negócios; Informação e Comunicação; Infraestrutura; Produção Alimentícia; Produção Cultural e Design; Produção Industrial; Recursos Naturais; Segurança; Turismo, Hospitalidade e Lazer (BRASIL, 2014).

O acesso a este tipo de preparo profissional, destacado pelos Relatórios de Observação do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social – CDES demonstram limitações que estão além da baixa formação de habilidades básicas:

> Outro obstáculo para o acesso de trabalhadores à educação profissional é o alto custo dos cursos ofertados pelos estabelecimentos privados. Um avanço foi obtido com o acordo por gratuidade entre o MEC e o Sistema S, porém é preciso intensificar o acompanhamento de seus efeitos na quantidade de vagas e nos cursos incluídos na oferta com gratuidade. (CDES, 2011, p.40).

A realidade apontada no último relatório, sobre a inclusão de jovens no mercado de trabalho, apresenta um cenário insatisfatório; uma análise entre os anos de 2005 e 2012, ressaltam alguns avanços, apontando um indicador de permanência e sucesso na escolarização básica proporcionada entre pessoas de 18 e 24 anos que concluíram o ensino médio:

> Somente recentemente ultrapassamos os 50% – ou seja, pouco mais da metade da população de jovens adultos nessa faixa etária possui o ensino médio completo. Essa é uma grande limitação, seja do ponto de vista dos jovens que ingressam no mercado de trabalho, seja do ponto de vista da atividade econômica, que incorpora a cada ano um grande contingente de trabalhadores jovens com escolaridade básica incompleta (CDES, 2014, p.44).

Perceber estas limitações frente às dinâmicas sociais e suas alterações, as exigências para o mundo do trabalho têm suscitado trabalhar em prol do prosseguimento de estudos e preparar a mão de obra para o mercado de trabalho.

Entende-se ainda, a necessidade de avançar no debate sobre o que e como fazer para preparar, receber e acompanhar as inovações sociais e produtivas; como qualificar mediante novas condições sociais.

Atualmente, como o sistema educacional brasileiro apresenta-se diverso nesta modalidade educacional, as políticas públicas continuam sendo o pressuposto para a inclusão do sujeito no âmbito do desenvolvimento nacional. Segundo Cassiolato e Garcia (2014, p.48).

> O PRONATEC é um programa bastante abrangente, resultado da decisão de enfrentar um problema atual em fase aguda: a baixa escolaridade e a qualificação de parcela majoritária dos trabalhadores brasileiros, em um momento em que o crescimento da economia exigia crescentes volumes de mão de obra especializada. Ele busca atacar todas as principais causas do problema e atender, mediante ações flexíveis, a características específicas dos diversos segmentos da população trabalhadora, tal como percebido ou demandado em cada caso.

Desse modo, o governo federal implanta um sistema público abrangente de acesso ao emprego e qualificação profissional, que apregoa amplamente a inserção de jovens e adultos no mercado de trabalho. Costa (2015) analisa as contradições do programa, apresentando como contraponto, o modelo de produção capitalista:

> Nos documentos que instituem e normatizam o programa, consta como o principal de seus objetivos o aumento do acesso dos jovens trabalhadores pobres aos cursos técnicos, melhorando assim a sua qualificação. Há ainda o estabelecimento da correlação entre o aumento dos anos de escolaridade e a superação, no nível individual, do pauperismo, e consequentemente, da situação de pobreza da nação. No entanto, é importante destacar que a melhor qualificação do trabalhador não necessariamente redundará em melhores condições de vida, visto que a adaptação às mudanças no mercado de trabalho é condição importante para que ele se mantenha empregado (COSTA, 2015, p.126).

É válido destacar que o programa em sua primeira etapa de execução apresentou algumas lacunas de acompanhamento. A partir delas, os demandantes entenderam que a implementação da política, no que tange a atender o objetivo de ingresso no mercado de trabalho, carece de um acompanhamento do beneficiário. Nesse sentido, algumas estratégias como projeção para a próxima etapa, surgem para articular políticas públicas e políticas específicas de trabalho e emprego para o desenvolvimento social.

Buscou-se, a partir de então, uma proposta de inclusão produtiva para promoção do acesso ao emprego, que deve acontecer mediante qualificação profissional e intermediação de mão de obra; por estratégia do empreendedorismo individual e estratégia do trabalho associativo e por meio do microempreendedor individual e da economia solidária, apoiados em serviços de formalização, assistência técnica e de fomento ao microcrédito produtivo orientado. Estas iniciativas deverão, a partir de então, se desdobrar em:

> • Intermediação de mão de obra: parceria com o Ministério do Trabalho e Emprego para apoiar a colocação do trabalhador no mercado de trabalho por intermédio da captação de vagas junto a empresas e do encaminhamento de trabalhadores cadastrados nas agências do SINE às vagas identificadas.
> • Microempreendedor Individual (MEI): parceria com o SEBRAE, para que os trabalhadores autônomos inscritos no Cadastro Único formalizem-se como microempreendedores individuais, tornando-se aptos a receber visitas de assistência técnica no âmbito do Programa SEBRAE “Negócio a Negócio”.
> • Microcrédito Produtivo Orientado: parceria com os bancos públicos federais (Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Banco do Nordeste e Banco da Amazônia) para a ampliação do acesso ao microcrédito produtivo orientado, de modo a estimular a ampliação e o fortalecimento de pequenos negócios de pessoas inscritas no Cadastro Único.
> • Economia Solidária: parceria com o Ministério do Trabalho e Emprego. Promove ações integradas de economia solidária sobre a mobilização, assistência técnica, apoio ao comércio e incubação de empreendimentos solidários (MONTAGNERR; MULLER, 2015, p.107).

Dentre a realidade apresentada da proposta do programa e sua real execução, embora alguns dados quantitativos possam responder parte dos resultados do programa, ainda é precoce afirmar que seus resultados são satisfatórios, até porque como política pública, necessita de acompanhamento e avaliação destes resultados de forma contínua. Considerando o contexto brasileiro, precisa de continuidade, sobretudo, pela experiência observada ao longo dos anos de que; as políticas públicas têm o legado de serem conhecidas meramente como políticas de governo.

Entretanto, com a continuidade do governo Dilma Rousseff, divulgou-se para o quadriênio (2015-2018) a pretensão de 12 milhões de vagas nos cursos do PRONATEC (MONTAGNER; MULLER, 2015). Com o suspense da continuidade pelo ano eleitoral que se apresentou, houve adiamentos do reinício do programa mais de uma vez. Em agosto de 2015 com número reduzido de vagas e

pactuações, continuam as expectativas de milhões de brasileiros para os cursos técnicos e de FIC e seu conjunto de estratégias inicialmente proposto.

2.2 Globalização e os (des) caminhos do desenvolvimento

As pessoas, para manterem suas necessidades de sobrevivência buscam o trabalho, sendo ele um elemento estruturante da sociedade. Entretanto, existem atualmente implicações que alteram as relações entre educação, economia, desenvolvimento e mercado de trabalho frente algumas questões pontuais relacionadas à globalização que têm influenciado várias formas de comportamentos. Assim, a abordagem que se segue parte da premissa de que o desenvolvimento socioeconômico se submete à influência da globalização, e expõe a discussão da globalização e sua influência no mercado de trabalho. Levantam-se assim questões sociais de exclusão e inclusão, em um contexto socioeconômico em que tem sido um dos grandes desafios enfrentados, neste cenário que se apresenta, tanto a qualificação necessária, quanto oportunidades de emprego e de renda.

2.2.1 Globalização

As variações do espaço e do tempo e o processo de transformação social na atualidade têm seus reflexos nos anseios de evolução e reorganização da vida das pessoas. A globalização, conhecida como responsável pela reorientação da sociedade, tem sido tratada por sua complexidade e abrangência como um fenômeno.

Embora o termo globalização esteja no repertório de palavras comuns, há certas ambiguidades e complexidades embutidas em sua definição; considerando o contexto das dinâmicas de evolução, defini-la se torna uma tarefa também complexa. Delors (2006) pontua que o termo globalização aparece como moderno e

que, suas manifestações mais incisivas são perceptíveis a partir do final do século XX. Teóricos atuais consensualmente definem a globalização como fenômeno, enquanto criação de sistemas em grande escala e como uma mistura complexa de processos.

A globalização, conforme Santos (2010, p.23), aparece por intermédio dos avanços que a ciência produziu, como um sistema de técnicas, subalternas às técnicas da informação “que passaram a exercer um papel de elo entre as demais, unindo-as e assegurando ao novo sistema técnico uma presença planetária”. Neste foco, a globalização para o autor não se reduziu a um sistema de técnicas, mas atrelou-se a uma gama de fatores sociais, políticos, econômicos e culturais como um resultado de ações que garantem a incidência do mercado global.

Assim, o contexto global sinaliza um período de ruptura no processo de evolução social, político, econômico e moral que se vinha concebendo nos séculos precedentes. Distingue-se na aceleração prática das ideias de homogeneização dos centros urbanos e hibridização da cultura dos países globais, na expansão das corporações para regiões fora de seus núcleos geopolíticos, na revolução tecnológica nas comunicações e na eletrônica, na reorganização política do mundo em blocos regionais e na intenção de uma cultura de massa universal. É nesse sentido que Santos (2010, p.142) concebe a globalização como agravadora da heterogeneidade, pois os indivíduos não são igualmente atingidos; apresenta ainda que “para a maior parte da humanidade, o processo de globalização acaba tendo, direta ou indiretamente, influência sobre todos os aspectos da existência: a vida econômica, a vida cultural, as relações interpessoais e a própria subjetividade”.

Nessa perspectiva, este fenômeno traz consigo o imaginário de que o mundo seria ou será um só. Gentili (2008, p.107) tem a concepção de que a palavra global carrega consigo esse mesmo sentido de conjunto, inteiro, total; sugere, portanto, integração. Em suas ideias “o uso do termo global supõe ou leva a supor que o objeto ao qual ele é aplicado é, ou tende a ser integral integrado”. Entretanto, pensar em um efeito global e abrangente como o termo recomenda, implica considerar questões reais de regulação, visto que são majoritariamente os meios de comunicação na atualidade que repercutem esse sentido.

As condições atuais observáveis na sociedade legitimam a ideia de que a homogeneização que se pensou com o movimento da globalização, está longe de atender e de inserir as pessoas de forma plena. De acordo com Santos (2010),

> Pelas mãos do mercado global, coisas, relações, dinheiros, gostos, largamente se difundem por sobre continentes, raças, línguas, religiões, como se as particularidades tecidas ao longo de séculos houvessem sido todas esgarçadas. Tudo seria conduzido e, ao mesmo tempo, homogeneizado pelo mercado global regulador (SANTOS, 2010, p.41).

Alguns aspectos deste perfil traçado pelos caminhos que a globalização tem percorrido são apresentados por Jacques Delors (2006), autor e organizador do Relatório para a *United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization* (UNESCO), e traz a concepção de unidade de pensamento, como se cada pessoa tivesse o destino marcado em um cenário de escala mundial. E esta escala é imposta, segundo ele:

> Pela abertura das fronteiras econômicas e financeiras, impelida por teorias de livre comércio, reforçada pelo desmembramento do bloco soviético, instrumentalizada pelas novas tecnologias da informação a interdependência planetária não cessa de aumentar, no plano econômico, científico, cultural e político. Sentida de maneira confusa por cada indivíduo, tornou-se para os dirigentes uma fonte de dificuldades (DELORS, 2006, p.35).

Giddens (1996, p.13) afirma que a globalização também é responsável pela transformação de contextos locais e até mesmo pessoais de experiência social. Reitera a ideia de que “a globalização não é um processo único, mas uma mistura complexa de processos, que frequentemente atua de maneira contraditória, produzindo conflitos, disjunções e novas formas de estratificação”.

Na visão de Santos (2010, p.36) o processo de globalização está sujeito a um sistema ideológico que impõe certa visão e aceitação de crise, nos países, sem exceção, as pessoas e os lugares passaram a organizar suas ações em torno de uma “crise” global. E desse pensamento a estratégia de combate acomoda a ideia à crise, como se ela fosse única, quando, na verdade o autor coloca que “a única crise que os responsáveis desejam afastar é a crise financeira e não qualquer outra. Aí está, na verdade, uma causa para mais aprofundamento da crise real – econômica,

social, política, moral – que caracteriza o nosso tempo".

Estes elementos, alinhados a outros aspectos da globalização, apontam que ela está estritamente arrolada como fenômeno predominantemente econômico. Embora tenha seus efeitos para um ajustamento social e em seu discurso subentenda equidade, Santos (2010) aponta que ela está se estabelecendo em um percurso marcado de perversidades sistêmicas, e assim se apresenta como uma evolução negativa, em que há crescimento crônico do desemprego, da pobreza, da fome, do desabrigo, das doenças. Ainda destaca que

> Um mercado avassalador dito global é apresentado como capaz de homogeneizar o planeta quando, na verdade, as diferenças locais são aprofundadas. Há uma busca de uniformidade, ao serviço dos atores hegemônicos, mas o mundo se torna menos unido, tornando mais distante o sonho de uma cidadania verdadeiramente universal. Enquanto isso o culto ao consumo é estimulado […] para a maior parte da humanidade a globalização está se impondo como uma fábrica de perversidades (SANTOS, 2010, p.19).

Dessas premissas, conjectura-se que para alguns, a globalização não permite oportunidades igualitárias, por subordinar os mais pobres aos mais ricos, sendo um determinismo socioeconômico embebido pelo neoliberalismo, uma vez que as mudanças oriundas das forças globais desencadeiam novos conceitos.

A globalização está sendo tratada como fenômeno emergente; é um processo ainda em construção. Esse sentido dado é percebido quando o modelo de desenvolvimento econômico permeado pela ideia avançou e acentuou as disparidades e o crescimento desigual de muitos países, e o crescimento de classes econômicas da sociedade. Acontece também, nesse formato, segundo Delors (2006, p.70) devido à "competição entre as nações e os diferentes grupos humanos: a desigualdade na distribuição dos excedentes de produtividade entre os países e até no interior de alguns países considerados ricos".

Diante disso, cabe pensar nas maneiras com que os sujeitos sociais, inseridos neste contexto global e fomentador do desenvolvimento, buscarão atender ao processo exigente que se insere e suas implicações frente à economia, bem como aos aspectos sociais de comportamento, uma vez que o fenômeno da globalização não permite passividade.

2.2.2 Desenvolvimento: aspectos socioeconômicos

Nessa perspectiva da globalização, que integra e atrela as tendências socioeconômicas, a importância crescente para o desenvolvimento percebido nas transformações sociais prescinde o pensamento de que, a globalização avança e propõe reações dos sujeitos sociais em um âmbito local. E os sujeitos precisam pensar o espaço e buscar condições favoráveis de vida no seu entorno imediato.

No sentido de discutir uma das subdivisões mais impulsionadas pela globalização, que é o desenvolvimento socioeconômico, remete tanto à responsabilidade do indivíduo como promotor de seu desenvolvimento, quanto ao atendimento das dinâmicas da economia capitalista. Diante destas prerrogativas, fica evidente que para o desenvolvimento em suas variadas formas, há grandes expectativas que se vinculam ao desenvolvimento humano[7]. No quadro 4, faz-se um breve resumo de algumas das concepções ou elementos mais consideráveis nessa linha de pensamento.

Quadro 4 - Elementos do desenvolvimento Humano.

Autor	Concepções
Índice de Desenvolvimento humano (IDH)	Longevidade; Educação e Renda.
Libâneo; Oliveira e Toschi (2011, p.53)	"Formar indivíduos capazes de pensar e de aprender permanentemente (capacitação permanente) em um contexto de avanço das tecnologias de produção, de modificação da organização do trabalho, das relações contratuais capital-trabalho e dos tipos de emprego; Prover formação global que constitua um patamar para atender à necessidade de maior e melhor qualificação profissional, de preparação tecnológica e de desenvolvimento de atitudes e disposições para a vida numa sociedade técnico-informacional; Desenvolver conhecimentos, capacidades e qualidades para o exercício autônomo, consciente e crítico da cidadania; Formar cidadãos éticos e solidários".

[7] Desenvolvimento humano neste trabalho será tratado mais especificamente para o campo social, considerando que inerentes à qualificação ou preparo para a sustentabilidade do indivíduo, há um longo processo de busca pessoal que abrange razões físicas e psicológicas e suas interações com o meio, principalmente por se tratar de um conceito abstrato e complexo. Embora sem profundidade na discussão de qualquer conceito, serão consideradas as bases teóricas cunhadas pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), em que o "Desenvolvimento humano é o processo de alargamento das escolhas dos indivíduos. As mais cruciais consistem em viver uma vida longa e saudável, adquirir conhecimentos e gozar um nível de vida decente" (PNUD, 2014, p.27).

Autor	Concepções
Sen (2000)	Desenvolvimento humano se dá com o fortalecimento da liberdade, com a expansão das capacidades humanas de levar o tipo de vida que as pessoas valorizam.
Delors (2006, p.81).	“Ter vinda longa e com saúde; Adquirir conhecimentos; Ter acesso aos recursos necessários a um nível de vida decente e Liberdade política, econômica e social”.

Fonte: Elaborado pela autora (2015).

Nas concepções apresentadas é possível notar aspectos básicos de convergência; uma análise entre os pressupostos dos autores traz insinuações de desenvolvimento das potencialidades individuais. Sen (2000, p.170) reforça que o desenvolvimento humano é, sobretudo, um aliado dos pobres e não dos ricos e abastados, e que a “criação de oportunidades sociais contribui diretamente para a expansão das capacidades humanas e da qualidade”. Suas recompensas influem sobre as habilidades produtivas das pessoas e, portanto, sobre o crescimento econômico. Assim, fica claro na concepção do autor que os benefícios do desenvolvimento humano são visíveis e ao mesmo tempo dependem de uma visão adequada e abrangente de sua influência global.

Paulo Freire (1987, p.32 grifos do autor) também caminha pelo sentido da liberdade humana, sobre o retrato da condição humana traz que a “Pedagogia do oprimido: aquela que tem de ser forjada *com* ele e não *para* ele, enquanto homens ou povos, na luta incessante de recuperação de sua humanidade”, prescinde um combate para sua libertação, uma vez que os opressores temem perder a liberdade de oprimir, concebendo assim a responsabilidade de conquista de liberdade do próprio sujeito.

Tal concepção de libertação do oprimido, defendida por Paulo Freire, endossa, que a condição humana, englobada pela educação, saúde, bem-estar que são dependentes das políticas de estado em favor do desenvolvimento, podem ser rompidas, quando em situação de exclusão, uma vez que o oprimido, no caso o sujeito de qualquer classe social ou classe econômica, deve se manifestar para mudar seu estado.

Alinhando o discurso do autor à questão educacional, Delors (2006, p.45)

traz que “O mal estar causado pela falta de visão clara do futuro, conjuga-se com a consciência cada vez maior das diferenças existentes no mundo, e das múltiplas tensões que daí resultam, entre elas o ‘local’ e o ‘global’”. Assim, o homem contemporâneo vivencia estas sensações de tensão nas desventuras e conflitos que podem atingir sua integridade, diante do fenômeno do desemprego, e demais ameaças às bases de sua existência. Dessa forma, o indivíduo tem a possibilidade de ser proativo e concentrando suas ações deixa de depender de políticas públicas passando a lidar pela sua subsistência.

Entretanto, esta afirmação funda-se em análises sobre essas fragilidades; Santos (2010, p.130) apresenta a escassez como um instrumento de percepção do indivíduo,

> O nosso tempo consagra a multiplicação das fontes de escassez, seja pelo número avassalador dos objetos presentes no mercado, seja pelo chamado incessante ao consumo […] a sociedade atual vai dessa maneira, mediante o mercado e a publicidade, criando desejos insatisfeitos, mas também reclamando explicações […] nessa fase de globalização, a aceleração contemporânea é também aceleração da produção da escassez e na descoberta da sua realidade, já que multiplicando e apressando os contatos, exibe a multiplicidade de formas de escassez contemporânea, as quais vão mudando mais rapidamente para se tornarem mais numerosas e mais diversas.

Mesmo sendo um movimento global, vale ressaltar que novos modelos de desenvolvimento movidos pelas necessidades, devem respeitar a natureza do ritmo local e das pessoas, a fim de que sejam capazes de dominar o seu próprio desenvolvimento. Delors (2010, p.69) enfatiza que cada um deve contribuir com o progresso da sociedade em que vive, buscando uma participação responsável. Aponta que os avanços econômicos são decorrentes da “capacidade dos seres humanos de dominar e organizar o meio ambiente em função das necessidades, isto é, à ciência e à educação, motores principais do progresso econômico”.

Sen (2000, p.54) ressalta o desenvolvimento na perspectiva da liberdade, fica explícita em sua abordagem, a liberdade global, aquela que “as pessoas têm para viver como desejariam”, como oriunda de várias outras e as denomina liberdades instrumentais, que são: Liberdades políticas (de direitos civis); facilidades econômicas que se referem à utilização dos recursos para consumo, produção ou

troca; oportunidades sociais, voltadas para a educação, saúde entre outras; garantias de transparências como inibidoras da corrupção e, por fim, segurança protetora que diz respeito a arranjos fixos, podendo ser para suplemento ou medidas que geram renda para os necessitados. Em suas palavras, a liberdade não é apenas o objetivo primordial do desenvolvimento, mas o principal meio, de correlações que vinculam as liberdades instrumentais.

Ainda nesse mesmo sentido, vale considerar que alguns arranjos sociais podem ter seriedade decisiva para assegurar e expandir a liberdade do indivíduo. Em se tratando de liberdades individuais, elas estão diretamente ligadas às possibilidades do apoio público que facilite os serviços básicos de saúde, educação e bem-estar.

> No âmbito da economia, assiste-se ao crescimento e ao fortalecimento do Estado, com o objetivo de intervenção, de planejamento, de coordenação e de participação na esfera econômica. Nesse sentido, o Estado desempenha funções múltiplas: regula os monopólios e intervém, quando preciso; executa o planejamento macroeconômico em busca da economia planificada; coordena a divisão social do trabalho e as políticas de renda e de pleno emprego, para ampliar a socialização das forças produtivas; e, também, participa da esfera econômica, com a produção de bens e serviços (LIBÂNEO, OLIVEIRA, TOSCHI, 2011, p.90)

Na medida em que as pessoas estão buscando desenvolvimento pessoal, elas se deparam com situações universais. Segundo Santos (2010, p.81) “com a globalização, todo e qualquer pedaço da superfície da Terra se torna funcional às necessidades, usos e apetites de Estados e empresas nesta fase da história”; nesse sentido, há uma fragmentação mais do que física ou de ação direta do homem, principalmente por sua influência política. Assim, atrelado ao desenvolvimento humano, há um grande interesse de desenvolvimento econômico local e global, que explora a mão de obra com base na competitividade entre estados e entre empresas. São estas exigências que impelem a expansão das formas atuais do capitalismo.

Desse modo, as profundas transformações têm alterado os modos de consumo e de vida. Se baseado apenas no desenvolvimento econômico, como conotado pelo apontamento anterior, intensificam-se as disparidades sociais.

Entende-se que há modificações na divisão social do trabalho, e dessa forma, a dinâmica da qualificação pressupõe novos paradigmas. Ferretti; Silva Júnior; Oliveira (2008) apontam que diante dos novos modelos produtivos, novos requisitos de qualificação se associam, que são: o próprio sujeito, a subjetividade e as relações subjetivas. Ainda nessa perspectiva, tomando como base a qualificação:

> A principal questão para promover o desenvolvimento de regiões é a geração de crescimento por meio da capacitação da mão de obra, mas a ausência ou a debilidade de políticas tendem a criar grandes disparidades de renda para o pequeno empreendedor, principalmente na camada mais desprovida de recursos (CARNIELLO; OLIVEIRA, 2010, p.151).

Do mesmo modo, há uma necessidade de estimular o desenvolvimento local, regional, nacional ou global abrindo espaços às políticas públicas, pois está cada vez mais evidente que delas surjam novos comportamentos, acompanhados e estimulados pela atuação das instituições sociais. Nesses aspectos as instituições de ensino seguem na lista de agentes de promoção:

> A procura de educação com fins econômicos não parou de crescer na maior parte dos países. As comparações internacionais realçam a importância do capital humano e, portanto, do investimento educativo para a produtividade […] os sistemas educativos devem dar respostas a esta necessidade, não só assegurando os anos de escolarização ou de formação profissional estritamente necessários, mas formando cientistas, inovadores e quadros técnicos de alto nível (DELORS, 2006, p.71).

As mudanças oriundas da globalização, que desencadearam novos comportamentos com vistas ao desenvolvimento, clarearam a compreensão de que os indivíduos se beneficiam ao passo que são promotores do desenvolvimento econômico. Este movimento social resume a ideia de que se faz parte de um ambiente propício e estimulante de consumo, gerador de necessidades humanas e de carências de qualidade de vida, e com esse processo, deva-se forjar a capacidade humana de contribuição com as dinâmicas produtivas.

2.2.3 Exclusão e inclusão: interfaces de impactos na qualificação profissional

Os processos de modernização pelos quais a sociedade atravessa, aliados ao crescente anseio de desenvolvimento, têm despertado os olhares no sentido de desconstruir as contradições sociais. Ainda que assegurados em muitas legislações, porém distantes da efetivação, os direitos igualitários têm se tornado um grande desafio que exige contínuas respostas.

O tema exclusão-inclusão e seus impactos, nesse trabalho, se apresentam sob o olhar da questão educacional, que busca preparar o sujeito para a vivência no meio social, enquanto a influência globalizante, permeada pelos seus inerentes desafios o impulsiona para o mercado de trabalho como forma de garantia de sobrevivência. Com vistas a contribuir com o desenvolvimento, estas duas grandes estruturas, mercado de trabalho e educação se apresentam estritamente comprometidas.

Delors (2006, p.230) apresenta a temática da exclusão, sobretudo ressaltando que “os historiadores da pobreza demonstraram que os processos de modernização levaram, em diversos momentos da história, as sociedades a considerar os pobres como excluídos”. Aponta ainda que as exclusão se transformaram em conceito, processos e também linguagem política e que isso tem sido um sinal de que se tornaram um entrave para a sociedade, ou que a exclusão se tornou um fenômeno e nesse sentido, “adquiriu uma dimensão desconhecida até agora, ou finalmente, que a necessidade de coesão social tornou o fenômeno ainda mais dramático”.

Em seu posicionamento frente aos desafios da modernização Giddens (1996, p.15) afirma que as sociedades contemporâneas são “destradicionalizadoras”. Segundo ele, isso se dá devido os indivíduos terem passado a filtrar as informações relevantes e atuar rotineiramente neste processo de filtragem, não tratando apenas um conhecimento sobre a realidade social independente, mas aplicado às suas práticas cotidianas e influenciando o que “a realidade realmente é”.

Diante desta realidade das desigualdades, denunciada em forma de exclusão e seus vários aspectos, o indivíduo inserido no contexto da educação formal geralmente é submetido a situações de limitação quanto à realização pessoal. A realidade social, permeada pelo modelo capitalista, tem induzido também à uma pedagogia da exclusão. Delors (2006) aponta que os sistemas educativos formais, são muitas vezes acusados, e com razão, de impor às crianças o mesmo modelo cultural e intelectual limitador. Dessa forma, pode-se conjecturar que, oriundos desta sujeição por longos anos, seu desenvolvimento pessoal e profissional estará comprometido e sua inserção no mercado de trabalho se dará, propensamente, por conveniência, por uma questão de oportunidade e não de preferência ou vocação.

É interessante ressaltar que o mercado de trabalho tem registrado uma convergência do desenvolvimento no campo intelectual, do conhecimento abstrato em detrimento das qualidades humanas, das peculiaridades dos sujeitos. Com isso, limitou-se o desenvolvimento da “imaginação, a aptidão para comunicar, o gosto pela animação do trabalho em equipe, o sentido do belo, a dimensão espiritual ou a habilidade manual” (DELORS, 2006, p.55).

Sujeitos a processos educativos limitadores para a formação profissional, se faz necessária a internalização da ideia de desvincular-se da submissão a uma exploração e dominação da força produtiva, para uma predisposição no que tange a incorporar mecanismos diversos para o aprendizado do trabalho.

Um ponto importante destacado por Carniello e Oliveira (2010, p.151) considera que a aceleração das transformações e da economia mundiais relacionadas ao emprego, tem reflexos em função da globalização, que consequentemente coloca excluso do processo de desenvolvimento “um contingente cada vez maior de trabalhadores que não conseguem ingressar no mercado de trabalho, além de empurrá-los para a informalidade e para uma situação de vulnerabilidade econômica e social”.

Dessa realidade apontada, uma busca da taxa média anual de desemprego no Brasil nos últimos 12 anos, em consultas ao site eletrônico do IBGE, demonstra que, embora estivessem sendo registrados níveis cada vez mais baixos de desemprego no Brasil, existe a necessidade crescente nos últimos anos de atender

a classe de jovens e adultos exclusa do mercado de trabalho. A Tabela 1 demonstra a taxa de desemprego no Brasil dos anos de 2002 a 2015.

Tabela 1 – Taxa de média anual (%) de desemprego no Brasil.

Ano	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2014	2014	2015
Taxa (%)	12,6	12,3	11,4	9,8	9,9	9,3	7,8	8,1	6,7	6,0	5,5	5,4	4,9	5,4*

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE.
*Média anual calculada de janeiro a julho.
Elaborado pela autora (2015)

Este cenário remonta um aspecto importante a destacar, tema levantado no relatório publicado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)[8] de 2014, que considera:

> A atual elevada taxa de desemprego juvenil representa uma perda significativa de desenvolvimento humano potencial, que não só ameaça o progresso económico, como também aumenta o risco de agitação social, violência e criminalidade. Impõem se políticas ambiciosas para responder às expetativas dos jovens em relação ao mercado de trabalho. Num cenário de "política ambiciosa", o desemprego juvenil mundial seria inferior a 5 por cento em 2050, devido ao duplo efeito de um menor número de jovens a entrar no mercado de trabalho e um maior crescimento económico. Contudo, existem heterogeneidades regionais importantes (PNUD, 2014, p.64).

Este mesmo relatório analisa que o Brasil se enveredou pelo desenvolvimento voltado à consolidação democrática, tendo como cenário a desigualdade e as divisões étnicas e raciais; e assim "o governo aplicou uma combinação de intervenções políticas destinadas a impulsionar o mercado de trabalho, a ter em conta a despesa pública e as transferências de rendimento, a expandir o ensino primário universal e a corrigir as disparidades de gênero e raciais" (PNUD, 2014, p.107).

[8] "O Relatório do Desenvolvimento Humano de 2014 é o mais recente de uma série de Relatórios do Desenvolvimento Humano Globais publicados pelo PNUD desde 1990 como uma análise intelectualmente independente e empiricamente fundamentada das principais questões, tendências e políticas do desenvolvimento" (PNUD, 2014, p.3). Este último relatório apresentado teve como tema gerador "Sustentar o Progresso Humano: Reduzir as Vulnerabilidades e Reforçar a Resiliência" e nele se divulgam os estudos realizados na área.

Dessa realidade social, alguns aspectos levantados por Kuenzer (2005) discutem a exclusão includente, como um fenômeno de mercado, apontando que se trata de diferentes estratégias que conduzem à exclusão do trabalhador do mercado formal, seguida de sua inclusão na informalidade (exclusão) ou mesmo uma reinclusão no próprio mercado formal, às vezes como forma de aproveitar (explorar) a mão de obra. Existem inúmeras situações de submissão às condições como de exclusão includente, nos salários mais baixos, menos direitos; empregado terceirizado; trabalhador da mesma empresa na informalidade dentre outras situações. E assim, a mesma autora trata da inclusão excludente manifestada no terreno educativo como a face pedagógica da exclusão includente, e fundamenta-se na ideia de incluir estudantes no ensino escolar em cursos de diferentes níveis e modalidades sem os padrões de qualidade exigidos para ingresso no mercado de trabalho, ou ainda pouco explorados por seus participantes.

Saviani (2008) trata sob esta ótica, a condição de jovens e adultos, na perspectiva pedagógica da exclusão, na necessidade de ampliar a esfera da empregabilidade e que atualmente estes se submetem ao preparo que se dá, segundo ele, “mediante sucessivos cursos dos mais diferentes tipos, se tornarem cada vez mais empregáveis, visando escapar da condição de excluídos”; mais do que retórica esse ciclo faz parte da exigência da intelectualização contínua para o trabalho.

> E, caso não consigam, a pedagogia da exclusão lhes terá ensinado a introjetar a responsabilidade por essa condição. Com efeito, além do emprego formal, acena-se com a possibilidade de sua transformação em microempresário, com a informalidade, o trabalho por conta própria, isto é, sua conversão em empresário de si mesmo, o trabalho voluntário, terceirizado, subsumido em organizações não governamentais etc. Portanto, se diante de toda essa gama de possibilidades ele não atinge a desejada inclusão, isso se deve apenas a ele próprio, a suas limitações incontornáveis. Eis o que ensina a pedagogia da exclusão (SAVIANI, 2008, 431).

Na temática da exclusão, Demo (2002, p.20) parte do princípio de que “embora a exclusão esteja estritamente ligada à solidão e à desagregação social, o emprego continua preponderante para definir a condição social do indivíduo”; dessa percepção é válido ressaltar que inserir-se no mercado de trabalho configura-se como um pensamento central na sociedade atual. É interessante pensar na

abordagem dos efeitos que a exclusão provoca:

> Há provas abundantes de que o desemprego tem efeitos abrangentes além da perda de renda, como dano psicológico, perda de motivação para o trabalho, perda de habilidade e autoconfiança, aumento de doenças e morbidez (e até mesmo das taxas de mortalidade), perturbações das relações familiares e da vida social, intensificação da exclusão social e acentuação das tensões raciais e das assimetrias entre os sexos (SEN, 2000, p.117).

Além destes atenuantes, um marco na história da exclusão se dá na passagem das novas tecnologias. Ao exigir qualidade, se faz a distinção de trabalho qualificado e não qualificado. Segundo Delors (2006) esta é uma das fundamentais distinções da desigualdade social. Contudo, essa dialética que envolve o incluir e excluir do mercado de trabalho reforça a questão da empregabilidade; é a partir desse movimento que o indivíduo tem a responsabilidade de se tornar capaz de escolher e adquirir meios de competir, ampliando a possibilidade de se manter no mundo do trabalho, visto que na ideia da ordem econômica atual não há lugar para todos, apenas para os mais qualificados.

> Atualmente, além de se empenharem na reformulação do papel do Estado na educação, esses mesmos organismos estão preocupados com a exclusão, a segregação e a marginalização social das populações pobres, em razão de essas condições constituírem, em parte, fatores impeditivos para o desenvolvimento do capitalismo, ou melhor, serem ameaça à estabilidade e à ordem nos países ricos. (LIBÂNEO, OLIVEIRA, TOSCHI, 2011, p.54).

Carniello e Oliveira (2010, p.20) ainda apontam que fomentar o desenvolvimento parte de um trabalho direcionado a diminuir os índices de desemprego, através de programas de capacitação e realocação dos desempregados aos postos de trabalho. Essa, sendo uma necessidade social, passa a ser responsabilidade da Gestão Pública em instalar agências públicas de emprego, geralmente, nomeados de Ponto de Atendimento do Trabalhador (PAT). Dessa forma, os cadastrados de desempregados ou dos que buscam o primeiro emprego podem ser geridos, partindo do interesse dos empregadores que focalizam na demanda de mão de obra específica para cada empresa, e assim há ligação entre a

oferta e a procura dos recursos humanos.

Nesse mesmo sentido, de incluir, o Estado pode também fundamentar suas ações nas políticas: “política social, procurando ajudar os fracos a diminuir as desigualdades materiais; política escolar, assegurando o livre acesso ao saber e criando possibilidades de comunicação entre os homens” (DELORS, 2006, p.231). Santos (2010, p.149), considera que com a globalização, as políticas sociais desamparam “os menos favorecidos, sob o argumento de que os recursos sociais e os dinheiros públicos devem primeiramente ser utilizados para facilitar a incorporação dos países na onda globalitária”. Essa realidade tem repercutido com baixa qualidade de vida das pessoas, e, dessa forma, exercida a exclusão.

2.2.4 Qualificação profissional, instrução e trabalho

As categorias de análise da globalização implicam a qualificação profissional e as relações sociais, os processos pedagógicos, a educação formal e não formal, a construção da subjetividade humana, as necessidades materiais e não materiais, e ainda a ordem econômica atual. A aprendizagem do trabalho, nesse meio, se fecunda na maneira sistemática e dialética na instituição fundamental interposta entre a família e o trabalho, que são as organizações educativas formais.

> Como instituição social educativa, a escola vem sendo questionada acerca de seu papel ante as transformações econômicas, políticas, sociais e culturais do mundo contemporâneo. Elas decorrem, sobretudo, dos avanços tecnológicos, da reestruturação do sistema de produção e desenvolvimento, a compreensão do papel do Estado, das modificações nele operadas e das mudanças no sistema financeiro, na organização do trabalho e nos hábitos de consumo. Esse conjunto de transformações está sendo chamado de globalização. (LIBÂNEO; OLIVEIRA; TOSCHI, 2011, p.51).

Desses pressupostos, Siqueira (1997) enfoca que uma visão efetivamente crítica da globalização leva em consideração que ela é uma condição histórica concreta e, portanto, permeada de contradições (produtivas e não produtivas), que é um fenômeno multidimensional e diz respeito não só ao domínio econômico, mas

também ao político, ao sociocultural, ao tecnológico e ao educacional.

No campo educacional a globalização tem afetado de várias maneiras e alterando alguns aspectos fundamentais de comportamento, na concepção de Libâneo; Oliveira; Toschi (2011, p.52):

> a) Exige um novo tipo de trabalhador, ou seja, mais flexível e polivalente, o que provoca certa valorização da educação formadora de novas habilidades cognitivas e de competências sociais e pessoais; b) levam o capitalismo a estabelecer, para a escola, finalidades mais compatíveis com os interesses do mercado; c) modificam os objetivos e as prioridades da escola; d) produzem modificações nos interesses, nas necessidades e nos valores escolares; e) forçam a escola a mudar suas práticas por causa do avanço tecnológico dos meios de comunicação e da introdução da informática; e) induzem alteração na atitude do professor e no trabalho docente, uma vez que os meios de comunicação e os demais recursos tecnológicos são muito motivadores.

Estas alterações que perpassam o contexto educacional, têm redundado em grande interesse de exploração para o desenvolvimento; evocam comumente a instrução e a contínua reprodução de ideias para a formação. Incentivam, mais do que uma formação básica das ciências, a concepção de que o ensino prepara para "ser alguém na vida", e este discurso embute o que pontua Cambi (1999, p.397) "Formar as jovens gerações é, sobretudo, transmitir-lhes competências e comportamentos, é conformá-las as regras sociais que atingem, antes de tudo, as competências profissionais".

As comparações internacionais realçam a importância do capital humano e, portanto ressaltam o investimento educativo para a produtividade.

> Os indivíduos vivem e atuam em um mundo de instituições. Nossas oportunidades e perspectivas dependem crucialmente de que instituições existem e do modo como elas funcionam. Não só as instituições contribuem para nossas liberdades, como também seus papéis podem ser sensivelmente avaliados à luz de suas contribuições para nossa liberdade. Ver o desenvolvimento como liberdade nos dá uma perspectiva na qual a avaliação institucional pode ocorrer sistematicamente (SEN, 2000, p.168).

Em uma perspectiva integrada, fica entendido assim, que as exigências estão sendo maiores do que no passado. Vive-se na era da comunicação, do

conhecimento e da inovação. As pessoas precisam estar equipadas para trabalhar, precisam de saúde, de preparo e de qualificação para poder incorporar e recriar as inovações tecnológicas, Brum (2012, p.555) fortalece esta ideia ao considerar que as pessoas estão “numa época em que o conhecimento – e a capacidade de ampliá-lo e aprofundá-lo – se constitui na alavanca principal para a ascensão econômica e social”. Nesse sentido,

> Ora foi o trabalho que se afirmou como elemento primário da formação ora isso ocorreu com a instrução, mas sempre se sublinhou uma estreita simbiose entre os dois elementos numa sociedade articulada e complexa, produtivamente avançada como a atual, onde os perfis formativos também devem assumir maior flexibilidade e possíveis alternativas, mesmo caracterizando-se segundo princípios relativamente unitários (que recuperem tanto o trabalho intelectual com o manual) (CAMBI, 1999, p.394).

Não há como negar que as instituições de ensino têm o objetivo explícito de desenvolver potencialidades, independentemente de seus níveis, a aprendizagem dos conteúdos se torna meio de ampliar habilidades permanentes de qualificação de mão de obra adquire que adquire, então, “a dimensão de um investimento estratégico, que implica a mobilização de vários tipos de atores: além dos sistemas educativos, formadores privados, empregadores e representantes dos trabalhadores estão convocados de modo especial” (DELORS, 2006, p.71)

O trabalho e a exigência de qualificação, flexibilidade, criatividade e atualização permanente são grandes desafios mundiais e são atenuados pela possibilidade que a economia informal proporciona. Cambi (1999) considera que a realidade da educação veio se refazendo sobre os perfis profissionais; colocando em evidência a ótica do profissionalismo e mediante este fato, a escola assumiu como sua essa tarefa social primária.

Em torno dessa realidade, permanece a tônica do discurso para os sujeitos, de modo geral, buscarem se qualificar profissionalmente ao máximo possível. Para o contexto da realidade brasileira e local isto é impraticável, visto que uma grande massa de indivíduos, excluídos não somente pela baixa ou nula escolaridade, mas pela própria carência de renda de suas famílias.

Os meios formais de adquirir participação no desenvolvimento econômico

estão atrelados às instituições escolares, proporcionando desde bem cedo o preparo do sujeito. Cabe discutir novos rumos para os estudos amplos que advém deste fenômeno, pensando nos contextos regionais e locais, pois uma vida digna é um dos fatores proeminentes para o desenvolvimento da sociedade, está na instrução e no trabalho e é por meio das construções de conhecimentos gerais e específicos que se pode intervir em um plano local.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Neste capítulo está delineado o caminho metodológico composto por procedimentos, métodos, técnicas e instrumentos específicos que sistematicamente orientaram a realização deste trabalho. Seguindo Sampieri, Collado e Lucio (2006, p.5) a pesquisa tem a ver com a realidade, pois “ela é sistemática, empírica e crítica”. Ser “sistemática” sugere que há um rigor, uma disciplina para fazer pesquisa científica e, dessa forma, os fatos não são deixados à causalidade. Empírica, implica ser denotada de dados coletados e analisados. E ser “crítica” constitui uma avaliação dinâmica, melhorada e constante.

O texto, portanto, aborda uma breve contextualização, onde o estudo foi realizado e também, alguns dados sobre a cidade de Imperatriz, bem como da unidade do Sistema “S” que se dispôs como campo de pesquisada e a realidade contextual do tema levantado. Sucessivamente, são descritos os procedimentos metodológicos que nortearam o desenvolvimento da pesquisa: Tipo de pesquisa, Métodos de abordagem do problema apresentado, considerando ainda o objetivo geral. Trata da operacionalização de coleta de dados, instrumentos utilizados, amostra e como estes dados foram analisados, tomando ainda o cuidado de apresentar os critérios éticos pertinentes utilizados com os sujeitos da pesquisa.

3.1 Contextualização

A cidade de Imperatriz, que em 2015 completou 163 anos de sua fundação, apresenta extensão territorial e populacional significativa; é reconhecida como a segunda maior cidade do Estado do Maranhão, com 247.505 habitantes, conforme dados registrados no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE (2010). Dispõe de rico potencial para o turismo e agronegócio, privilegiada localização geográfica e de fácil acessibilidade aos grandes centros, como São Luís–MA, Belém–PA, Brasília–DF e Goiânia–GO.

Além destes fatores, a cidade tornou-se referência e está se estruturando como polo universitário. Sua localização geográfica estratégica, tem favorecido nos últimos anos, a chegada de empreendimentos, o crescimento do setor de comércio e de serviços, a instalação de redes atacadistas, *shoppings centers*, revendedoras automobilísticas, construção e ampliação de hotéis, abertura de vários restaurantes e ainda instalação de indústrias de grande porte como a multinacional Suzano Papel e Celulose, a Empresa holandesa AkzoNobel, especializada em revestimentos (tintas), a Coca-Cola e Atacadão da rede Carrefour. Assim, a economia local tem crescido, segundo dados da Associação Comercial e Industrial de Imperatriz-ACII (SOUZA, 2011).

Nesse ambiente em crescimento e mudanças aceleradas, novos empregos e possibilidades de renda da classe trabalhadora também têm surgido. Os empreendimentos comerciais e industriais alavancaram muitas oportunidades. Nesse sentido, a busca pela investigação dos desdobramentos do PRONATEC, e a inclusão de egressos no mercado de trabalho, delineia uma prospecção do programa e o desenvolvimento da cidade e se firma como meio de compreender a absorção, preparo e qualificação das pessoas de baixa renda.

3.2 Tipo de pesquisa

A pesquisa, seguindo o paradigma interpretativo, tem abordagem qualitativa e quantitativa, ou mais comumente conhecida como qualiquantitativa. Esta junção é tratada por Triviños (2008), como pesquisa que pode ser, na prática, uma investigação baseada na estatística, que pretende obter resultados objetivos, de caráter exclusivamente estatístico; é também tratada quantitativamente com as informações que podem ser aproveitadas para avançar numa interpretação mais ampla, estabelecendo entre os fenômenos uma relação estatisticamente significativa, em que há empiricamente de se considerar suas hipóteses ou determinar se elas foram rejeitadas.

Dessa forma, a pesquisa qualiquantitativa têm objetividade e validade conceitual considerável que contribui positivamente para o desenvolvimento do pensamento científico. O autor citado anteriormente, ainda explica que muitas pesquisas de natureza qualitativa não precisam apoiar-se na informação estatística e que isto não significa que sejam especulativas.

Ainda em Teixeira (2008, p.137) a pesquisa qualitativa busca “reduzir a distância entre a teoria e os dados, entre o contexto e a ação, usando a lógica da análise fenomenológica, isto é, da compreensão dos fenômenos pela sua descrição e interpretação”. Assim, as experiências pessoais do pesquisador são elementos importantes na análise e compreensão dos fenômenos estudados.

As características da pesquisa de cunho quantitativo “Preveem a mensuração de variáveis preestabelecidas, procurando verificar e explicar sua influência sobre outras variáveis, mediante a análise de frequência de incidências e de correlações estatísticas. O pesquisador descreve, explica, prediz” (CHIZZOTTI, 2006, p.52). A questão de se trabalhar com abordagem quantitativa, dá-se também por suas características na descrição matemática, considerações estatísticas, a partir dos fatos concretos e vale-se da quantidade, para avaliar as ações convergentes da proposta do PRONATEC.

Ao trabalhar a abordagem qualitativa, pensa-se nos sujeitos e seus

significados, bem como em analisar mais detalhadamente aspectos profundos e interpretá-los, e dessa forma, descrever a complexidade do comportamento humano. Em Marconi e Lakatos (2010) percebe-se que esta forma fornece análise mais detalhada sobre as investigações, hábitos, atitudes, tendências de comportamento em que o investigador entra em contato direto e prolongado com o indivíduo ou grupos humanos, com o ambiente e a situação que está sendo investigada e permite um contato de perto com os sujeitos.

Buscando explorar conhecimentos sobre o objeto de estudo, como campo de pesquisa, foram adotados como procedimentos metodológicos inicialmente o desenvolvimento de uma Revisão de Literatura, a fim de reaver o conhecimento científico acumulado sobre a proposta da política de educação profissional PRONATEC, identificando e correlacionando temas comuns ao problema de pesquisa, estruturando assim o marco teórico.

Na concepção de Sampieri, Collado e Lucio (2006, p. 57) pode-se depreender que um bom marco teórico não é aquele que contém muitas páginas, mas aquele que por meio de consultas à bibliografia e materiais úteis aos objetivos da pesquisa se pode “extrair e recompilar as informações relevantes e necessárias sobre o problema”.

Tem ainda como apoio a Pesquisa Documental, e como principal referência o Projeto de Lei nº 12.513 de 26 de outubro e 2011 (BRASIL, 2011a), Decretos, Portarias e Resoluções publicados que conduzem o instituído PRONATEC, no sentido de atender o objetivo específico, de identificar a proposta para subsidiar o conhecimento básico sobre essa nova política pública educacional do Governo Federal, visto que há poucas produções que tratam do assunto. Também foram avaliados documentos internos da unidade do Sistema “S” em estudo, para levantamentos quantitativos mais específicos de cursos ofertados, na primeira etapa do programa (2011-2014) com informações do perfil dos alunos, dos professores, número de ingressos, egressos e evadidos e que serviram de base de identificação e análise que contemplam os objetivos específicos deste estudo.

Quanto ao objetivo geral de investigar a (re)inserção dos egressos dos cursos de Formação Inicial e Continuada da política de educação profissional do

PRONATEC no mercado de trabalho de uma unidade do Sistema “S” na cidade de Imperatriz-Ma, a pesquisa se configura como exploratória, buscou assim obter informações mais completas. Sampieri, Collado e Lucio (2006, p.100) apontam que os estudos exploratórios servem para nos familiarizarmos com os fenômenos relativamente desconhecidos, “identificar conceitos ou variáveis promissoras, estabelecer prioridades sobre pesquisas futuras, ou sugerir afirmações ou postulados”; dessa forma neste estudo, explorar algo pouco pesquisado ou conhecido. Ainda afirma que os estudos exploratórios determinam tendências, identificam áreas, ambientes, contextos e situações de estudo, “relações potenciais entre variáveis, ou estabelecem o ‘tom’ de pesquisas posteriores mais elaboradas e rigorosas”.

Ainda Moreira e Caleffe (2008) acrescentam que as pesquisas exploratórias são desenvolvidas com o objetivo de proporcionar visão geral aproximada acerca de determinado fenômeno. Assim, seguindo também o pensamento de Severino (2007, p.223), o objetivo da pesquisa exploratória é fundamentalmente, permitir análise e a interpretação do material coletado, pois será na “consecução do objetivo que se poderá aferir os resultados da pesquisa e avaliar o avanço que ela representou para o crescimento científico na área”.

Partindo da classificação da pesquisa por seus tipos de perguntas, os autores supracitados consideram que a natureza da pergunta norteia a escolha metodológica a seguir; e dentro desta perspectiva classificatória esta se apresenta como Pesquisa de Avaliação, em que é possível realizar uma avaliação preocupada com as políticas e com as práticas, além de se preocupar com definições, exploração e eficácia.

Dessa perspectiva do autor citado anteriormente, a pesquisa se desenvolveu a partir de um estudo de caso, como método escolhido para estudar profunda e exaustivamente o objeto. Segundo Severino (2007, p.121), este método se concentra no estudo de um caso particular, considerado representativo de um conjunto de casos análogos, e “a coleta de dados e sua análise se dão da mesma forma que nas pesquisas de campo, em geral”. Yin (2010, p.39) acrescenta que um estudo de caso é uma investigação empírica que “investiga um fenômeno contemporâneo em profundidade e em seu contexto de vida real, especialmente

quando os limites entre o fenômeno e o contexto não são claramente evidentes". Coloca ainda que têm sido realizados sobre decisões, processo de implementação, mudança organizacional e programas em que seu delineamento é uma estratégia de pesquisa que busca analisar um fenômeno contemporâneo no meio do seu contexto; assim é adequado especialmente ao estudo de ações que explora fenômenos com apoio em vários ângulos.

3.3 Método

O método adequado consiste no dedutivo, fundamentado em premissas para conclusões prováveis, passando pelo raciocínio das percepções de uma realidade desconhecida, percorrendo o caminho do geral para o particular. Seguindo a experiência de Severino (2007), um procedimento lógico pelo qual se pode tirar de uma ou de várias proposições (premissas) uma conclusão que delas decorre por força puramente lógica, quando passa dos fatos às leis, mediante hipóteses, está trabalhando a indução; quando passa das leis às teorias ou destas aos fatos, está trabalhando a dedução.

3.4 Coleta de dados

Quanto à coleta de dados, alguns aspectos importantes foram considerados em relação ao Estudo de Caso: a natureza do caso, o histórico do caso e também seu contexto (físico, histórico, político, legal e estético), para este levantamento, na pesquisa de campo, entendendo que a problemática apontada envolve a interação e o diálogo com a realidade, e ao mesmo tempo em que se tem a educação profissional como meio de transformação social. Gamboa (2006, p.103/4) aponta que "a educação é vista como uma prática nas formações sociais e resulta de suas determinações econômicas, sociais e políticas". Assim, seguindo conceitos básicos, buscou-se pensar, entender e interpretar as mudanças que acontecem na

sociedade, considerando o homem como ser social e histórico, como transformador da realidade social e de seus contextos.

Os dados coletados junto aos sujeitos serviram de base para uma análise da estrutura educacional, para atender a proposta do programa e também para gerar parâmetros da avaliação das políticas públicas destinadas à educação profissional e de geração de emprego e renda na cidade.

Os sujeitos pelos quais o caso pode ser conhecido foram 11 alunos egressos dos Cursos de Formação Inicial e Continuada, dois gestores da unidade do Sistema "S" e 13 professores que atuam no PRONATEC. Para a geração dos dados foram utilizados os seguintes instrumentos: roteiro de entrevistas com alunos(as) (APÊNDICE A) e gestores (APÊNDICE B) e questionário com professores (APÊNDICE C).

Estes sujeitos da pesquisa foram selecionados inicialmente por meio da instituição pesquisada, que cedeu informações nas fichas de cadastros dos alunos egressos que continham números telefônicos e *e-mails*. Assim, a seleção dos participantes da pesquisa se deu, aleatoriamente, a pesquisadora entrou em contato com os egressos por estes meios e contou com a disponibilidade de tempo e local de participação nos encontros para as entrevistas. Com professores houve a comodidade em comparecer na instituição e aproveitar as lacunas nos horários de trabalho em que houve a entrega do questionário e com as gestoras com agendamento de horário.

Dentre os instrumentos selecionados para a pesquisa, o questionário proporciona vantagens, pelo fato de que pode ser utilizado também com finalidade de análises qualitativas. "Às vezes, o pesquisador precisa caracterizar um grupo de acordo com seus traços gerais" (SAMPIERI; COLLADO; LUCIO, 2006, p.306). Estruturou-se o questionário para investigar com os professores a (re) inserção dos egressos dos cursos FIC, além de perceber o perfil e preparo docente frente a este desafio e avaliação dos alunos egressos.

Foi utilizado um gravador de áudio que na concepção de Gil (2010), constitui-se em uma das formas de reprodução mais precisa quando se requer

fidelização das respostas e ainda oferece flexibilização como vantagem. Assim, para realizar as entrevistas teve-se como objetivo principal segundo Sampieri, Collado e Lucio (2006, p.381) “obter respostas sobre o tema, problema ou tópico de interesse nos termos, linguagem e a perspectiva do entrevistado (‘em suas próprias palavras’)”. Para os autores o “especialista” é o entrevistado, portanto o entrevistador deverá ter a postura de escuta acurada, interessando-se pelo conteúdo e a narrativa de cada resposta. Ainda em Gil (2010) a vantagem em se utilizar este meio se dá em possibilitar interpretações além da fala do sujeito; também permite flexibilidade, pois pela fala há captação de maior número de respostas possíveis sem tornar o momento cansativo.

O roteiro de entrevista se estruturou, norteado pelos objetivos da pesquisa, em grandes temas para facilitar análise categórica dos dados. Com os alunos foram basicamente: avaliação do curso do PRONATEC; Preparo e qualificação profissional; oferta e procura dos recursos humanos (exclusão/inclusão); contribuição para o desenvolvimento de Imperatriz e ainda Tema (momento em que o entrevistado pode comentar livremente sua experiência antes e depois do PRONATEC).

Com os gestores, levantaram-se as categorias basicamente em: avaliação do curso Pronatec; Preparo e Qualificação Profissional; Oferta e Procura dos recursos humanos (exclusão/inclusão) e Contribuição do Programa para o desenvolvimento da cidade de Imperatriz.

Descrito os meios para a obtenção de dados a serem utilizados na pesquisa de campo, o argumento que fundamenta a escolha de variados instrumentos de investigação se constrói devido “os dados quantitativos necessitarem ser suplementados por detalhes contextuais fornecidos pelas técnicas qualitativas” (MOREIRA; CALLEF, 2008, p.67).

Estas técnicas, aos serem utilizadas, na análise dos resultados culminam em equilibrar o arcabouço teórico e os dados empiricamente obtidos, oportunizando ao pesquisador que os resultados sejam reais e significativos. Para Moreira e Callef (2008, p.95), as respostas podem ser quantificadas por meio de técnicas estatísticas sofisticadas, e “os resultados podem ser apresentados com toda a confiança que os

números trazem”.

Quanto ao período de levantamento de dados, as entrevistas e aplicação de questionário se deram entre os meses de maio a agosto de 2015. As entrevistas foram agendadas previamente, tornando clara a durabilidade da coleta de 10 a aproximadamente 30 minutos. Nelas, os pesquisados foram abordados seguindo questões do roteiro semiestruturado do assunto pertinente ao PRONATEC, contemplando os objetivos específicos da pesquisa. As entrevistas foram gravadas e transcritas conforme as “falas” dos sujeitos, com vícios de linguagem, considerando também as linguagens típicas da região nordeste, mantendo assim a forma peculiar de cada um, sem correções de qualquer tipo, com a finalidade de garantir a originalidade dos dados coletados.

3.4.1 Amostra

A amostra se deu por acessibilidade, em que o pesquisador seleciona os elementos, admitindo que, de alguma forma, pudessem representar o universo. Esse tipo de amostra é aplicado geralmente em estudos exploratórios ou qualitativos. O critério utilizado para selecionar a amostra foi, além de acessibilidade, a questão dos cursos mais procurados pela população na unidade investigada.

3.5 Estratégias de análise dos dados

Os dados coletados foram analisados sob a ótica do conteúdo, a partir das questões que compõem as entrevistas semiestruturadas e os questionários. Ainda a análise de conteúdo, segundo Bardin (2010, p.37) constitui-se em

> Um conjunto de técnicas de temáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitem a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção

(variáveis inferidas) destas mensagens.

Dessa forma, o objetivo de manipular as mensagens, conteúdos e expressão de conteúdos, segundo a autora, serve para evidenciar os indicadores que permitem interferir sobre uma ou outra realidade desconhecida, que não é a da mensagem transmitida pelos sujeitos. Tanto na pesquisa de campo quanto na pesquisa documental, a análise de conteúdos consente a classificação por assuntos ou unidades de registros.

Bardin (2006, p.89), embasa as etapas de análise consideradas a seguir: Primeiramente houve o levantamento do material, dos dados sobre o tema que consistiu em uma “pré-análise”. Posteriormente, organização dos dados se deu em unidades ou temas que descrevem o objeto “categorização” e por fim houve o tratamento dos resultados obtidos seguida de “interpretação”. Nesse mesmo sentido, a autora considera analisar conteúdos como a técnica mais antiga e prática e assim, operacionalmente, fez-se por desmembramento do texto em unidades, ou seja, em categorias e subcategorias.

Um fator importante para analisar os dados foi considerar a necessidade de evidenciar as relações existentes entre o fenômeno estudado e os outros fatores. Em síntese, realizá-la em três níveis, que segundo Marconi e Lakatos (2010) são: interpretação, explicação e especificação. Assim, a análise e interpretação dos dados foram realizadas a partir do confronto do material de revisão de literatura com resultado da coleta do material da pesquisa de campo. Por fim, coube realizar uma análise descritiva dos resultados quantitativos e qualitativos, a partir dos objetivos específicos.

Alguns registros feitos durante a pesquisa, seguiram as ideias de Moreira e Caleff (2008), em que se fazendo anotações exercita-se também a análise dos dados visto que geralmente as notas de campo se entrelaçam por outros dados coletados.

3.6 Critérios éticos

Para seguir os critérios éticos com vistas a realização da pesquisa de campo, inicialmente solicitou-se a permissão da coleta de dados por meio de uma Carta de Apresentação (APÊNDICE D) encaminhada ao diretor regional da unidade do Sistema “S” seguida de esclarecimentos sobre a pesquisa. Dando consentimento, formalmente a pesquisadora recebeu a Carta de Anuência (APÊNDICE E). Posteriormente, fornecido de forma individualizada aos participantes o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (APÊNDICE F) muniu o participante de informações padronizadas sobre a pesquisa. Após leitura e assinatura procedeu-se com a pesquisa, salvaguardando o anonimato.

O pesquisado teve o direito de interromper a participação na pesquisa, caso julgasse necessário em qualquer tempo até a publicação dos resultados, entendendo que a decisão não traria qualquer tipo de exposição, desconforto ou prejuízo. Destaca-se ainda que durante a pesquisa não houve recusa de participação de qualquer um dos envolvidos.

A maioria das entrevistas individuais semiestruturadas com gestores e alunos egressos, ocorreu no lugar de trabalho e estudo (a unidade do Sistema “S”); o que foi particularmente importante por permitir a manifestação de informações contextualizadas.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O tema sobre o PRONATEC compreende questões políticas, sociais e econômicas que tem merecido bastante atenção. Sendo um programa de governo recente e pela abrangência com que se apresentou pelos quatro anos de primeira etapa de execução, este estudo se propôs a fazer um recorte investigativo da (re)inserção dos egressos dos cursos de FIC da política de educação profissional do programa no mercado de trabalho de uma unidade do Sistema “S” na cidade de Imperatriz-MA. Nesse sentido, este capítulo apresenta os resultados e discussões das informações levantadas em pesquisa de campo. Como pesquisa mista os dados se apresentam tratando do contexto de execução, as opiniões dos professores, as falas dos gestores e egressos dos cursos do PRONATEC, perfazendo uma análise dos conteúdos apreendidos.

4.1 Contexto da pesquisa

O Estudo de Caso desta pesquisa se deu no Centro de Educação profissional de Imperatriz “Rosário Nina”, uma das unidades de educação profissional que integra o conhecido Sistema “S”. Dentre as unidades de educação voltadas especificamente para qualificação profissional na cidade, é uma das que se destacam no cenário de preparo para o comércio. Trata-se de uma entidade privada,

que tem sua administração pela Confederação Nacional do Comércio, atuando desde 26 de junho de 1981, marco de sua fundação. Trabalha com aproximadamente 80 cursos por semestre nas áreas de Comércio, Comunicação, Gestão, Imagem Pessoal, Informática, Turismo, Hotelaria e Saúde. A instituição de ensino se utiliza de programas institucionais e de governo, além do PRONATEC para propor a qualificação profissional da população imperatrizense e de seu entorno (SENAC, 2014).

Com atuação no campo da educação profissional de qualificação básica, educação técnica e tecnológica, com sua histórica tradição, em 1990 a unidade passou por uma reforma e ampliação, sendo reinaugurada no mesmo ano. A média de professores e instrutores chega a 60 profissionais. Atualmente estrutura ofertada conta com uma biblioteca; sete salas convencionais, com capacidade de até 25 pessoas, quatro laboratórios de informática, com quinze computadores cada um; possui um auditório com capacidade de até 75 pessoas; salão de beleza com capacidade de até 25 pessoas, área de convivência com cantina; um almoxarifado e um hall de entrada. Está localizada no centro da cidade de Imperatriz-MA. (SENAC, 2014).

Como integrante do Sistema “S”, a unidade de ensino acumula grande respeito por sua tradição em ofertar, a mais de 34 anos, a educação para o trabalho. Sendo assim, a instituição pesquisada e a cidade possuem um histórico de integração nos ciclos econômicos pelos quais a região foi marcada. Nesse entrelaçamento de necessidades e contribuições na formação de profissionais para as diversas áreas, é uma das instituições que mais tem proporcionado ensino com este formato. A unidade trabalha com três programas que oferecem cursos gratuitos em parceria com o Governo Federal, sendo eles: o PRONATEC; o Programa de Aprendizagem, voltado para a educação profissional de jovens entre 14 e 24 anos; e por fim o PSG – Programa “S” Gratuidade, resultado de um protocolo firmado com o Governo Federal, e regulamentado pelo Decreto nº 6633, de 5 de novembro de 2008.

Há um fator de atenção que se dá, no sentido da carência da região por melhorias. Os índices brasileiros registram que o Nordeste é uma das regiões reconhecidas por grandes índices de pobreza e de poucas oportunidades de

inclusão social. A Lei do PRONATEC, quando instituída, endossa esta carência, quando trata em seu Art. 6º, do cumprimento dos objetivos quanto à questão da transferência de recursos para investir em educação profissional nas redes públicas estaduais e municipais ou dos serviços nacionais de aprendizagem determinando: “Do total de recursos financeiros de que trata o **caput** deste artigo, um mínimo de 30% (trinta por cento) deverá ser destinado para as Regiões Norte e Nordeste com a finalidade de ampliar a oferta de educação profissional” (BRASIL, 2011a, grifo do autor).

Sendo parte da região nordeste, a cidade de Imperatriz-MA está localizada na parte ao sul do estado do Maranhão e registra perceptível grau de pobreza e de pouco investimento para melhoria da qualidade de vida, embora tenha 252.320 habitantes, registro do último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2010, e seja a segunda maior cidade do estado do Maranhão, apresenta carências na área educacional e de inclusão social em vários aspectos. Entretanto, o seu desenvolvimento tem despontado pela localização estratégica que possui entre os estados do Tocantins, Pará e Piauí.

Este entroncamento tem impulsionado muitos investimentos e a expansão de Imperatriz é observada, nos últimos anos, no aumento no setor de comércio, indústria e prestação de serviços. Levando em consideração a qualificação de mão de obra como fator preponderante para emprego e renda, percebeu-se que as oportunidades de emprego podem ser preenchidas pela população local. Desta realidade, a cidade demonstra uma grande necessidade de profissionais para estes setores. Nesse sentido, distinguindo o crescimento da cidade, para a garantia de empregabilidade da população local, a questão da educação profissional precisa ser pensada no viés de contribuição com o desenvolvimento da cidade.

As políticas públicas têm sido um dos meios para esta contribuição. A proposta do PRONATEC de proporcionar entre 2011 e 2014 oito milhões de vagas em cursos técnicos e de qualificação profissional despertou o interesse na região e na unidade pesquisada passaram a vigorar em 2012. Os dados dos cursos deste período de execução (2012 a 2014) foram cedidos pela secretaria da Instituição; que prontamente oportunizou pleno acesso a quaisquer informações necessárias à pesquisa (Tabelas 2 a 4).

Tabela 2 - Oferta de Cursos de Formação Inicial e Continuada do PRONATEC - 2012.

Eixo	Cursos	Carga Horária	Demandante	Vagas	Matrículas	Concluintes
Beleza	Cabeleireiro Assistente	200	*MDS	75	68	66
	Depilador	160	MDS	60	59	48
	Manicure e Pedicure	160	MDS	80	68	58
Hospitalidade	Auxiliar de Cozinha	200	MDS	75	68	53
	Camareira em Meios de Hospedagem	160	MDS	50	32	24
	Copeiro	160	MDS	25	25	16
Informática	Operador de Computador	200	MDS	72	70	46
Moda	Costureiro	160	MDS	20	20	17
Beleza	Cabeleireiro Assistente	20	**SEDUC	25	25	18
Comércio	Operador de Caixa	160	SEDUC	75	73	63
	Operador de Supermercado	160	SEDUC	100	87	75
	Operador de Telemarketing	160	SEDUC	100	96	90
	Representante Comercial	180	SEDUC	50	48	45
	Vendedor	160	SEDUC	100	94	67
Gestão	Almoxarife	160	SEDUC	100	92	63
	Auxiliar Administrativo	160	SEDUC	200	199	178
	Auxiliar de Pessoal	160	SEDUC	50	49	44
	Recepcionista	160	SEDUC	100	94	85
Hospitalidade	Recepcionista em Meios de Hospedagem	160	SEDUC	100	97	81
Informática	Operador de Computador	200	SEDUC	198	194	165
Turismo	Organizador de Evento	160	SEDUC	50	48	44
Total				**1705**	**1606**	**1346**

Fonte: Dados coletados na pesquisa de campo, elaborado pela autora (2015).
***** MDS – Ministério de Desenvolvimento Social.
****** SEDUC – Secretaria de Estado de Educação do Maranhão.

Tabela 3 - Oferta de Cursos de Formação Inicial e Continuada do PRONATEC - 2013.

Eixo	Cursos	Carga Horária	Demandante	Vagas	Matrículas	Concluintes
Artes	Artesão em Pintura em Tecido	200	MSD	25	16	15
	Serígrafo	200	MDS	25	15	14
Beleza	Depilador	200	MDS	60	50	42
	Manicure e Pedicure	200	MDS	20	15	15
Conservação e Zeladoria	Frentista	220	MDS	25	19	17
	Porteiro e vigia	220	MDS	25	15	14
Hospitalidade	Auxiliar de Cozinha	240	MDS	75	74	56
	Camareira em Meios de Hospedagem	200	MDS	75	56	51
	Copeiro	200	MDS	25	15	14
Informática	Operador de Computador	240	MDS	90	76	70
Moda	Costureiro	240	MDS	20	14	12
Saúde	Cuidador de Idoso	200	MDS	20	20	20
Total MDS				**580**	**385**	**340**
Comércio	Operador de Caixa	200	SEDUC	50	50	48
	Operador de Supermercado	200	SEDUC	50	44	42
	Operador de Teleatendimento	200	SEDUC	50	48	42
	Representante Comercial	200	SEDUC	50	44	42
	Vendedor	200	SEDUC	100	92	79
Gestão	Almoxarife	200	SEDUC	50	42	34
	Auxiliar Administrativo	200	SEDUC	175	173	171
	Auxiliar de Pessoal	200	SEDUC	25	25	21
	Recepcionista	200	SEDUC	50	42	39
Informática	Operador de Computador	200	SEDUC	108	108	97
Turismo	Organizador de Eventos	200	SEDUC	50	44	42
	Recepcionista em Meios de Hospedagem	200	SEDUC	25	20	20
Total SEDUC				**783**	**732**	**677**

Fonte: Dados coletados na pesquisa de campo, elaborado pela autora (2015).
***** MDS – Ministério de Desenvolvimento Social.
****** SEDUC – Secretaria de Estado de Educação do Maranhão.

Tabela 4 - Oferta de Cursos de Formação Inicial e Continuada do PRONATEC - 2014.

Eixo	Cursos	Carga Horária	Demandante	Vagas	Matrículas	Concluintes
Beleza	Cabeleireiro	400	MDS	40	40	36
	Depilador	200	MDS	84	84	70
Comércio	Operador de Caixa	200	MDS	150	147	100
	Operador de Supermercado	200	MDS	125	125	101
	Representante Comercial	220	MDS	175	174	143
	Vendedor	200	MDS	100	100	78
Conservação e Zeladoria	Frentista	220	MDS	20	20	14
	Porteiro e Vigia	220	MDS	59	58	39
Gestão	Almoxarife	200	MDS	100	100	83
	Auxiliar Administrativo	200	MDS	424	421	357
	Auxiliar de Pessoal	200	MDS	99	96	85
	Recepcionista	200	MDS	40	40	37
Hospitalidade	Auxiliar de Cozinha	200	MDS	73	73	51
	Camareira em Meios de Hospedagem	200	MDS	74	74	49
	Copeiro	200	MDS	125	117	72
	Recepcionista em Meios de Hospedagem	200	MDS	25	25	17
Informática	Operador de Computador	240	MDS	20	20	19
Moda	Costureiro	240	MDS	41	41	32
Saúde	Cuidador de Idoso	200	MDS	49	49	38
Turismo	Organizador de Eventos	200	MDS	50	50	45
Total				**1993**	**1909**	**1529**

Fonte: Dados coletados na pesquisa de campo, elaborado pela autora (2015).
***** MDS – Ministério de Desenvolvimento Social.

As turmas destes cursos foram formadas em média com 20 a 30 alunos. Pode-se perceber que o total de alunos que conclui os cursos é expressivo; entretanto, em relação às vagas disponíveis e o número de matrículas efetivas verificou-se que em alguns cursos há um decréscimo do número de concludentes razoável, que pode se dar pela soma de reprovação e/ou desistência.

Os cursos com maior número de vagas por ano foram: Auxiliar Administrativo (200 vagas) e Operador de Computador (198 vagas) em 2012; Auxiliar Administrativo (175 vagas), Vendedor (100 vagas) e Operador de Computador (90 vagas) no ano de 2013 e em 2014 Auxiliar Administrativo (421 vagas), Representante Comercial (175 vagas) e Operador de Caixa (150 vagas). Sobre os cursos mais oferecidos, vale ressaltar que na cidade de Imperatriz-Ma há um crescente investimento no campo empresarial, de indústrias e comércio que impelem esta demanda ocupacional no mercado de trabalho.

Sobre o perfil dos alunos, os dados gerados pelo sistema não oportunizou um relatório dos matriculados pela instituição ofertante, uma vez que no sistema as informações restringem-se aos formulários *on-line,* disponibilizados no *site,* que direcionam ao sítio do PRONATEC nacional (Portal do MEC). Dessa forma, o perfil mais detalhado dos participantes pode ser consultado por meio de fichas manuais, organizadas por turma em forma de dossiês; também contendo notas, atividades e até a avaliação que os alunos realizaram para ajuizarem as práticas dos professores, do curso e da própria instituição. Para esta pesquisa ficou inviável verificar e tabular o volume de dados que perfazem estes dossiês.

Quanto ao contato com os entrevistados e pesquisados, foi possível após um número mínimo de sujeitos elencar aleatoriamente via telefone e *e-mail*. A pesquisa revelou que destes egressos, o número é majoritariamente de jovens com Ensino Médio não concluído. Desse modo, foram marcadas as entrevistas no próprio local de trabalho das gestoras, e em locais de maior comodidade para os alunos e professores. Em sua maioria os encontros para as entrevistas foram na própria instituição. As entrevistas duraram entre 10 e 15 minutos com os alunos, e de 40 a 45 minutos com as gestoras. O número de vagas ofertadas pelos cursos, por ano, é possível se perceber a partir da Tabela 5.

Tabela 5 - Número de vagas ofertadas pelo PRONATEC na instituição – 2012 a 2014.

Demandantes	2012	2013	2014
MDS	457	485	1993
SEDUC	1248	783	-
Total	**1705**	**1268**	**1993**

Fonte: Dados da pesquisa do cedidos pela instituição do Sistema “S” (2015), elaborado pela pesquisadora.
***** MDS – Ministério de Desenvolvimento Social.
****** SEDUC – Secretaria de Estado de Educação do Maranhão.

A partir da Tabela 5 observa-se um decréscimo de 25,6% no total de vagas ofertadas pelo PRONATEC, na instituição avaliada, entre os anos de 2012 e 2013 e aumento de 36,37% entre os anos de 2013 e 2014. Outro dado importante, é que não houve a participação da SEDUC na oferta de cursos no ano de 2014, ficando o MSD com toda a demanda.

4.2 Perfil dos participantes

Os sujeitos da pesquisa constituem uma amostra de 13 professores, duas gestoras e 11 alunos egressos, todos envolvidos nos cursos de FIC da instituição de ensino entre os anos de 2012 e 2014 (TABELA 6).

A partir deste perfil traçado na Tabela 6, observou-se que a faixa etária varia entre 16 e 44 anos, em maioria jovem e conjuntura familiar diversa. Quanto ao estado civil, apenas A5 é casada. Quanto aos cursos, dois alunos realizaram mais de um do programa. Do total de alunos, quatro estão com o Ensino Médio Completo, seis incompleto e um com graduação em andamento no curso de Pedagogia.

Tabela 6 - Perfil dos alunos pesquisados.

Identificação do Aluno	Gênero M/F*	Idade em anos	Curso realizado	Ano de realização do curso	Família	Escola-ridade**
A1	M	18	Auxiliar Administrativo	2012	Pai e avô	EMC
A2	M	16	Operador de Computador	2013	Pais e irmã	EMI
A3	M	19	Operador de Supermercado	2013	Pais	EMI
A4	F	18	Almoxarife	2013	Pais e irmã	EMC
A5	F	43	Camareira em Meios de Hospedagem	2013	Duas filhas	EMC
			Cabeleireira	2014		
A6	F	44	Operador de Computador	2012	Esposo, cinco filhos e mãe	EMC
A7	F	20	Auxiliar Administrativo	2012	Pais e irmãs	GA
A8	M	17	Vendedor	2013	Pais e irmã	EMI
A9	M	20	Auxiliar Administrativo	2012	Pais e dois irmãos	EMI
A10	M	17	Operador de Supermercado	2012	Mãe, padrasto e irmã	EMI
A11	F	18	Auxiliar Administrativo	2012	Avós	EMI
			Almoxarife	2013		

Fonte: Da autora, dados da Pesquisa de Campo (2015).
*M= masculino, F= feminino; **Ensino Médio Completo (EMC); Ensino Médio Incompleto (EMI); Graduação em andamento (GA).

A tabela 7 revela o perfil dos professores avaliados na pesquisa. Constatou-se que todos os professores, pós-graduados em especializações nas áreas de graduação, estiveram envolvidos desde 2012 e também atuaram em outros cursos no período de 2012 a 2014, período em que o PRONATEC foi oportunizado na unidade do Sistema “S” em Imperatriz-MA. Sem exceção, as atividades com o programa para os professores se deram por comodidade. Estes realizavam atividades junto a outros programas da unidade, assim eram integrantes do quadro efetivo quando a instituição se tornou ofertante dos cursos; a maioria deles tem formação na área de gestão.

Tabela 7 - Perfil dos professores pesquisados.

Identificação do Professor	Gênero M/F*	Idade (anos)	Área de atuação (formação)	Curso(s) ministrado(s)
P1	F	44	Administração	Representante Comercial; Vendedor; Operador de Caixa.
P2	F	27	Administração	Operador de Computador; Vendedor; Organizador de eventos
P3	F	45	Administração	Organizador de Eventos.
P4	M	26	Administração	Auxiliar Administrativo
P5	F	32	Administração	Copeiro
P6	M	29	Administração	Representante Comercial
P7	F	40	Informática	Operador de Computador
P8	F	38	Letras	Auxiliar Administrativo
P9	M	28	Sistemas de Informação	Operador de Computador
P10	F	27	Administração	Camareira em Meios de Hospedagem
P11	M	25	Administração	Representante Comercial; Almoxarife
P12	M	40	Matemática	Operador de Caixa
P13	F	33	Administração	Operador de Supermercado; Auxiliar Administrativo; Representante Comercial

Fonte: Da autora, dados da Pesquisa de Campo (2015).
*M= masculino, F= feminino.

As informações pertinentes sobre o olhar da gestão para o programa partiram de duas gestoras, Gestão Geral e Gestão do programa são profissionais que agregaram, assim como os professores, suas atividades do PRONATEC às de Supervisão Pedagógica e Direção Geral, respectivamente na instituição pesquisada, e apresentam os seguintes perfis (Tabela 8).

Tabela 8 - Perfil profissional das Gestoras pesquisadas.

Identificação da Gestora	Formação	Pós-graduação	Anos de Trabalho na instituição
G1	Pedagogia	Docência para a Educação Profissional (Especialização); Docência do Ensino Superior (Especialização).	12
G2	Artes e Letras	Gestão Educacional (Especialização); Metodologia do Ensino Superior (Especialização)	34

Fonte: Da autora, dados da Pesquisa de Campo (2015).

4.3 A pesquisa

Para cumprir os objetivos da pesquisa de: identificar a política de educação profissional do PRONATEC; investigar se os alunos egressos dos cursos FIC da unidade do Sistema “S” estão sendo reinseridos no mercado de trabalho na cidade de Imperatriz-MA e ainda investigar como o PRONATEC está contribuindo para o desenvolvimento da cidade de Imperatriz-MA, foram organizadas as categorias de análise.

Ao degravar as falas preferiu-se utilizar a supressão […], para resumir sem prejuízos de compreensão; as aspas “…” para denotar as pausas; e ainda se utilizou siglas para substituir os nomes de alguns lugares, uma vez que não há necessidade ou pretensão de divulgar estes locais na pesquisa citados pelos participantes, ainda mais sem a autorização formal de seus representantes. Para preservar o anonimato os alunos serão apresentados sucessivamente como (A de Aluno) A1, A2,… A11, as Gestoras como (G de Gestora) G1 e G2 e os professores como (P de Professor) P1, P2, P3…P12. Com os dados do questionário aplicado com os professores houve a transcrição das respostas tais quais escreveram.

4.4 Categorias emergentes do estudo

Na exposição dos resultados as categorias de análise de conteúdos que surgiram pelos dados coletados da pesquisa (alunos, professores e gestoras), foram operacionalmente organizadas após levantamento sobre o tema (QUADRO 5).

Quadro 5 - Categorias de Análise da pesquisa

QUESTÕES	CATEGORIAS
• Qual sua condição atual frente ao mercado de trabalho? • Você já havia trabalhado antes? • Como ficou sua remuneração antes e depois do curso?	1.Egresso e o Mercado de trabalho
•O que mais lhe chamou a atenção neste curso? •Qual o diferencial/contribuição do Pronatec para sua carreira profissional? •O que te incentivou a escolher este curso do PRONATEC? •Como você percebe a unidade antes e depois do PRONATEC?	2.Avaliação dos cursos e do PRONATEC
• Como você avalia seu desempenho no curso? • Como você avalia o preparo proporcionado pelo curso para sua inclusão no mercado de trabalho? • Como você avalia o preparo do aluno PRONATEC para inserção no mercado de trabalho?	3.Preparo e qualificação profissional
• Como você avalia o mercado de trabalho nesta área que você escolheu? • Buscou informações sobre oportunidades de emprego na sua profissão? • Houve oportunidade durante o curso de contato com empresas, lojas, comércios ou parceiros do S para trabalho futuro? • Tem ou teve contato com pessoas (extra S) da área do curso que possam/puderam te ajudar na inserção no mercado de trabalho após a conclusão do curso? (Saber quem de fato está ajudando na inserção) • Algum fator específico dificultou sua entrada no mercado de trabalho? Se sim, qual? • A unidade do Sistema “S” possui pesquisa de emprego? Há uma mediação da unidade do Sistema “S” entre o egresso e o mercado de trabalho? • Algum fator específico dificultou sua entrada no mercado de trabalho? Se sim, qual? • Comente sua experiência antes e depois do Curso do PRONATEC.	4. Oferta e procura dos recursos humanos

Fonte: Elaborado pela autora (2015).

4.4.1 Egresso e o Mercado de Trabalho

Sabe-se que o mercado de trabalho tem se tornado cada vez mais exigente e ele se reafirma como possibilidade de emprego e renda para a satisfação das necessidades e para manter a sobrevivência das pessoas. Essas necessidades atendidas, também são de interesse do Estado, uma vez que a redução do número de desempregados impacta, pela geração de renda, diretamente na pobreza e ainda em fatores que influenciam a economia nacional pela circulação de produtos e serviços.

Nessa perspectiva, para entender a condição dos egressos dos cursos frente a este desafio, a investigação foi realizada explorando o assunto em que se abordou o tema com as seguintes questões: **Qual sua condição atual frente ao**

mercado de trabalho? Você já havia trabalhado antes? Como ficou sua remuneração antes e depois do curso do PRONATEC?

As desigualdades de oportunidades frente ao mercado de trabalho têm suas variáveis, que basicamente estão fundamentadas na idade e na experiência profissional. O objetivo último do egresso seria estar qualificado e com possibilidade de geração de renda, entretanto, os dados apontam a condição atual (QUADRO 6).

Quadro 6 - Condição atual frente ao mercado de trabalho.

Condição atual frente ao mercado de trabalho
"Não trabalho"(A1)
"Não trabalho, busco aperfeiçoamento em relação ao mercado de trabalho" (A2)
"Não trabalho, desejo ser um excelente profissional, o curso realizado foi para crescer no mercado de trabalho e ter um grau de aprendizado maior, para estar inserido no mercado de trabalho e obter mais conhecimento". (A3)
"Desempregado, não trabalho" (A4)
"Desempregada" (A5)
"Trabalho como Autônoma" (A6)
"Estou trabalhando num outro programa, que é o programa de aprendizagem. Estou sendo aprendiz na empresa, que é por outro curso que estou fazendo agora" (A7)
"Fazendo curso aprendizagem, empregado com carteira assinada com contrato de um ano. No *'SPM* como repositor. Esse curso que estou fazendo agora de aprendizagem é assim, no caso tu faz o curso e tá matriculado no S, e trabalha na empresa que é na área de supermercado, aí no caso você tem que passar por todas as áreas da empresa, passa por hortifrúti, pela padaria, todas as áreas"(A8)
"Por enquanto estou fazendo mesmo só o curso de aprendizagem de supermercado, com contrato de um ano como aprendiz"(A9)
"Fazendo aprendizagem no *'SPM', estou empregado como aprendiz" (A10)
"Estou trabalhando, no *'SPM'. Por causa de outro programa o aprendiz. Eu estou no setor de frios, eu ajudo na produção de queijo, presunto, embalar no caso" (A11)

Fonte: Dados coletados na pesquisa (2015).
*'SPM' nome de rede de Supermercados do Estado do Maranhão.

Estes questionamentos trouxeram o retrato da situação dos alunos pesquisados. Percebeu-se que, assim como se propõe o público alvo do programa, este grupo compõe-se de jovens, em sua maioria com idade entre 16 e 20 anos, sem experiência prévia, com trabalho formal, apenas A9 como menor aprendiz, e adultos de 43 (A5) e 45 (A6) anos que, na ocasião, pontuaram intenção à reinserção no mercado de trabalho por meio da qualificação profissional.

Observa-se a desigualdade de oportunidades ocupacionais. Contudo é interessante pontuar que os adultos pesquisados de alguma maneira têm maior

possibilidade de renda, por poder gerá-la na informalidade; a mesma proposta não seria viável à maioria dos jovens, visto que dependem de suas famílias para a sobrevivência. A maioria apenas estuda e possui o Ensino Médio incompleto.

Embora se perceba a oportunidade de trabalho por meio dos cursos, verifica-se que há um equilíbrio entre a formação escolar e a formação profissional.

Enquanto muitos jovens visam a qualificação para o trabalho, há de se pensar no contexto da educação profissional no Brasil, que desde os primórdios, refletiu maneiras de ocupar principalmente o jovem, retirando-o da ociosidade a fim de atender os “desvalidos da sorte”, como aponta Kuenzer (1989). É nesta forma, de não empregar, mas ocupar, que remete a trajetória da educação para o trabalho.

Vale ressaltar os apontamentos de Santos (2010) no sentido de tratar a globalização como influenciadora de todos os aspectos da existência humana e, por meio dela as disparidades, as desigualdades sociais se fazem notórias, reafirmando a “fábrica de perversidades” colocada pelo autor, percebida na carência de ajuste econômico gerado pelo desemprego apontado pelos pesquisados.

Entra-se, na questão de contraponto debatida sobre a progressão nos estudos e o subemprego proporcionado aos jovens; entende-se que há certo impedimento na qualificação real por meio de cursos aligeirados e que este tipo de qualificação é paliativo à profissão, e dessa realidade, o mercado de trabalho remunera segundo as diferentes escolhas educacionais, os que realizaram os cursos livres (cursos FIC) e os graduados.

Nesse sentido, considera-se que uma das maiores dificuldades enfrentadas atualmente, é a inserção no mercado de trabalho, ainda mais quando se trata de adolescentes e jovens pela pouca idade, muita idade e ainda a lacuna na experiência profissional.

Sobre a experiência e remuneração desses egressos foi relevante compreender a vivência em trabalho anterior e o que mudou após a realização do curso PRONATEC, ressaltando que alguns egressos concluíram mais de um curso, denotando assim maiores oportunidades.

Foi importante considerar na pesquisa o quanto a qualificação profissional pode influenciar no progresso salarial ou de renda. Questionou-se:

Como ficou sua remuneração antes e depois do curso?

Assim, destacaram-se algumas respostas dos participantes que evidenciam sua condição financeira. Pouco mais de seis egressos confirmam que não houve alteração de remuneração, enquanto que os demais justificaram:

“Agora estou fazendo ‘bico’ em outras áreas sem ser menor aprendiz” (A2).

“Não mudou muito, por conta de problemas de saúde não foi possível um cargo na área” (A5).

“Não alterou muita coisa, porque o programa não exige muita coisa, exige que eu esteja estudando, não interferiu não” (A7).

“Ficou boa, eu gostei, valeu a pena ter feito cada curso” (A11).

> Assim, de carteira assinada não, mais só em comércio. É um curso muito bom, eu aprendi muita coisa no curso, porque as pessoas aqui do S não fazem essa distinção, tem essa questão de ah! é o Pronatec tá sendo pago pelo governo! Não tem, é o mesmo ensino, então a gente aprende muito. Só que eu num procurei ”…” não tinha procurado ainda, porque eu era menor de idade ainda tava estudando, ai eu não tinha procurado emprego (A7).

As respostas revelam que os alunos possuem pouca experiência profissional para estarem inseridos no mercado de trabalho e ainda, pela pouca idade. Há um discurso atual que expressa algumas implicações que alteram as relações entre educação, economia, desenvolvimento e mercado de trabalho. Algumas questões pontuais relacionadas à globalização têm influenciado várias formas de comportamentos, uma delas é adequar-se ao atendimento do discurso meritocrático de sucesso profissional por sucessivas etapas de qualificação. Este discurso se comprova na fala do entrevistado: “Ainda não me empreguei, eu busquei fazer muitos outros cursos agora para depois eu me empregar” (A10).

Esta forma de pensamento remonta a ideia da dialética revelada na necessidade de inserção de jovens e adultos no mercado de trabalho, de qualificação para inclusão, da não disposição real de vagas e ainda a falta de experiência profissional. G1 (Gestora) deixa clara esta percepção

> Eu me questiono, se os alunos do PRONATEC estão direcionados, se eles são valorizados. Quem não tem e quem já tem o ensino médio, quem de fato vai ser contratado para o trabalho? Porque o aluno de 16 anos por mais que ele fosse ele não poderia ser contratado, não poderia ser contratado no mercado. Então qualificamos pessoas que ainda não podem estar no mercado de trabalho! (G1).

Essa realidade remonta a ideia de Giddens (1999), que relata a "destradicionalização" das sociedades que mais criticamente tem o poder de influenciar seu entorno por meio de suas práticas; nesse ponto, uma questão importante a considerar é: se não há ingresso no mercado de trabalho, como ficam os conhecimentos adquiridos nos cursos? Ao mesmo tempo em que os alunos se preparam, ou realizam vários cursos buscando maiores possibilidades pela variedade apresentada, também podem incorrer no prejuízo da falta de aplicabilidade das técnicas de trabalho apreendidas.

Na visão de Libâneo, Oliveira e Toschi (2011), a incessante busca por qualificação está ligada a um dos elementos do desenvolvimento humano que é a capacidade de aprender permanentemente e modificar a organização do trabalho e das relações contratuais que chamam capital-trabalho. Dessa premissa, é interessante pensar quais impactos os cursos devem ou podem causar na vida destes egressos, a fim de modificar suas condições e, a partir dessas mudanças, como estes alteram o seu entorno.

4.4.2 Avaliação dos Cursos e do PRONATEC

Na segunda categoria de análise, ao se estudar a eficácia dos cursos oferecidos pelo programa, optou-se por avaliar sob a perspectiva dos egressos, professores e gestores. As expectativas geradas partiram do pressuposto de que realizando os cursos, estes deveriam propiciar acesso ao ensino técnico e também acesso ao emprego, e assim, o PRONATEC responde à necessidade da população mais pobre, como alternativa de formação profissional de qualidade, visto que um de seus objetivos constitui em "estimular a articulação entre a política de educação

profissional e tecnológica e as políticas de geração de trabalho, emprego e renda" (BRASIL, 2011a).

Desse modo, investigar entendendo a contribuição do programa para a formação do egresso, o que motivou a escolha do curso e ainda as mudanças ocorridas após a adesão da unidade do Sistema "S", se tornou importante pelas implicações na questão da inserção em cursos que, ofertando qualidade, precisam também atrair o interesse por áreas de profissões. Assim, vale ressaltar que os egressos precisam aliar a qualidade da oferta, área de interesse e oportunidade de qualificação.

Referente à contribuição do PRONATEC desvela-se a opinião dos pesquisados norteadas pelas seguintes perguntas:

O que mais lhe chamou a atenção neste curso?

Qual contribuição o curso do PRONATEC proporcionou para a sua carreira profissional?

As opiniões dos alunos são diversas: "A parte prática, muita aula prática" (A1); "A entidade, estrutura com equipamentos e aulas" (A2); "O conhecimento ministrado pelos professores, o acolhimento por parte de todos os envolvidos na entidade, de profissionais a alunos e a metodologia de ensino também contribuiu bastante no crescimento adquirido ao longo do curso" (A3); e "A qualificação dos profissionais" (A6).

> Depois que eu fiz o curso não trabalhei em cima daquilo que eu aprendi lá, mas o ensino que eu tive lá eu usei muito, serviu muito mas remuneração não teve depois que eu terminei […] O que mais chamou a atenção foi a oportunidade, o curso é muito bom, para quem sabe aproveitar ele é muito vantajoso porque você tem curso básico de matemática, tem português aí tem ética, cidadania; aí vem a matéria básica: código de defesa do consumidor que tinha muitas coisas que eu não sabia sobre leis trabalhistas, tem muita coisa; é muito bom o curso (A8).

Houve egresso que enalteceu, atribuindo amplitude de informações que puderam contribuir com o progresso: "A importância dele, aprender a fazer várias coisas" (A10).

> Gera perspectiva de crescimento para o mercado, os materiais bem extensos, tudo organizado. Pela própria instituição S, as empresas respeitam o que a gente faz lá. Eu ainda fiz uma entrevista de emprego aí eles dão mais credibilidade pela instituição, só que também eles olham quantos cursos a gente faz, porque é poucas horas o curso aí eles também num gostam muito, porque é coisa muito básica aí acaba que num sendo tão bom, fazendo tanta diferença (A7).

> Vamos focar no de auxiliar de administrativo, por exemplo! O que mais me chamou a atenção foi o professor, como ele explicava o assunto, de maneira bem explicada que dava para entender tudo. O professor, ele trabalha muito bem, os professores do S eu gostei muito do trabalho deles (A11).

A este respeito os professores foram questionados: **Considerando a atual situação do mercado de trabalho e as suas possibilidades pessoais, o aluno PRONATEC tem grande chance de exercer a profissão logo após o curso?**

Diante do questionamento consideram que, mesmo diante da atual situação do mercado de trabalho e as suas possibilidades pessoais, o aluno PRONATEC tem chance de exercer a profissão logo após o término do curso. Apenas P12 justifica que o aluno não sai preparado para enfrentar o mercado, pois os cursos aligeirados não conseguem sanar as dificuldades oriundas da Educação Básica, principalmente em Matemática e Língua Portuguesa; e sem esta profundidade, sem os fundamentos necessários o egresso, que não concluiu o Ensino Médio ou que não teve o ensino Fundamental completo, dificilmente se insere ou progride no trabalho, pois vai lhe faltar qualidade.

Considerando o público de maior idade, é necessário repensar na questão de oferta de suporte de defasagens da educação básica; este fator pode também estar impactando a evasão ou reprovação dos egressos quando realizam os cursos.

Os demais professores atribuem qualidade aos cursos e ainda que os alunos estão aptos nas áreas para ingressar no mercado de trabalho.

Quanto às contribuições dos cursos os alunos têm a ideia de que o respeito e o renome da instituição do Sistema “S” geram expectativas de crescimento para o mercado, pelos materiais bem preparados e pela organização: “Foi um curso bem ministrado e gratuito, pois a condição na época não estava favorável a financiar este

investimento na carreira profissional e sem contar o peso da entidade na grade curricular em busca de emprego" (A2); "O conteúdo aprendido, pois foi vivenciado a experiência e houve um fortalecimento em várias áreas do curso" (A3);

A4 não reconhece a contribuição do curso: "Nenhuma, mais um nome no currículo, pois não acrescentou nada".

Os demais alunos consensualmente entendem: "Além da ajuda de custo, houve um bom aprendizado" (A5).

> Como ele é um programa governamental, ele teve uma boa "..." como é que fala? Assim, ele me ajudou muito, porque é um curso que se eu fosse pagar, eu poderia pagar uns quatrocentos reais pra mim poder fazer esse curso; então o programa do governo ajudou, no caso eu fui pago pra estudar, eu não paguei, quer dizer foi do retorno que a gente já pagou nos impostos, uma oportunidade (A8).

"Até agora nada! Entendeu? Eu estou só estudando, mas mais na frente vai com certeza contribuir com o currículo pra gente arrumar um emprego melhor" (A10). Nesta fala o aluno transparece a compreensão de que a contribuição do curso se dá mediante a efetividade do emprego. Houve ainda egresso que entende ter se qualificado por ter ingressado em outro curso, que não é do PRONATEC, "Mesmo estando trabalhando não me utilizei de nenhum dos três ainda" (A11).

A percepção que se tem nestes relatos é que há contribuição dos cursos para a qualificação dos alunos. Com base no relatório do CDES (2011), de que o acesso à educação profissional é limitado pelo alto custo dos cursos ofertados pelas instituições privadas, o fato do aluno reconhecer a oportunidade de estudar e seus benefícios, pode facilitar a aprendizagem e aproveitamento e ainda atender a o que preconiza a Lei do programa no tocante ao "pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho" (BRASIL, 2011c).

Embora um dos professores aponte a falta de base nos estudos, Cassiolato e Garcia (2014), deixam clara a visão de que o programa prevê estas lacunas, e que estas devem ser enfrentadas, visto que há características específicas dos diversos segmentos da população trabalhadora. Em contrapartida, pode-se depreender que a qualificação em áreas ainda não exploradas pelos alunos, pode se tornar

potencialmente uma oportunidade; vários destes cursos permitem ingresso no mercado por outras vias, uma delas como autônomo (empreendedor individual). G2 confirma que consegue detectar um número insignificante de pessoas que realizam os cursos e buscam outros caminhos para gerar renda, e atribui a este fato, a vários motivos, dentre eles de não haver recursos para investir em negócio próprio, parcerias ou realizar sociedade.

Avaliar o curso e o PRONATEC, nesta categoria, intencionou também investigar o que impulsionou a procura dos cursos FIC, os egressos foram questionados da seguinte forma: **O que te incentivou a escolher este curso do PRONATEC?** O posicionamento revela:

> Principalmente pelo auxílio de bolsa, no caso o dinheiro, e também a instituição porque tem outros lugares que também tem o PRONATEC, só que eu optei pelo S, e tem outras também que eu não conheço, mas o pessoal diz que tem, e também porque é uma oportunidade de fazer um curso bom e de graça (A1).

"Seria uma experiência nova, e quem sabe, abriria portas para cursos futuro, que é o desejado na outra instituição S que é robótica, mecatrônica – eletromecânica, automação industrial" (A2).

> Porque é um excelente programa do governo e as divulgações na mídia me chamou atenção. Conheci pessoas que indicaram de forma satisfatória e que seria bom para o currículo. O objetivo era o fortalecimento no mercado de trabalho e este veio a atender minhas expectativas. A metodologia didática também foi algo que marcou, pois houve mais dinâmica e saiu das aulas "normais" (A3).

"Houve um equívoco no momento da escolha. Mais houve um incentivo por conta da bolsa" (A4).

> Na época essa área de auxiliar administrativo era boa eu sempre gostei disso, aí surgiu a oportunidade e eu fiz, era de graça. "…" Aí muitas pessoas fazem o curso só pela bolsa mas no meu caso particular eu gostava do curso mesmo, não era tanto interessado pela bolsa, claro que é um incentivo mas... (A7).

> É uma oportunidade que pouca gente num tem porque na época era difícil pra achar uma vaga, e pelo fato de ser um curso no S, oferecido através do S, empresa terceirizada e também pela oportunidade de qualificação, que na época estava exigindo muito, como eu tinha 16 anos, já estou

> caminhando para os 18, quero um emprego melhor, eu tinha que ter uma qualificação (A8).

“Na verdade, só tinham me falado que tinha vaga pro curso aqui, só que eu ainda não sabia que era do PRONATEC, aí depois que eu fiquei sabendo, aí eu gostei” (A9).

“Porque é um curso interessante, meu tio também é vendedor e ele ganha muito bem, então meu incentivo é a remuneração, ganhar dinheiro, meu tio ganha e ele não fez curso porque no tempo dele eu acho que não existia” (A10).

“O povo comentava muito, falava que o curso era bom aí eu tive interesse de saber como era, depois fiz mais um, porque é sempre bom você obter mais conhecimento” (A11).

Ainda outros egressos colocaram como incentivo para escolha, acompanhar os filhos no mesmo curso, A5 e A6 e assim aproveitar a oportunidade para estudar, “não perder tempo só esperando ele sair após a aula” (A6).

As escolhas dos egressos se classificam entre: gratuidade do programa, ao acaso, reconhecimento da instituição, remuneração, interesse no curso específico, comodidade, auxílio da bolsa-formação e oportunidade de qualificação. As diferentes opções apontadas demonstram que traçando um caminho profissional, pode-se investir em aprimoramento, não havendo impedimentos para prosseguir em outras áreas.

Ainda que não direcionado o questionamento sobre a escolha dos cursos, na visão da gestora sobre a escolha de oferta, G1 declara que há várias implicações, uma vez que não parte da instituição escolher, primeiramente a escolha se deu, em sua percepção, pelo aproveitamento dos cursos que fazem parte do portfólio que o próprio S já realizava. Entretanto, a prática de escolha de oferta tem mudado assim a diferença, e em outra etapa do PRONATEC se dará por critérios diferenciados, os demandantes escolhem os cursos, apresentam às instituições ofertantes, e estas sinalizam quais estão aptas a oferecer.

> Esse ano eles estão bem criteriosos, aumentando um critério mais de cursos técnicos com a liberação do PRONATEC cursos técnicos, então pela diminuição das vagas eles vão ter um controle maior, um retorno maior. E existe curso livre na educação profissional e existe o curso técnico, o curso

> técnico ele tem uma carga horária maior, precisa do ensino médio você tá cursando ou terminando o ensino médio, então ele tem uma durabilidade maior. E o PRONATEC então usou os cursos livres que já tinham aqui no S. Usou, todos os cursos livres nossos. Os cursos técnicos, em outras unidades a nível Maranhão teve, mas aqui só foi curso livre. Essa foi uma das principais diferenças também agora pra outra etapa né? Pra outra etapa a gente vê que eles priorizaram os cursos técnicos (G1).

A escolha de um curso pode ser um fator determinante para inserir o egresso no mercado de trabalho. A pactuação que se destina a negociar os cursos por meio dos interlocutores MDS e SEDUC e posteriormente com os ofertantes na primeira etapa se mostrou como articulação engessada, em que a unidade do Sistema "S" apresentou seu conjunto de cursos com uma leitura própria do mercado de trabalho. Para a segunda etapa houve uma reformulação, em que os municípios foram convocados a articular as vocações econômicas da cidade, considerando seus projetos de investimento a fim de que se volte mais tanto ao interesse da cidade quanto do público beneficiário. Esta ação articulada entre os demandantes e ofertantes, deve assegurar que os cursos ofertados atendam as necessidades de profissionais na cidade. Ainda outra alteração foi apontada pela G1, que começou a participar da pactuação da segunda etapa no início de 2015:

> Agora não, eles pedem direto no site, dão uma justificativa por causa daquele curso, praquela região, né? Tem toda uma justificativa de população, da região, alguns dados da região né? E eles já mandam pra gente, o próprio governo federal já manda pra gente, "olha, tem essa demanda pra tal município, atendem?" Aí a gente diz se sim ou não a gente atende dependendo da estrutura, né? física, dependendo, de alguns fatores, né? Que o S pode dizer sim ou não! Aí se o S não aceita eles botam pra outras instituições daquele município. Então há essas diferenças, nessa segunda etapa. Porque eles entregam uma relação de cursos, né? pra gente dizer se sim ou não, mais se vai realmente ter, né? Só um documento do nosso diretor regional recebeu, né? em São Luis, que fica nessa direção regional, dizendo que vão ter algumas vagas pro Maranhão e é geral, e a gente tá aguardando […] E que vão seguir alguns critérios, que foram esses que eu listei; não se sabe, é uma incógnita ainda é uma expectativa! (G1).

Com a finalidade de desenvolvimento humano, aquele que pode influir sobre as habilidades produtivas como aponta Sen (2000), a de se criar oportunidades sociais; é nessa perspectiva que a escolha se trata da liberdade de desenvolvimento do próprio sujeito. Dessa teoria, é interessante destacar que nem sempre várias qualificações acarretarão em maiores oportunidades. Em muitos casos, analisa-se

uma linha profissional que acompanhe as exigências do mercado de trabalho e demonstre o domínio das competências necessárias.

Dessa realidade Libâneo, Oliveira e Toshci (2011) trazem a perspectiva do tipo de trabalhador que as escolas precisam formar para se este se torne compatível com o mercado de trabalho. No âmbito do PRONATEC, o egresso tem a possibilidade de realizar mais de um curso, como percebido nos relatos, entretanto, pensando no sentido em que estes cursos coadunam em um segmento de qualificação, é importante que mesmo munidos de conhecimentos em apenas um curso o egresso possa ser incluído no mercado, utilize os conhecimentos agregados e caso não consiga ingressar possa retornar e galgar novas possibilidades. Nessa perspectiva, foca-se na inclusão no mercado com um foco imediato.

A avaliação do programa e da instituição, que originou esta categoria, demonstra que a unidade ofertante praticamente não precisou de ajustes severos para receber o PRONATEC. Buscou-se entender se a qualidade destes dois interlocutores influiu diretamente na potencialidade de seu público alvo.

Desse modo, a teia de relações que se estabelece para o melhor aproveitamento pelo aluno, perfaz: qualidade do curso, da instituição e da própria proposta do programa. Assim, para entender a percepção dos envolvidos proponentes, às gestoras foi perguntado sobre as mudanças na unidade do Sistema "S" antes e depois do PRONATEC e o acompanhamento do governo; e aos professores uma avaliação sobre a unidade. Os alunos deixaram expresso nas falas, quando esclarecem, no trato anterior a respeito da contribuição do programa.

Referente ao primeiro questionamento: **Como você percebe a unidade do Sistema "S" antes e depois do PRONATEC?** As gestoras disseram:

> Ele não mudou muito, no seu pensar para o PRONATEC, o que ele mudou foi na questão organizacional, né? Então por exemplo: alguns documentos que deveriam compor nosso diário, que uns ficavam num outro acervo, houve mudança na expansão […] que foi muito grande a nível Maranhão, a nível Brasil. Mas a nível Maranhão, ou seja, muitos municípios foram atendidos pela uma unidade S de Imperatriz (G1).
>
> Quando o PRONATEC veio foi um programa excelente, que deu uma abertura muito grande para as pessoas de baixa renda ingressar no S, e

> hoje nós diríamos que não é só baixa renda é pessoas que teve pré-requisito e foi exigido pelo curso, as pessoas participaram dos cursos, com muita seriedade, muito respeito e quem está trabalhando está, quem não está é por um motivo qualquer ou vamos dizer, uma falta de sorte; às vezes é por um motivo, mudança de um lugar pra outro, passa em vestibular, estuda outros níveis de escolaridade que vai absorvendo tempo, às vezes a pessoa não se permite ainda trabalhar, mas o PRONATEC foi um programa muito bom e depois que o S encerrou essa primeira etapa, primeira fase, o resultado foi excelente porque deixou conhecimento para os alunos e abriu um leque de oportunidades pra que as pessoas pudessem se inserir no mercado (G2).

Ressalta G1 que para a implementação do programa no Sistema "S", não houve muitas alterações; percebeu-se ainda na fala da gestora, que a princípio o quadro de professores, funcionários e cursos ofertados foram utilizados da própria unidade. Entretanto, ressalta que para atender os cursos em outros locais foi necessário selecionar professores e alugar espaços para atender a demanda de municípios vizinhos na região.

Na questão sobre o acompanhamento do governo na execução do PRONATEC falaram:

> Já tivemos a visita que pegou nossas pastas, conversou com os alunos, igual acontece no ensino superior eles fizeram com o ensino profissional; visita do governo, tá? Foi bem criteriosa, com relatórios bem definidos. Entretanto como o S ele é muito burocrático acaba amarrando muita coisa, então a gente não teve grandes problemas em virtude disso porque era tudo amarrado. Realmente a gente não teve muitos problemas, quanto a isso não, mais o acompanhamento de se ter eu senti muita falha no sistema que dá do suporte no Sistec. Muita falha, muita coisa que a gente tentava fechar uma turma e não fechava, uma data de um período que agente tentava, mudou, o início da turma, então a gente mudou o período mais na hora do encerrar não conseguia encerrar direito, então essa questão assim ficou muito a desejar. Mais hoje, praticamente seis meses sem PRONATEC já tá tudo definido porque já foram sanadas devagar, as pendências foram encerradas […] eu acredito que foi muitas vagas ao mesmo tempo a nível Brasil e pouco pessoal pra trabalha com todos eles pra ter realmente um controle do governo (G1).

> Não, o governo acompanhou bem, o governo, não é a presença que faz dizer que houve acompanhamento; a ausência através do site, através dos e-mails, através dos relatórios, através de questionários de avaliação e até visita do MEC também nós tivemos. Foi muito bom, nós não tivemos problema com a supervisão e o acompanhamento do governo; os benefícios que os alunos receberam também foram muito bem acompanhados, tanto que em Imperatriz não aconteceu nem um problema no S com relação ao

> PRONATEC. […] se aconteceu não foi do nosso conhecimento, mas sendo da casa tudo que acontece de bom ou de ruim, nós tomamos conhecimento, e esse acompanhamento pra nós foi de grande importância (G2).

Quando os professores foram questionados **Como você avalia o PRONATEC na unidade do Sistema "S"?** Responderam deixando claramente expresso na avaliação sobre o PRONATEC que os cursos oferecem condições:

"É uma oportunidade para todos da sociedade, que almejam e precisam de cursos de excelente qualidade para que o mesmo tenha o sucesso profissional" (P1).

> O S é uma instituição excelente reconhecida nacionalmente. O S situado na cidade de Imperatriz segue o mesmo padrão de qualidade dos demais. Possui um espaço físico muito bom, e um quadro de excelentes profissionais. A soma dos elementos acima possibilitou o sucesso do Pronatec na instituição (P2).

"Excelente, pela oportunidade de conhecimento com qualidade para o discente que almeja entrar no mercado de trabalho e se manter empregável, através de uma educação continuada futura" (P3).

"Verifico como uma ferramenta para a facilitação e inclusão no mercado de trabalho que deve ser ainda muito aprimorada, pois na maioria dos casos deixam a desejar didaticamente, de forma a alcançar uma aprendizagem significativa" (P4).

"Na capacitação muito boa, os profissionais são preparados. Mas quanto ao ingresso dos alunos talvez um pouco deficiente porque, muitos estão lá pela bolsa oferecida pelo governo e não para se qualificar e ocupar uma vaga no mercado" (P5).

> O curso tem suas vantagens e desvantagens. Quanto ao aspecto positivo cita-se a qualificação dos professores, ambiente de trabalho, ferramentas pedagógicas, dentre outros. Por outro lado, considera-se negativo, a falta de compromisso dos alunos e a imaturidade para encarar o mercado de trabalho (P6).

"Oportunidade para qualificar pessoas profissionalmente, abrangendo a classe menos favorecida. Excelente" (P7).

"A equipe de coordenação e docência são treinados para trabalhar no programa. Os recursos oferecidos atendem as necessidades demandadas pelos

cursos” (P8).

“Ótimo desenvolvimento, uma vez que o S se preocupa com a educação prestada com seriedade e capacitações, desde aos professores como para os alunos” (P10).

“Iniciativa de grande valor, pois traz cursos de grande relevância no mercado inserida nesta instituição de renome nacional” (P11).

“A meta foi cumprida, porém o mix de alunos compromete a qualidade no Curso. Mix: alunos que não sabem ler, junto com universitários e empresários na mesma turma” (P12).

De acordo com estes fatores, é importante mencionar que os professores revelam que a proposta é para uma classe menos favorecida, muitos participam pela Bolsa que recebem e ainda há imaturidade para encarar o mercado. P12 menciona um desafio para o professor quando relata o desnível observado na sala de aula.

Dessa forma, há preocupação com a qualificação, mas alguns ressaltam o não aproveitamento adequado, que merece uma apropriação melhor por parte do aluno. Isso endossa a carência do atendimento aos sujeitos mais vulneráveis economicamente. Logo, o atingimento do público alvo ao qual se refere a política, tem sido efetivo. Uma ressalva de G2 quanto à qualidade do PRONATEC revela falta de sorte para o ingresso: “quem está trabalhando está, quem não está é por um motivo qualquer ou vamos dizer, uma falta de sorte”. Ainda coloca outros fatos: “às vezes é por um motivo, mudança de um lugar pra outro, passa em vestibular, estuda outros níveis de escolaridade que vai absorvendo tempo, às vezes a pessoa não se permite ainda trabalhar”.

Assim, observam-se pontos em comum; quanto se trata de avaliar a instituição e o programa, professores e gestores atribuem qualidade. Como aconselha o relatório do CDES (2011), é preciso ainda intensificar o acompanhamento dos efeitos na oferta dos cursos. Entretanto, esses efeitos são observáveis na medida em que se propõem condições favoráveis.

4.4.3 Preparo e Qualificação profissional

Considera-se que em meio às exigências oriundas da globalização, os comportamentos indicam o quanto se tem conseguido acompanhar o processo socioeconômico; inicialmente no processo de qualificação e posteriormente no ingresso como consolidação. As subcategorias agruparam o que se pode depreender na pesquisa: o desempenho do aluno no curso e o preparo proporcionado.

Com a análise do desempenho no curso também se pode evidenciar como os egressos se avaliam, com essa intenção perguntou-se: **Como você avalia seu desempenho no curso?** Essa foi uma forma de autoavaliar, que trouxe algumas revelações que demonstraram níveis diferentes de percepções:

“Foi bom, fui um dos melhores alunos, foi bom” (A1).

“Médio, pois as notas iam em torno de 8 a 9” (A2).

“Ótimo, porém em algumas disciplinas como exatas fui regular” (A3).

“Bem” (A4).

“Bom pelo meu esforço, pois procuro observar e dar o melhor, busco extrair ao máximo das aulas” (A5).

“Bom, além do conhecimento, houve um envolvimento com pessoas, o que proporcionou uma melhor satisfação” (A6).

“Foi satisfatório pra mim, eu acredito que aprendi muita coisa” (A7).

“Eu acho que foi ótimo porque todas as matérias que eu tive eu não tive nenhum problema, em todas as notas das matérias que a gente ia sendo avaliado eu tirei nota boa” (A8).

“Creio que eu, médio mais ou menos, e regular” (A9).

“Mais ou menos, porque foi rápido, mas deu para pegar um pouco o básico” (A10).

“Foi bom não tive dificuldades” (A11).

Continuando na reflexão que trata da qualificação, sob a ótica dos pesquisados, remete-se à pedagogia das competências apontadas pela base teórica de Delors (2006) e Paulo Freire (1987); estes firmam que parte do indivíduo a responsabilidade de mudar sua condição social. É oportuno destacar que a dialética do mercado de trabalho se faz com base na aquisição de meios de competir e se manter por meio de potencialidades individuais.

Remonta também o que assinala Ferretti, Silva Júnior e Oliveira (2008) que aos novos modelos produtivos novos requisitos se associam, o sujeito e sua subjetividade. Daí parte as construções da dinâmica da qualificação.

A maturidade quanto à ideia de acesso ao emprego, assim como sugere o programa, parte da premissa de responsabilidade pessoal; mas enquanto proposta de políticas públicas deve ser também dos proponentes o acompanhamento desse ingresso, ou seja, não é interessante investir em estratégias de qualificação se não há possibilidade de (re) inclusão.

Continuando a expor o preparo no sentido de qualificação dos egressos, emergem dos dados coletados alguns elementos sob a seguinte pergunta: **Como você avalia o preparo proporcionado pelo curso para sua inclusão no mercado de trabalho?**

> Acho que o preparo bem interessante porque eles seguem todo um cronograma com pessoas que já tem experiência no mercado de trabalho, acho interessante que todo curso, seja PRONATEC ou fora, começa com uma matéria introdução no trabalho que independente do que você vai fazer depois ela já te introduz muita coisa e que em outras instituições outros programas eles não dão essa matéria. Então acho que foi isso o estudo, as práticas e principalmente essa matéria (A1).

“Excelente, pois a forma que foi ministrada as disciplinas e a parte prática foram bem preparadas” (A2).

“Excelente, pois aprendi bastante sobre o mercado de trabalho” (A3).

“Não houve preparo” (A4).

“Já sai preparada, houve estágio em hotéis” (A5).

“Houve um bom preparo, e existem pessoas no curso que conseguiram se engajar no mercado de trabalho através do mesmo” (A6).

> Não tanto acho que saí preparada para inclusão, por conta de seu uma baixa carga horária, a gente não passa muito tempo, a gente aprende coisas básicas, mas o básico que a gente aprende dá sim pra se a gente mesmo se interessar em buscar dá pra ingressar sim no mercado (A7).
>
> A carga horária eu ainda acho pouca, porque a carga horária é pouca pra cada matéria; mas o foco era justamente pro trabalho, então tudo que foi ensinado lá já é uma base pra o mercado de trabalho, mas ainda não é tudo que a gente precisa; mas é uma base muito boa; pra quem tem oportunidade de fazer pelo menos o curso do PRONATEC ajuda muito (A8).

“Mais ou menos por causa que começo só teoria né, num tem a prática aí dificilmente só teoria às vezes a pessoa sai preparado” (A9).

“Prepara, mas não avaliei o mercado antes de escolher o curso, em qualquer uma dessas áreas. Só entrei no curso, pintou a oportunidade, não sei como tá o mercado nem vaga de emprego” (A10).

A realidade da qualificação dos alunos também foi avaliada pelos professores com a seguinte pergunta norteadora: **Como você avalia o preparo do aluno PRONATEC para inserção no mercado de trabalho?**

“Como uma excelente oportunidade, de conhecimento qualificado” (P1).

“Satisfatório, pois os cursos oferecidos pelo PRONATEC tem como objetivo preparar o aluno integralmente para que o mesmo possa ser inserido no mercado de trabalho”(P2).

“Muito bom em decorrência da preparação dos docentes e estágios supervisionados nas empresas” (P3).

“Avalio como positivo. No entanto, ainda precisamos aperfeiçoar mais nos métodos de ensino” (P4).

“Quanto ao preparo satisfatório” (P5).

“O aluno do Pronatec tem todas as condições possíveis durante a formação, seja em termos de qualidade do curso quanto na estrutura que o S dispõe” (P6).

“Faltou mais interesse no aprendizado; eles valorizavam mais a bolsa; aprendizado restrito e limitado, não generalizando, mais da maioria da turma” (P7).

“Os componentes curriculares trabalhados no Pronatec contemplam a necessidade do mercado, com os objetivos voltados para desenvolver competências importantes as potencialidades da região, que é o setor de serviços” (P8).

“Diferenciado. Esse aluno é capacitado a exercer sua função” (P9).

“Desejável e adequado, pois no decorrer do curso há o contato direto com o mercado, delimitando as melhores maneiras de inserção do aluno” (P10).

“Regular, pois a maioria dos alunos do Pronatec não tem interesse no mercado de trabalho e sim na bolsa” (P11).

Como se observa, alguns professores atribuem excelência no preparo, enquanto outros consideram que houve falta de interesse da maior parte dos alunos P7 e P11. A unidade do Sistema “S” qualifica seus profissionais oferecendo oficinas pedagógicas, dispõe do material didático, e proporciona condições favoráveis de aprendizagem. Neste mesmo sentido, as gestoras pontuaram:

> Nossos cursos não mudaram muito como eu te falei, a mesma filosofia do S foi para o PRONATEC, a diferença é, como tinha o rendimento do governo, tinha o beneficiamento do aluno, mas até a pasta, o mesmo livro, que é da nossa programação paga o nosso aluno do PRONATEC recebeu, então a nossa avaliação, nossa qualidade ela não mudou nesse sentido em nada, os mesmos professores, o mesmo critério de seleção dos professores, nós não tivemos mudança nisso; ah! Vamos fazer curso PRONATEC, vamos fazer curso pago, […] A diferença é que um aluno do PRONATEC recebia rendimento, né? E a camiseta que era a que vinha do governo, a camiseta do PRONATEC, Então! Não alterou muita coisa, o nosso processo interno, a nossa logística de trabalho não mudou para proporcionar o melhor preparo do aluno (G1).
>
> O preparo dos alunos e os programas apresentados, muito bons, mas nem sempre a desenvoltura do aluno é tão boa, porque o aluno traz resquícios de uma escolaridade de base que não lhe permite absorver com certa segurança, com certa desenvoltura; isso atrapalha, atrapalha bastante, mas também não quer dizer com isso que o aluno não tenha tido um bom

> aproveitamento, porque o aluno possui ferramentas e essas ferramentas nós podemos dizer que inteligência é valiosa; e tanto a inteligência como a boa vontade deles de aprender isso ajudou pra que qualquer uma outra falha desses resquícios que mencionei anteriormente, que é a escolaridade básica, deu pra superar; uns melhores outros médio, mais ruim na sua totalidade acho que não deu pra se observar. Usamos nos cursos, muita avaliação na sala de aula, questionários de avaliação feitos pela equipe de supervisão da casa, palestra pela equipe de supervisão; a equipe de supervisão também trazia muito palestrante bom, trouxe muito palestrante bom para os cursos, fitas com assuntos, temas atualizados pra eles participar, fazer avaliação, síntese de assuntos que foi mencionado na sala de aula; então eles tiveram um programa de curso a altura, que permitiu ter essa desenvoltura, principalmente no mercado. Então eles não ficaram assim ao léo, eles tiveram um bom acompanhamento, mesmo porque a nossa equipe de supervisão juntamente com os professores foi incansável pra que todas as normas disciplinares e normas pedagógicas fosse bem aproveitada, bem aplicada e bem feitas em sala de aula (G2).

Nas respostas dos alunos, ao autoanalisarem o desempenho no curso, percebe-se que há reconhecimento de fragilidades apontadas; nem todos acreditam ter tido a desenvoltura que deveriam. Os professores reforçam isto quando colocaram que os alunos participam por causa do benefício financeiro disponibilizado, enquanto as gestoras seguem na linha de que a instituição e o programa têm se comportado com excelência para atingir o objetivo de qualificar.

É importante considerar, a partir desta categoria analisada, sobre o preparo e qualificação profissional, que o desempenho escolar precisa seguir acompanhamento com alguns critérios preestabelecidos. Sobretudo, vale considerar que o egresso denota que o programa contribui com as competências e habilidades que proporcionam. Inclui nos estudos jovens e adultos, os que estão paralelamente desenvolvendo-se profissionalmente e progredindo nos estudos. Minimamente desperta o participante desempregado, excluso, ofertando possibilidades, e porque não dizer, suscitando expectativas.

4.4.4 Oferta e Procura dos Recursos Humanos

No quesito exclusão-inclusão, a pesquisa se propôs a investigar se os alunos egressos dos cursos FIC estão sendo reinseridos no mercado de trabalho, na cidade de Imperatriz-Ma. Assim, para confrontar o objetivo com a realidade dos egressos, buscou-se a relação sobre o mercado de trabalho na área do curso, as

informações sobre vagas e oportunidades de emprego, o contato com potenciais empregadores ou meios que a instituição utiliza para inserção/inclusão. Buscou-se também, compreender que fatores os egressos atribuem pelo não ingresso no mercado de trabalho na área escolhida.

Entendendo anteriormente que a escolha para o curso pode despertar o interesse por uma linha profissional e assim interferir no preparo do egresso, foi conveniente investigar se este esteve desperto para compreender o mercado de trabalho e as vagas em aberto na área de profissionalização.

Ao escolher a profissão alguns egressos percebem as demandas da área de atuação: **Como você avalia o mercado de trabalho nesta área que você escolheu?**

“Nessa área o mercado de trabalho é amplo, lógico que você tem que se destacar. Fiz o curso não pensando em ingressar agora no mercado, mas pensando em agregar um conhecimento agora para ser incluído bem depois” (A1).

> Não liguei para isso. A expectativa é de já ser incluso no mercado quando a gente entre, é muito legal você terminar o curso e sair já com um trabalho, mas nem sempre acontece, mas a ideia, o estudo e a preparação já é para isso, eu vim com a ideia de dar o máximo para poder entrar numa empresa poder colocar aquilo que eu aprendi na sala em prática na empresa; quase sempre não acontece, mas a gente já entra com a ideia, eu pelo menos (A2).

“Está tendo uma grande procura pelo mercado” (A3).

“Existe bastante vaga, apesar de haver um grande número de profissionais, e as vezes a escolha se dá também pela aparência, a qualificação e preparo conta bastante, pois é uma função que requer muito esforço, dedicação e atenção” (A4).

“Escasso” (A5).

“É bem amplo na região” (A6).

“Bom, pois a área da construção civil há uma boa procura. É uma área muito boa, acho que dá pra emprego, toda empresa precisa de um auxiliar administrativo, é uma área muito legal pra gente trabalhar” (A7).

> O mercado está muito exigente, porque hoje em dia a gente acha muito vendedor mas não é um vendedor qualificado para aquela área; por exemplo, no curso a gente aprendia como tratar os clientes, tem muito vendedor que você chega por aí e não sabe tratar bem, te trata de maneira discriminatória, não te atende pelo fato de tu tá vestido numa roupa diferente, uma roupa humilde tal; então o mercado exige um profissional que sabe lidar com o cliente, que sabe ter uma boa comunicação, que realmente é preparado pra trabalhar naquela função [...] é um das profissões mais importantes que a gente tem no mercado de trabalho porque lida diretamente com o cliente (A8).

"Eu acho que tá, questão de emprego pra essa área tá meio baixo" (A9).

"Não pesquisei o mercado, nem vi se tinha vaga nessa área" (A10).

"Tinha algumas vezes que alguns componentes do curso eram enviados pra estagiar numa empresa, aí no caso se passasse no estágio ele já ficava fichado na empresa" (A11).

Ao pontuarem, demonstram que estão atentos à disposição de vagas, ou confundem as áreas de atuação na cidade, como se fossem vagas? Uma vez que o crescimento da cidade, no campo da construção civil, os supermercados, os shoppings, despertam a atenção para as prestações de serviços como crescente. Estes mesmos postos estão exigindo pessoas qualificadas, por vezes trazem seus empregados para implantar o empreendimento e preenchem as vagas com profissionais de outra localidade, assim, deve-se considerar que o crescimento observado na cidade não garante, necessariamente, vagas ociosas.

Segundo apontamentos de Delors (2010) a percepção sobre o local e o global deve vir seguida da contribuição do sujeito com o progresso da sociedade em que vive em que a ciência e a educação movimentam o desenvolvimento. É nesse sentido que observar o mercado de trabalho vincula as liberdades para oportunidades sociais como coloca Sen (2000).

Uma pergunta direcionou ainda mais em relação às vagas no mercado de trabalho: **Você buscou informações sobre oportunidades de emprego na sua profissão?**

“Na verdade, eu primeiro entrei no curso e depois com as aulas que eu fui dar uma pesquisada sobre empresas que contratam, sobre como está o mercado, questão de salário e tudo” (A1).

“Sim” (A2).

“Com o tempo passei a me interessar em conhecer o mercado passei a ter outro olhar e interesse sobre a área” (A3).

“Houve um direcionamento durante o curso” (A5).

> Busquei, na época que eu estava fazendo busquei; na época era uma exigência muito grande como eu falei, no caso na época aqui no centro por exemplo nessas lojas precisava de muito vendedor, tinha muita vaga pra vendedor principalmente em final de ano, e as empresas buscavam diretamente alunos que eram formado aqui no PRONATEC no S, tanto que quando eu acabei o curso eu fiz uma entrevista, vieram me chamar aqui me encaminharam diretamente pra empresa que eles tava precisando de vendedor, qualificado no caso vieram me buscar diretamente aqui no S (A7).
>
> O S já tem alguns contatos e a empresa já tem alguns contatos diretamente no S, que assim quando o curso acaba eles já avisam pra empresa e a empresa já busca diretamente porque já sabe que já vai sair algumas pessoas pra exercer aquela função na empresa (A8).

Os demais egressos (A4, A6, A9, A10 e A11), relataram não terem feito esta observação. Especificamente, perguntou-se se tinham conhecimento sobre contatos da unidade do Sistema “S” com parceiros, empresas, lojas ou comércios que pudessem facilitar o ingresso no mercado de trabalho durante ou após o curso. Dos entrevistados dez disseram não haver contato com empresas, lojas, comércio ou parceiros do S para trabalho futuro.

> O S tem essa, a gente deixa o currículo aí eles chamam os alunos que mais se destacam só que acabei passando, deixando despercebido nem deixei currículo nada, mas eles falam da gente deixar currículo que se as empresas precisarem eles tão chamando, mas no meu caso não deixei. Seria só pelo curriculum, assim, não há forma deles me chamarem (A7).

Ainda foram questionados sobre contatos que eles mesmos poderiam ter fora da unidade do Sistema “S”, nas áreas do curso que pudessem ajudar na inserção no mercado, como propensos empregadores, dez deles responderam que

não, foi interessante observar uma interlocução de uma professora, e também da expectativa de que o mercado de trabalho buscasse o egresso para a vaga:

> Não necessariamente, não exatamente porque a professora que era a que dava a matéria principal que tinha a maior carga horária que é rotinas administrativas ela trabalhava em empresas, então assim, ela vem de fora e tava dando aula pra gente e ao mesmo tempo poderia estar avaliando um de nós pra sei lá trabalhar numa empresa que ela era gestora e tal, então não assim necessariamente (A1).

> Não, o S, assim quando ele começou ele falou olha tem muitas empresas que eles vêm buscar gente aqui dentro porque eles sabem que a gente qualifica vocês, aí no caso se alguma empresa procurar a gente pode indicar alguns nomes, os melhores nomes no caso pra trabalhar nas empresas, então desde o começo ele já falaram que eles apenas indicavam, mas eles não tinham parceria (A9).

Um sistema utilizado pela unidade é o banco de currículos e elaboração de cartas de recomendação dos egressos. Embora os alunos não sinalizaram a participação, há também um programa de estágio que articula a integração quando as empresas sinalizam que precisam de um temporário.

As gestoras foram questionadas, neste mesmo sentido se a unidade possui pesquisa de emprego, como acontece o encaminhamento e ainda a mediação entre a instituição e o mercado de trabalho.

A unidade do Sistema "S" possui pesquisa de emprego? Há uma mediação da unidade do Sistema "S" entre o egresso e o mercado de trabalho?

Em conformidade com o que os alunos relataram G1 entende que o S deve aguardar que os interessados nos egressos busquem se qualificar para que haja um direcionamento, o empenho do aluno durante o curso, facilitará, dessa forma a inclusão:

> A gente aguarda que eles venham, né? aí o nosso serviço de encaminhamento a emprego ele faz um trabalho junto com as empresas, a gente encaminha o aluno, depois a gente tem um feedback dessa empresa: como esse aluno se comportou, se ele ficou na vaga, porque que ele não ficou na vaga; porque a partir dessa pesquisa a gente se atualiza, né? a gente passa pros professores essas informações mensalmente, elas são

> copiladas em relatório e também copiladas de percentual quais são as funções que mais tiveram vagas com déficit no mercado de trabalho; porque? Porque a gente acaba orientando o aluno: não, olha pessoal, vejam que aqui auxiliar administrativo, sempre tem no mercado de trabalho, sempre procuram auxiliar administrativo! Mas também nós tamos com um nível alto, um percentual no mercado de vagas pra vendedor, pra representante comercial, então a gente sempre tá orientado os professores com esse retorno de pesquisa pra que a gente possa, como a gente tem como missão educar para o trabalho, né? a gente precisa tá atualizado, e é através desse serviço de encaminhamento a emprego (G1).

> Possui, possui. Quando se diz possui, nem sempre estamos dizendo que é o S de Imperatriz, mas o S instituição possui pesquisa de emprego, setor de colocação do candidato em emprego e acompanhamento do candidato; aqui em Imperatriz nós não temos esse setor, não temos essa condição de fazer esse acompanhamento ou essa pesquisa, porque o nosso número de servidores é pequeno e nós estamos assim muito corridos pra dar conta de outras, outras questões, mas que essa é de suma importância. Nós indicamos, e às vezes indicamos quando as empresas pedem; às vezes oferecemos, oferecemos porque a gente sabe que preparou pessoas pra determinados cursos, nós dispomos de candidatos aqui que fez o curso de camareira, fez o curso na área de hospitalidade, se precisar nós estamos à disposição, se preciso na área de gestão, de escritório nós podemos indicar pra ver a cidade pra ver a cidade, o local, mas o S no Brasil tem; todas as capitais tem e faz muito bem feito e indica para o mercado e acompanha, eu acho interessante, aqui o nosso acompanhamento é muito restrito; quando nós indicamos um candidato que a empresa pede cinco (5), seis (6) pessoas para uma entrevista, elas levam uma carta de acompanhamento, de indicação. Lá nessa carta ele vai fazer a entrevista, vai fazer a seleção do processo da empresa; se fica ele devolve a carta dizendo que ficou por tais e tais motivos; aqui acolá, se a gente tem um tempo liga perguntando, mas não é aquela assiduidade que deve ter num setor específico pra esse trabalho (G2).

G2 ainda acrescentou que os encaminhamentos feitos são daqueles alunos que se sobressaíram com melhores notas, também solicitam que os professores selecionem nas turmas indicando certo número para as entrevistas, assim que os empregadores solicitam, e fazem por carta, por e-mail, pessoalmente ou por telefone.

Referente a estas oportunidades de emprego, observou-se no ambiente da unidade do Sistema “S”, que há vários panfletos de agências que estimulam o cadastro dos alunos. Dentre eles foi recolhido apenas um (da agência CV) que chama a atenção com sua proposta:

> Agora a CV está com sua sede física situada na […] agende sua orientação profissional hoje mesmo e conte com nossa consultoria e nosso serviço de

> encaminhamento ao mercado de trabalho. Caso você queira contratar nossos serviços de encaminhamento tem uma taxa de 10,00 e 15% do primeiro salario somente isso.

Além destas agências, o Site Nacional de Empregos – SINE, que é um serviço de utilidade pública que atua em todo o Brasil, deve ser um meio de buscar vagas no mercado de trabalho. Porém, o que se pretende com o PRONATEC é a articulação, a partir de um conjunto de políticas públicas, que perpasse a qualificação e avance no sentido do trabalho, emprego e geração de renda.

As articulações com políticas públicas de trabalho e de emprego, pensadas a partir da primeira etapa do programa segundo Montagner e Muller (2015), estão em fase embrionária, e dessa forma, desconhecidas dos envolvidos, tanto pelos ofertantes quanto pelos professores e egressos. Assim, o acompanhamento dos beneficiários deve acontecer para além dos aspectos superficiais de desempenho, nas avaliações pontuais sobre as condições proporcionadas para os cursos, ou de frequências que garantem a continuidade da bolsa. Estes são acompanhamentos preliminares. Como é possível depreender a partir das subcategorias elencadas anteriormente, é necessário pensar ações que oportunizem a inclusão.

Os egressos do PRONATEC frente à questão da inserção no Mercado de Trabalho seguiram o seguinte questionamento: **Algum fator específico dificultou sua entrada no mercado de trabalho? Se sim, qual?** Retrataram principalmente o fator idade, isso foi percebido tanto nos relatos dos jovens quanto dos adultos. Alguns atrelam também a falta de experiência.

> O principal fator que dificulta eu acho que é a qualificação e a idade, e eu acho que as empresas tão muito dando valor a qualificação, então acho que é isso sei lá, acho que quanto menor o conhecimento, assim, conhecimento em questão de cursos, não sei, quanto menor o conhecimento as empresas eu acho que elas não tão dando muito valor, acho que é isso, principalmente cursos técnicos, elas tão procurando assim esses profissionalizantes como aqui, como tem aqui, você tem que ter assim, sabe, muito só numa área porque por exemplo eu tenho só auxiliar administrativo, não vai adiantar muita coisa, vou ter que ter de computação, de auxiliar de pessoal, né que já vai ajudar um pouco, então acho que só uma área não ajuda muita coisa então acho que a qualificação é a principal (A1).

> Pelo fato da minha idade, porque eu terminei com 16 anos, tanto que na empresa que eu fiz a entrevista, que eles me indicaram, eu não fiquei

> justamente por isso, porque eu só tinha 16 anos e nem a carteira eu tinha, eles não queriam, era num shopping, e eles não ficaram comigo porque tinha que ser maior de idade pra trabalhar lá (A8).

> Sei lá, acho que foi falta até minha mesmo de procurar eu fiz o curso não é, mas depois eu não quis exercer a profissão, falta de interesse mesmo, não foi falta de oportunidade! Isso, falta de interesse, acho que teria oportunidade fácil. Acho que poderia ingressar em qualquer área dessas sim, mas eu preferi esperar mais um pouco para poder começar a ingressar no mercado de trabalho (A11).

No caso A5 relata a falta de experiência e a idade; e A6, problemas de saúde.

Costa (2015) ressalta que a melhor qualificação do trabalhador não necessariamente garante ou redunda em melhores condições de vida, visto que as modificações das exigências do mercado de trabalho trata-se de uma condição *sine qua nom* à empregabilidade.

Os cursos de qualificação de curta ou longa duração, na visão de Montagner e Muller (2015, p.15) não são suficientes para garantir empregos, “as mudanças do mercado observadas no período recente, de arrefecimento da geração de vagas, sem que se verifique a diminuição da rotatividade do mercado de trabalho, podem alterar as possibilidades de rápida obtenção de um emprego” e tratam, nesse sentido, da forma ou da formalização de um empreendedor individual.

Neste cenário, ainda como dados desta pesquisa, foi questionado aos alunos entrevistados que comentassem sobre o antes e o depois do curso do PRONATEC: **Comente sua experiência antes e depois do Curso do PRONATEC.** Em suma, novas informações e confirmações foram sendo expostas:

> Acho que mudou muita coisa, assim minha visão do mercado de trabalho; […] por exemplo, você ter um amigo do amigo que trabalha numa empresa e você deixa um currículo com ele e aí ele te encaminha e aí você já está trabalhando; eu vi que isso hoje pode até ser que aconteça, mas a melhor opção que você tem é estudar e se profissionalizar; você só tem duas opções ou você estuda ou você trabalha; se puder fazer as duas coisas juntas melhor ainda (A1).

> Há um momento de desenvolver o conhecimento, aprender coisas diferentes, passei a ter uma visão diferente do cotidiano (A2).

Antes não havia um conhecimento específico, então achava ser algo fácil e com o tempo e os conhecimentos adquiridos, passei a ter outra visão de mercado, a responsabilidade diante a função. Percebi durante o curso, que o mercado de trabalho é exigente e que devemos nos destacar para que venhamos a evoluir, a crescer na empresa (A3).

Antes existia a timidez, e com o curso me retraí mais ainda, passei a ter medo de uma disciplina aplicada – matemática, por conta do professor (A4).

Antes eu estava passando por problemas emocionais e com o curso, houve uma maior liberdade, me sinto muito feliz, e além de ter dado motivação e vontade de aprender, conhecer mais pessoas, o que foi possível durante o curso. Outros cursos já foram realizados, com o intuito de ampliar meus conhecimentos. Quem sabe ampliar minha carreira, abrindo negócio próprio em uma cidade menor (A5).

Antes as pessoas me viam como uma simples mulher, e no decorrer do curso, o olhar delas foi mudando, o fato de ter tido esse complemento profissional, houve um reconhecimento pela sociedade, foi uma espécie de reconhecimento profissional (A6).

Eu aprendi muita coisa com o programa, foi uma coisa que eu pude acrescentar no meu Curriculum, é um curso muito bom, o curso que eu fiz de auxiliar administrativo e fez sim diferença na minha vida, não é vou dizer que ah! Não influiu em nada contribuiu sim eu aprendi muita coisa, agora eu minhas irmãs já tentaram não tá tanto essa procura por causa do governo né, acabou que desvalorizando, mas o programa em si era muito bom, eu gostei muito, são ótimos professores que eu pude conhecer, que contribuíram sim em alguma coisa na minha vida (A7).

Antes do PRONATEC, eu não tinha conhecimento a visão do mercado de trabalho em si, lá dentro, como era que funcionava as empresas […] pra mim foi muito bom pra mim ter feito, depois do PRONATEC eu sai com uma qualificação maior, uma visão mais aberta sobre o mercado de trabalho, sobre o que que eu deveria fazer e o que não deveria fazer, como é que funciona, enfim. Eu penso fazer mais cursos, porque eu já alguns cursos, já, tenho de desaine gráfico, manutenção de computadores de rede, já tem de vendedor [...] eu tava fazendo curso pra me especializar, pra um dia eu chegar lá onde eu quero, quero ser um cientista em computador, saber programar, criar programa, jogo, aplicativo, essas coisas (A8).

Antes do curso eu ainda não trabalhava, né? Logo após que eu fiz esse curso, como tem um menino que trabalha aqui e ele viu que eu tinha feito esse curso aí como apareceu essa oportunidade de aprendizagem foi mais fácil pra mim por causa que eu já tinha feito um curso aqui; me ajudou a conseguir esse emprego de aprendizagem, entra no programa de aprendizagem, e também eu passei a me organizar melhor financeiramente. Foi essa mudança que aconteceu. É, posso dizer? Que às vezes tem uma determinada quantia de dinheiro que você tem, mas às vezes você não sabe administrar ela, aí você gasta tudo e não tem nada; aprendi a administrar melhor (A9).

Ah, ficou melhor, eu não sabia nada sobre operados de supermercado, e depois que eu entrei lá aprendi um monte de coisas; eu saí melhor pro mercado de trabalho, aprendi mais; mas ainda tem que desenvolver mais porque o curso não é muito longo, é só dá pra pegar o básico, a experiência vem depois (A10).

> Melhorou mais meu desempenho, não somente no curso, mas também na escola, tinha algumas coisas que eu tinha dificuldade e eu acabei pegando no curso (A11).

Nesta oportunidade de liberdade de expressão dos sujeitos envolvidos na pesquisa, observou-se nos relatos mudanças de comportamento, de ideias, que de uma forma ou de outra revelam que os participantes do programa experienciaram o preconizado por Brum (2012), de que o que impulsiona a ascensão social e econômica é o conhecimento e a capacidade de aprofundá-lo.

4.5 Desenvolvimento e o PRONATEC

Uma última análise se faz importante, no tocante ao objetivo de investigar como o PRONATEC contribui para o desenvolvimento da cidade de Imperatriz-MA. Ao considerar o desenvolvimento, abordado por Libâneo, Oliveira e Toschi (2011); Sen (2000) e Delors (2010), e pensar na submissão às novas aquisições de melhor e maior qualificação profissional, no que tange o desenvolvimento de atitudes e disposições para vida em sociedade, desenvolver conhecimentos de capacidades e qualidades de exercício autônomo e, sobretudo, a liberdade política, econômica e social, reflete-se que o programa despertou no participante interesse pelo estudo, vontade de se capacitar e de aproveitar uma oportunidade.

As gestoras expressaram opinião a respeito do desenvolvimento que proporcionou o programa na cidade:

> Contribuiu com uma qualidade melhor, isso a gente percebe; porque não foi uma contribuição exclusiva do S, mas foi de várias instituições aqui em Imperatriz, que juntas estavam formando a comunidade, que lançou bastante gente, duma vez no mercado. […] Se queria algo mais assistencialista, talvez mais numérico, mais meta, mais números de pessoas; mas se percebeu hoje que os cursos são para um público mais definido; então a gente viu o desenvolvimento ali do PRONATEC, do programa em si, para a segunda etapa aparentemente serão para pessoas com 18 anos, pessoas que já estão no mercado, se não estão no mercado de trabalho é pra estar, né? Eu acho que eles focaram mais (G1).

> Ah! contribuiu, todos os programas bons que tem um conhecimento, conhecimento mais direcionado, ou geral, ou aprofundado, ou mesmo superficial, esse superficial que pode ser pra muita gente para o jovem ele não é tão superficial, porque ele tem um leque de disciplinas e dá conhecimentos gerais pra uma coisa pra outra, e veio contribuir pra cidade sim; agora a cidade, nós precisamos ver, principalmente nesses campos de pesquisa para esses estudos de nível elevado, vê que o jovem PRONATEC é jovem de idade também muito pequena; o que vem para o S, tem pouca idade se ele desejou se prepara mais, ter outras oportunidade, é, lutar por outros horizontes, mais a hora que se lança no mercado ele não esquece que passou por aluno do PRONATEC, e daí ele será um grande profissional; e outros que já estão com a idade de 18, 19 anos, 20 anos e aí sobe as idades vão crescendo, em geral eles se sobressai bem (G2).

G1 relata sobre os alunos que conseguiram inclusão na sociedade posterior ao programa:

> Eu gostei de trabalhar, com o PRONATEC! Foi muito bom, porque a gente vê a, o desenvolvimento da pessoa, a expectativa da pessoa, isso é muito bom! Pessoas que não teriam condições de pagar, no final você vê o desenvolvimento daquela pessoa, da pessoa poder. Ter condições de montar seu negócio! Muito bom. Ver o sucesso do outro e que a gente contribuiu, indiretamente, mas contribuímos com o sucesso dela; isso é muito bom, é muito bom a gente saber, né? Então isso foi muito gratificante pra gente; cada depoimento que a gente houve, né? de aluno, de ex drogados, né? Tem um governo que possa olhar pras pessoas e sim fazer uma distribuição de renda. Porque as pessoas acham que distribuir renda é você dar dinheiro pro outro e o outro té "..." num é assim, né? Que se você distribuir conhecimento com certeza você vai distribuir renda depois, num é? Vai se manter naquele patamar. Tem depoimento de uma aluna belíssima que ela, ela veio numa inclusão, de fato, usuária de drogas; trabalhamos com ela, dando oportunidade pra ela, isso foi muito bom, que hoje tem uma família, família mesmo (G1).

Diante dos relatos expostos, em uma análise desta política educacional, reitera-se a ideia de que o desenvolvimento humano, nas suas mais variadas formas, promove transformações.

As instituições de ensino, como afirmou Delors (2006), têm sido buscadas para fins econômicos; esta é uma vertente que se tem a respeito do crescimento por meio da capacitação da mão de obra, como afirmam Carniello e Oliveira (2010). No âmbito da economia, como ressaltou Libâneo, Oliveira e Toschi (2011), o estado interfere na esfera econômica desempenhando, entre suas múltiplas funções, a divisão social do trabalho e as políticas de renda e pleno emprego. A realidade concreta que absorve estas transformações prescinde políticas, para as camadas mais desprovidas de recursos.

Mediante as exposição dos pesquisados, é válido salientar que os resultados confirmam a hipótese deste estudo de que a (re) inserção dos egressos no mercado de trabalho se mostra aquém das expectativas que propõe o PRONATEC. Assim, as avaliações de impacto dos programas de educação profissional no Brasil deixam a desejar, uma vez que estratégias podem proporcionar uma visão geral da aplicabilidade e resultados importantes para o entendimento de sua efetivação.

Diante das reflexões levantadas, se pondera que a possibilidade de perceber o desenvolvimento do sujeito na cidade, segundo a pesquisa, adentrando no mercado de trabalho com a mão de obra em alguma atividade produtiva, poderá ser visto em longo prazo, uma vez que o capital humano passa a ser considerado fator constituinte do desenvolvimento.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O PRONATEC constitui-se em uma política pública recente e de natureza abrangente, que se apresenta como agente do acesso ao ensino técnico e ao emprego. Na conjuntura econômica, social e política do Brasil, as tendências produtivas e de desenvolvimento, tem impulsionado estas propostas com vistas a contribuir com a minimização das camadas mais desprovidas de recursos. Ao investigar a (re)inserção dos egressos dos cursos de Formação Inicial e Continuada, especificamente em uma unidade do Sistema “S”, apresentando seus principais objetivos, problematizou-se esta questão com base na contribuição do programa para o desenvolvimento de Imperatriz-MA.

A condição do egresso dos cursos FIC frente ao mercado de trabalho denuncia a realidade da exclusão. É interessante pontuar que os adultos pesquisados têm maiores possibilidades de geração de renda, a maioria apenas estuda e possui o Ensino Médio incompleto. Ainda assim, embora se perceba a pouca oportunidade de trabalho por meio dos cursos, verifica-se que há um equilíbrio entre a formação escolar e a formação profissional. Há consolidação de duas vertentes do programa: de fortalecer a continuidade dos estudos no Ensino Médio, que inclui a modalidade de Educação de Jovens e Adultos e o desenvolvimento da Educação Profissional. Assim, verifica-se que além de qualificar o programa permite o acesso ao emprego e renda.

Os alunos concebem a pouca experiência que possuem como fator que

contribui a não inserção no mercado de trabalho, bem como a idade. Além disso, outro aspecto a ser considerado é o discurso atual, que expressa algumas implicações que alteram as relações entre educação, economia, desenvolvimento e mercado de trabalho. Estas implicações estão relacionadas à globalização, que têm influenciado várias formas de comportamentos, uma delas é a adequação ao atendimento do discurso meritocrático de sucesso profissional por sucessivas etapas de qualificação.

Avaliando os cursos do PRONATEC, no que tange a eficácia, expectativas são geradas na direção de propiciar acesso ao ensino técnico e também acesso ao emprego, e assim, o programa responde à necessidade da população mais pobre. Como alternativa de formação profissional tem sido avaliada pelos envolvidos como programa que oferece qualidade. Do mesmo modo, a contribuição do programa tem sido elogiada, entretanto demonstram algumas lacunas em seus cursos, principalmente pela falta de empregabilidade e acompanhamento do egresso. Em contrapartida, pode-se depreender sua contribuição enquanto qualificação em áreas ainda não exploradas pelos alunos e assim tornam-se potencialmente em oportunidades. Vários destes cursos permitem ingresso no mercado por diversas vias, uma delas como autônomo ou empreendedor individual; um número pequeno tem ingressado por estes caminhos.

Quanto à escolha dos cursos, como um fator determinante para inserir o egresso no mercado de trabalho articulada entre os demandantes e ofertantes, deve assegurar que os cursos ofertados atendam as necessidades de profissionais na cidade e desperte o interesse em qualificação. Assim, observam-se alguns pontos em comum: quando se trata de avaliar a instituição e o programa, os dois grupos pesquisados, professores e gestores atribuem qualidade.

Em meio às exigências oriundas da globalização, de qualificação necessária, os comportamentos comprovam o quanto se tem conseguido acompanhar o processo socioeconômico, inicialmente no processo de qualificação e posteriormente do ingresso no mercado de trabalho como consolidação. Pode-se compreender na pesquisa, o desempenho do aluno no curso e o preparo proporcionado, para desenvolver-se bem; a maturidade é um dos pontos importantes para o acesso ao emprego. O programa parte da premissa de

responsabilidade pessoal, mas enquanto proposta de políticas públicas deve ser também dos proponentes o acompanhamento desse ingresso no mercado de trabalho, uma vez que não é interessante investir em estratégias de qualificação se não viabilizam a inclusão.

É importante observar no preparo e qualificação profissional, que o desempenho precisa estar acompanhado de alguns critérios preestabelecidos. Diante deste cenário, vale considerar que o egresso atribui ao programa a contribuição com as competências e habilidades para a carreira profissional. Os jovens e adultos estão sendo preparados e têm a oportunidade de despertamento para continuidade nos estudos, na medida em que estão paralelamente se desenvolvendo profissionalmente.

Para que o programa contribua com a expansão da oferta de pessoas melhor qualificadas para o trabalho e com o processo de inclusão social, o acompanhamento dos beneficiários precisa acontecer para além dos aspectos superficiais de desempenho, que tem acontecido nas avaliações pontuais sobre as condições proporcionadas para os cursos, preparo para o mercado ou as frequências nas aulas que garantam a continuidade da Bolsa-Formação. Na verdade, estes são acompanhamentos preliminares; se faz necessário pensar ações que oportunizem a inclusão. As articulações com políticas públicas de trabalho e emprego de abrangência nacional e políticas locais são embrionárias e desconhecidas dos envolvidos.

Quanto à questão do desenvolvimento, analisando a política educacional, reitera-se a ideia de que o desenvolvimento humano, nas suas mais variadas formas, promove transformações. E assim, as instituições de ensino, permanecem como meios e fins de desenvolvimento socioeconômico, de capacitação da mão de obra que tem interferido sobremaneira do local ao global e, sobretudo, chama a atenção do estado para a divisão social do trabalho e as políticas de renda e pleno emprego para as camadas mais desprovidas de recursos.

Com base na análise quantitativa e qualitativa realizada, referente à (re)inserção dos egressos dos cursos FIC, pelo que se pode investigar, por se tratar de uma política pública recente, sua execução deixou lacunas no acompanhamento

do egresso; a pesquisa revela que há um pequeno número deles que ingressam no mercado, e ainda que estes passaram por vários cursos de qualificação. Pela grande quantidade de cursos ofertados na primeira etapa do programa esperava-se maior contribuição com o desenvolvimento da cidade de Imperatriz-Ma, entretanto, observou-se que a proposta para esse fim poderá ser demonstrada em longo prazo, com base nas propostas formuladas em articulação do Ministério do Desenvolvimento Social e Ministério do Trabalho e Emprego, por meio de estratégia do empreendedorismo individual, estratégia do trabalho associativo, do microempreendedorismo individual e da economia solidária, apoiados ainda nos serviços de formalização, assistência técnica e de fomento ao microcrédito produtivo orientado.

Diante das reflexões levantadas, se conclui que a possibilidade de adentrar o mercado de trabalho com a mão de obra em alguma atividade produtiva, o capital humano passa a ser considerado fator constituinte do desenvolvimento.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo.** Trad. Luis Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa: Edições 70, 2010.

BRASIL. Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909. CREA nas capitais dos Estados da Escolas de Aprendizes Artífices, para o ensino profissional primário e gratuito. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, 1909.

BRASIL. Decreto nº 4.073, de 30 de janeiro de 1942. Lei Orgânica do Ensino Industrial. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil,** 1942.

BRASIL. Decreto nº 8.621 de 10 de janeiro de 1946. Dispõe sôbre a aprendizagem dos comerciários, estabelece e deveres dos empregadores e dos trabalhadores menores relativamente a essa aprendizagem e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, 1946a.

BRASIL. Decreto nº 8.622 de 10 de janeiro de 1946. Dispõe sôbre a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, 1946b.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB**, nº 4024/61, de 20 de dezembro de 1961.

BRASIL, Ministério da Educação. Lei nº 5.692 de 11 de agosto de 1971 Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1° e 2º graus, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, 1971. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L5692.htm > Acesso em 30 de set. 2014.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB nº 9.394/96**, de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. Decreto 2.208/97 de 17 de abril de 1997. Regulamenta o §2º do art. 36 e os artigos 39 a 42 da Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, 1997.

BRASIL. Decreto nº 55.154, de 23 de julho de 2004. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, 2004.

BRASIL. Decreto nº 6.302, de 12 de dezembro de 2007. Institui o Programa Brasil Profissionalizado. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, 2007.

BRASIL. Ministério da Educação. **Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica:** Legislação básica. 7 ed. Brasília: MEC/SETEC, 2008.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Centenário da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica.** 2009a. Disponível em: < http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/centenario/historico_educacao_profissional.pdf> Acesso em 20 de novembro de 2014.

BRASIL, Controladoria Geral da União (CGU) – Secretaria Federal de Controle Interno. **Entendimentos do Controle Interno Federal sobre a Gestão dos Recursos das Entidades do Sistema "S"**, 2009b. Disponível em: http://www.senar.org.br/sites/default/files/senar/CartilhaEntedimentosCISistemaS.pdf Acesso em mai. 2015.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Centenário da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. **Histórico da Educação Profissional no Brasil.** 2009c. Disponível em < http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/centenario/historico_educacao_profissional.pdf> Acesso em 29 de set. 2014.

BRASIL. Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011. Institui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec); altera as Leis nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, que regula o Programa do Seguro-Desemprego, o Abono Salarial e institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), nº 8.212, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre a organização da Seguridade Social e institui Plano de Custeio, nº 10.260, de 12 de julho de 2001, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior, e nº 11.129, de 30 de junho de 2005, que institui o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem); e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, 2011a.

BRASIL. Portaria nº 1.568, de 3 de novembro de 2011. Aprova o Guia Pronatec de Cursos de Formação Inicial e Continuada. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, 2011b.

BRASIL. Portaria nº 1.569, de 3 de novembro de 2011. Fixa diretrizes para execução da Bolsa-Formação no âmbito do Pronatec e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, 2011c.

BRASIL. Decreto nº 7.589, de 26 de outubro de 2011. Institui a Rede e-Tec Brasil. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, 2011d.

BRASIL. Resolução CD/FNDE nº 4 de 16de 11 de novembro de 2011. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Conselho Deliberativo. **Diário Oficial [da) República Federativa do Brasil**, 2011e.

BRASIL. Resolução CD/FNDE nº 4 de 16 de março de 2012. Altera a Resolução CD/FNDE nº 62 de 11 de novembro de 2011. **Diário Oficial [da) República Federativa do Brasil**, 2012.

BRASIL. Portaria nº 168, de 7 de março de 2013. Dispõe sobre a oferta de Bolsa Formação no âmbito do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego Pronatec de que Trata a Lei nº 12.513 de 26 de outubro de 2011, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, 2013a.

BRASIL. Portaria nº 1.119, de 12 de Novembro de 2013. Designa o presidente, o secretário-executivo e os demais membros, titulares e suplentes, do Conselho Deliberativo de Formação e Qualificação Profissional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil.** 2013b. Disponível em:<http://www.jusbrasil.com.br/diarios/61651021/dou-secao-2-13-11-2013-pg-14>. Acesso em 15 mar. 2015.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Guia Pronatec de Cursos FIC – Eixo Tecnológico**: Infraestrutura. Disponível em: <http://pronatec.mec.gov.br/fic>. Acesso em 11 de agosto de 2014.

BRUM, Argemiro Jacob. **O desenvolvimento econômico brasileiro**. 29 ed. Petrópolis, RJ: Vozes; Ijuí, RS: Inijuí, 2012.

CAMBI, Franco. **História da Pedagogia.** Trad. Álvaro Lorencini. São Paulo: Fundação Editora da UNESP (FEU), 1999.

CARNEIRO, Maria Esperança Fernandes**. Retórica da Educação geral e o mito da qualidade total: um estudo de caso da BEER FREE,** 1998. Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP), São Paulo.

CARNIELLO, Monica Franchi. OLIVEIRA, Edson Aparecida de Araújo Querido. (Orgs). **Estudos de gestão e desenvolvimento regional.** Rio de Janeiro: Oficina de Livros, 2010.

CASSIOLATO, Maria Marta M.C.; GARCIA, Ronaldo Coutinho. (Org). **PRONATEC:**

múltiplos arranjos e ações para ampliar o acesso à Educação Profissional**.** Rio de Janeiro: IPEA, 2014.

CHIZZOTTI, Antonio**. Pesquisa em ciências humanas e sociais.** São Paulo: Cortez, 2006.

CDES, Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social. **As Desigualdades na Escolarização no Brasil: Relatório de observação nº 5.** Brasília: Presidência da República, 2014.

CDES, Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social. **As Desigualdades na Escolarização no Brasil: Relatório de observação nº 4.** Brasília: Presidência da República, 2011.

COSTA, Fernanda Cosme da. **O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) e a educação escolar da classe trabalhadora.** Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Fundação Oswaldo Cruz Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro, 2015.

CUNHA, Luiz Antônio. **O ensino de ofícios artesanais e manufatureiros no Brasil escravocrata.** 2 ed. São Paulo: Ed. Da UNESP, 2005.

CUNHA, Luiz Antônio. O ensino industrial-manufatureiro no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**. Mai/Jun/Jul/Ago, vol.14, p.89-193, 2000.

DELORS, Jacques. **Educação:** um tesouro a descobrir. 10 ed. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: MEC: UNESCO, 2006.

DEMO, Pedro. **Charme da exclusão social:** polêmicas do nosso tempo. Campinas, SP: Autores Associados, 2002.

FERRETI, Celso João; JÚNIOR, João dos Reis da Silva; OLIVEIRA, Maria Rita N. Sales. (Orgs). **Trabalho, formação e currículo:** para onde vai a escola? São Paulo: Xamã, 1999.

FERRETTI, Celso João. **Novas tecnologias, trabalho e educação:** um debate transdisciplinar. 10 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

FONSECA, Celso Suckow da**. História do Ensino Industrial no Brasil**. Rio de janeiro: Escola Técnica Nacional, Vol 1, 1961.

FONSECA, Celso Suckow da**. História do Ensino Industrial no Brasil**. Rio de janeiro: Escola Técnica Nacional, Vol 2, 1962.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GADOTTI, Moacyr. **Pensamento Pedagógico Brasileiro.** 8 ed. São Paulo: Ática, 2006.

GAMBOA, Silvio Ancízar Sanchez. A dialética na pesquisa em educação: elementos de contexto. *In:* FAZENDA, Ivani Catarina Arantes (org.). **Metodologia de pesquisa educacional.** 10 ed. São Paulo: Cortez, 2006, p. 91-115.

GENTILI, Pablo (Org). **Globalização excludente:** desigualdade, exclusão e democracia na nova ordem mundial. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

GIDDENS, Anthony**. Para além da esquerda e da direita:** o futuro da política radical. Trad. Alvaro Harnher. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1996.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de Pesquisa***.* 5 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Indicadores Estatísticos Brasileiros.** Disponível em < www.**ibge**.gov.br/> *Acesso em: set. 2015.*

KUENZER. Acácia Zeneida. O trabalho como princípio educativo. **Cadernos de Pesquisa:** revista da Fundação Carlos Chagas, São Paulo, n. 68, p. 21-28, 1989.

KUENZER. Acácia Zeneida. A reforma do ensino técnico no Brasil. In FERRETTI, Celso João; SILVA JUNIOR, João dos Reis; OLIVEIRA, Maria Rita N.S. (Orgs), **Trabalho, formação e Currículo:** para onde vai a escola? São Paulo: Xamã, 1999, p.121-139.

KUENZER, Acácia Zeneida. Exclusão includente e inclusão excludente: a nova forma de dualidade estrutural que objetiva as novas relações entre educação e trabalho. In: LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Dermeval & SANFELICE, José Luís (Orgs). **Capitalismo, trabalho e educação.** 3 ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2005, p.77-96.

LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira; TOSCHI, Mirza Seabra. **Educação Escolar:** políticas, estrutura e organização. 10 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia Científica***.*5 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MONTAGNER, Paula. MULLER, Luiz Herberto (Orgs). Inclusão Produtiva Urbana: o que fez o PRONATEC/ Bolsa Formação entre 2011 e 2014. **Cadernos de Estudos Desenvolvimento Social em Debate**, nº 24, 2015.

MOREIRA, Herivelto; CALLEF, Luiz Gonzaga. **Metodologia da Pesquisa.** Rio de

Janeiro: Lamparina, 2008.

PNUD, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Relatório do Desenvolvimento Humano 2014.** Sustentar o Progresso Humano: Reduzir as Vulnerabilidades e Reforçar a Resiliências, 2014, Disponível em: < http://hdr.undp.org/en>. Acesso em 20 de julho de 2015.

SAMPIERI, Roberto Hernández; COLLADO, Carlos Fernándes. LUCIO, Pilar Baptista. **Metodologia da Pesquisa**. Trad. Fátima Conceição Murad. 3ed. São Paulo: McGraw-Hill, 2006.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização:** do pensamento único à consciência universal. 19 Ed. Rio de Janeiro: Record, 2010.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil.** Campinas, SP: Autores Associados, 2008.

SEN, Amartya Kurma. **Desenvolvimento como liberdade.** São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SENAC, Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial. Disponível em: http://www.senac.br/. (http://www.senac.br/imprensa/noticias/mais-vagas-e-demandantes-para-o-pronatec.aspx). Acesso em 10 de setembro, 2014.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. 23 ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SIQUEIRA, Holgonsini Soares Gonçalves. **Globalização e Autonomia:** limites e possibilidades. Disponível em: http://www.angelfire.com/sk/holgonsi/globoautonomia.html. Acesso em 05 de outubro de 2014.

SOUSA, Eduardo Soares; ASSUNÇÃO, Tasso. ACII (Associação Comercial e Industrial de Imperatriz. **Perfil Imperatriz Maranhão:** socioeconomia, história, geografia, demografia, gestão empresarial**.** Imperatriz, MA: Ponto Gráfico, 2011.

TEIXEIRA, Elisabeth. **As três metodologias:** acadêmica, da ciência e da pesquisa. 5 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

TRIVIÑOS, Augusto Nibaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais:** a pesquisa qualitativa em educação. 1ed. 17.reimpr. São Paulo: Atlas, 2008.

YIN, Robert K.. **Estudo de Caso:** planejamento e métodos. Trad. Ana Thorell. 4 ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

A P Ê N D I C E S

APÊNDICE A – Roteiro de entrevistas com egressos dos cursos PRONATEC
ALUNOS/EGRESSOS DO PRONATEC

1 - PERFIL DO ALUNO PRONATEC

- Curso:
- Gênero:
- Idade:
- Qual seu grau de escolaridade.
- Graduação completa. Qual urso?
- Estado Civil:
- Você mora com:
- Foi o seu primeiro curso PRONATEC? ( ) Sim ( ) Não
- Caso já tenha feito outro (s) curso (s) PRONATEC. Questionar qual (is):
- Qual sua condição atual frente ao mercado de trabalho?
- Você já havia trabalhado antes?
- Como ficou sua remuneração antes e depois do curso?

2 AVALIAÇÃO DO CURSO-PRONATEC

a) O que mais lhe chamou a atenção neste curso?
b) Qual o diferencial/contribuição do Pronatec para sua carreira profissional?
c) O que te incentivou a escolher este curso do PRONATEC?

3 PREPARO E QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

a) Como você avalia seu desempenho no curso?
b) Como você avalia o preparo proporcionado pelo curso para sua inclusão no mercado de trabalho?

4 OFERTA E PROCURA DOS RECURSOS HUMANOS (EXCLUSÃO/INCLUSÃO)

a) Como você avalia o mercado de trabalho nesta área que você escolheu?
b) Buscou informações sobre oportunidades de emprego na sua profissão?
c) Houve oportunidade durante o curso de contato com empresas, lojas, comércios ou parceiros do S para trabalho futuro?
d) Tem ou teve contato com pessoas (extra S) da área do curso que possam/puderam te ajudar na inserção no mercado de trabalho após a conclusão do curso? (Saber quem de fato está ajudando na inserção)
e) Algum fator específico dificultou sua entrada no mercado de trabalho? Se sim, qual?

5 CONTRIBUIÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DE IMPERATRIZ

- Frente a outras oportunidades o que levou em consideração para escolher este curso?

6. TEMA

- Comente sua experiência antes e depois do Curso PRONATEC.

APÊNDICE B - Roteiro de entrevistas com gestores do PRONATEC

GESTORES (AS) DO PRONATEC

1. PERFIL

Idade:_____ Gênero:_____

Formação:Graduação:Qual?_____

Pós-Graduação: Qual(is)?_____

Experiência Profissional em Gestão. a) anos? _____

b) preparo?_____

Tempo/Anos de experiência no SENAC?_____

2. AVALIAÇÃO DO CURSO-PRONATEC

a) Como você percebe a unidade do Sistema "S" antes e depois do PRONATEC?

b) Como se dá o acompanhamento do governo na execução do PRONATEC?

3. PREPARO E QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

a) Como a unidade do Sistema "S" avalia o preparo dos alunos nos Cursos do PRONATEC?

b) Como você avalia o preparo proporcionado pelo curso para inclusão dos alunos no mercado de trabalho?

4. OFERTA E PROCURA DOS RECURSOS HUMANOS (EXCLUSÃO/INCLUSÃO)

a) Você acredita que o mercado de trabalho consegue absorver os recém-formados dos cursos?

( ) Sim ( ) Não

b) O PRONATEC proporciona maior inserção no mercado de trabalho comparado aos Programas preexistentes na unidade do Sistema "S"? Se sim, de que maneira?

c) A unidade do Sistema "S" possui pesquisa de emprego?

( ) Sim ( ) Não

d) Há uma mediação da unidade do Sistema "S" entre o egresso e o mercado de trabalho?

( ) Não.

( ) Sim, como?

e) Qual é a garantia de que os alunos que terminam o curso possam ser inseridos no mercado de trabalho? Por que?

f) Algum fator específico pode dificultar ou ter dificultado a inserção do aluno no mercado de trabalho?

5. CONTRIBUIÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DE IMPERATRIZ

a) Você acredita que o PRONATEC, em sua amplitude como programa de governo, contribui/iu para o desenvolvimento da cidade de Imperatriz?

b) Como você avalia os cursos do PRONATEC para o desenvolvimento da cidade de Imperatriz?

APÊNDICE C – Questionário para professores do PRONATEC

Este questionário faz parte dos instrumentos de coleta de dados de investigação sobre a temática “Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - PRONATEC” no S. Foi elaborado por **Milene Vieira Santos Rocha**, pós-graduanda *stricto sensu* do Programa de Mestrado da UNIVATES de Lajeado-RS. Com a finalidade de incorporar os dados levantados como resultados de pesquisa pede-se sua contribuição com o processo respondendo as questões, estará garantida a confidencialidade de sua identidade. Para cada questionamento escolha a apenas uma das alternativas e assinale com um X ou escreva nas linhas as respostas de cada pergunta.

QUESTIONÁRIO

PROFESSORES (AS) DO PRONATEC

1. Curso Ministrado:
_____

2. Gênero: a- ( ) Feminino **b**- ( ) Masculino

3. **Idade:** _____ anos

4. Qual seu grau de escolaridade?

( ) Ensino Médio incompleto
( ) Graduação incompleta Curso:_____
( ) Graduação Completa Curso:_____
( ) Pós-Graduação – Especialização (incompleta)
( ) Pós-Graduação – Especialização (completa)
( ) Pós-Graduação – Mestrado ou Doutorado

5- Foi sua primeira experiência com cursos do PRONATEC? a- ( ) sim **b**- ( ) não

6. Caso já tenha ministrado outros (s) curso (s) PRONATEC, especifique:_____
_____

7. Qual a foi a forma de seu ingresso no curso PRONATEC?_____
_____

8 - Você tem/teve informações sobre vagas no mercado de trabalho e oportunidades de emprego para inclusão do aluno do PRONATEC?

a- ( ) sim **b**- ( ) não

9. Considerando a atual situação do mercado de trabalho e as suas possibilidades pessoais, o aluno PRONATEC tem grande chance de exercer a profissão logo após o curso?

a- ( ) sim **b**- ( ) não

10. Houve oportunidade durante o curso de contato com empresas, lojas ou parceiros pela unidade do Sistema “S” para emprego/trabalho dos alunos após o curso?

a- ( ) sim **b**- ( ) não

11. Você conhece parcerias ou meios utilizados pela unidade do Sistema "S" para inclusão dos alunos do PRONATEC no mercado de trabalho?

a- ( ) sim **b**- ( ) não

12. Como você avalia o preparo do aluno PRONATEC para inserção no mercado de trabalho?

13. Como você avalia o mercado de trabalho na área do curso para o aluno?

14. Como você avalia o PRONATEC na unidade do Sistema "S"?

APÊNDICE D - MODELO DE CARTA DE APRESENTAÇÃO

Prezado Sr. Dr.

Diretor Regional Maranhense do “S”.

Realizamos, no Centro Universitário UNIVATES de Lajeado – RS, um projeto de pesquisa intitulado “**PROGRAMA NACIONAL DE ACESSO AO ENSINO TÉCNICO E EMPREGO - PRONATEC: um estudo de caso em uma unidade do ‘Sistema S’ em Imperatriz-MA”** com a finalidade atender à exigência da elaboração da Dissertação de Mestrado Acadêmico.

Os dados gerais da pesquisa constam de **objetivo geral** de Investigar a (re)inserção dos egressos dos cursos de Formação Inicial e Continuada da política de educação profissional do PRONATEC no mercado de trabalho de uma unidade do “Sistema S” na cidade de Imperatriz-MA. Tendo como **Procedimentos para pesquisa,** coleta de dados com a aplicação de questionários e entrevistas semiestruturadas com a equipe de coordenação, professores e alunos egressos, seguidas de tabulação dos dados, análise e apresentação dos resultados obtidos. A pesquisa deverá ser realizada a partir de fevereiro de 2015.

Pelo presente **Termo de Anuência**, solicitamos a esta renomada instituição, autorização para realização da pesquisa supracitada. As informações prestadas serão utilizadas somente para este estudo e terão a garantia da não identificação pessoal, coletiva ou institucional em qualquer modalidade de divulgação dos resultados. Assim, as informações e resultados desta pesquisa feita pela pesquisadora **Milene Vieira Santos Rocha** estarão sob sigilo ético.

Agradecemos a atenção dispensada

Imperatriz-MA, __ de____de 2015

_____

Milene Vieira Santos Rocha
Mestranda do PPGAD

APÊNDICE E - MODELO DE CARTA DE ANUÊNCIA

Aceito que a pesquisadora **Milene Vieira Santos Rocha** pertencente ao **Centro Universitário UNIVATES** desenvolvam sua pesquisa intitulada: **PROGRAMA NACIONAL DE ACESSO AO ENSINO TÉCNICO E EMPREGO (PRONATEC): um estudo de caso em uma unidade do "Sistema S" em Imperatriz-MA**, sob a orientação da Professora Dra. Eniz Conceição de Oliveira vinculada ao Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu* em Ambiente e Desenvolvimento – PPGAD em nível de Mestrado Acadêmico.

Ciente dos objetivos, métodos e técnicas que serão usados nesta pesquisa, concordo em fornecer todos os subsídios para seu desenvolvimento, desde que seja assegurado o que segue abaixo:

1) O cumprimento das determinações éticas da Resolução 466/12 CNS/MS;

2) A garantia de solicitar e receber esclarecimentos antes, durante e depois do desenvolvimento da pesquisa;

3) Que não haverá nenhuma despesa para esta instituição que seja decorrente da participação nessa pesquisa;

4) No caso do não cumprimento dos itens acima, a liberdade de retirar minha anuência a qualquer momento da pesquisa sem penalização alguma.

O referido projeto será realizado no **Serviço Nacional de Aprendizagem …** na cidade de Imperatriz-MA e poderá ocorrer conforme orientações dos professores da UNIVATES.

São Luís, 20 de novembro de 2014

Assinatura do Responsável pela Instituição
Carimbo identificador do Responsável

APÊNDICE F - Modelo do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

PESQUISA: "**PROGRAMA NACIONAL DE ACESSO AO ENSINO TÉCNICO E EMPREGO - PRONATEC: um estudo de caso em uma unidade do 'Sistema S' em Imperatriz-MA"**

Solicitamos sua colaboração, como garantia da obtenção de melhores resultados para este trabalho. As informações prestadas serão utilizadas somente para este estudo e terão a garantia da não identificação pessoal, coletiva ou institucional em qualquer modalidade de divulgação dos resultados. Os resultados da pesquisa constituirão subsídios para produções científicas a serem encaminhadas para publicações, em forma de artigos e dissertação podendo ser apresentadas em eventos científicos, sem qualquer identificação dos participantes envolvidos.

Eu,_____
____, abaixo assinado, aceito participar da pesquisa intitulada "**PROGRAMA NACIONAL DE ACESSO AO ENSINO TÉCNICO E EMPREGO - PRONATEC: um estudo de caso em uma unidade do 'Sistema S' em Imperatriz-MA"** desenvolvida por **Milene Vieira Santos Rocha**, pós-graduanda do Programa de Pós-Graduação em Ambiente e Desenvolvimento – PPGAD (Mestrado) do Centro Universitário UNIVATES na cidade de Lajeado/RS.

Estou ciente de que esta pesquisa busca: Identificar a política de educação profissional do PRONATEC; Conhecer o perfil dos alunos, professores e gestores do PRONATEC da unidade "Sistema S" em Imperatriz-Ma; Investigar se os alunos egressos dos cursos de Formação Inicial e Continuada- FIC da unidade do "Sistema S" estão sendo reinseridos no mercado de trabalho na cidade de Imperatriz-MA e Investigar como o PRONATEC está contribuindo para o desenvolvimento desta cidade.

Tenho a liberdade de recusar a participar em qualquer momento da pesquisa, sem que haja qualquer prejuízo. A minha participação nesta pesquisa é voluntária e isenta de despesas. Entendo que minhas opiniões serão respeitadas. Declaro que ficaram claros para mim os propósitos do estudo, os procedimentos a serem realizados, as garantias de confidencialidade e de esclarecimentos permanentes.

Imperatriz-MA, ... de ..... de 2015

Ass.:_____
Nome do participante da pesquisa
RG_____

*Somente para o responsável pela pesquisa:

Declaro, que obtive de forma apropriada e voluntária o Consentimento Livre e Esclarecido deste estudante para a participação no estudo.

_____
Milene Vieira Santos Rocha
RG 28565447-0
Pós-graduanda do PPGAD

UNIVATES

R. Avelino Tallini, 171 | Bairro Universitário | Lajeado | RS | Brasil
CEP 95900.000 | Cx. Postal 155 | Fone: (51) 3714.7000
www.univates.br | 0800 7 07 08 09